

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

Júlia Ferrari Raposo de Moraes

Juventude, trabalho e minério-dependência: um estudo sobre Mariana-MG

Juiz de Fora
2020

Júlia Ferrari Raposo de Moraes

Juventude, trabalho e minério-dependência: um estudo sobre Mariana-MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Vielmi Fontes

Juiz de Fora
2020

Moraes, Júlia Ferrari Raposo de.

Juventude, trabalho e minério-dependência : um estudo sobre Mariana-MG / Júlia Ferrari Raposo de Moraes. -- 2020. 88 p.

Orientador: Ronaldo Vielmi Fontes

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2020.

1. Juventude. 2. Trabalho. 3. Mineiração. 4. Mariana/MG. I. Fontes, Ronaldo Vielmi, orient. II. Título.

Júlia Ferrari Raposo de Moraes

Juventude, trabalho e minério-dependência: um estudo sobre Mariana-MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Vielmi Fontes

Aprovada em de de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ronaldo Vielmi Fontes - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Edneia Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Alexandre Arbia
Universidade Federal de Juiz de Fora

AGRADECIMENTOS

Acredito que tudo o que a gente constrói é, direta ou indiretamente, uma construção coletiva. E, nesse processo, mesmo sendo a escrita um exercício solitário, muitas pessoas queridas, mesmo que não saibam a importância que tiveram para mim nesse período, merecem o meu “muito obrigada”.

Algumas dessas pessoas foram presentes na minha formação. Minha mãe, Maria da Conceição (em memória), meu primeiro exemplo da força e independência das mulheres. Meu pai Jorge, que apesar de não saber disso, desconstrói alguns padrões ao me mostrar sua sensibilidade, delicadeza, compaixão e altruísmo.

À minha tia Francisca (em memória) por me apresentar o sentimento de amor e por ter sido tia e mãe. Às minhas tias, Lúcia e Regina, pelo cuidado e incentivo.

Ao Ronaldo, pela orientação e compreensão.

À banca examinadora, Ednéia Oliveira e Alexandre Arbia, que se dispuseram a debater essa pesquisa conosco.

Aos amigos que passam pela nossa vida, e àqueles que permanecem. Aos que seguem comigo há alguns anos e aos que chegam: Bruno Bruziguessi, Bruna Pereira, Carlos Augusto Costa, Nayara Guimarães, Juliana Garcia, Juliana Ramos, João Victor Ferreira, Rafael Matioli. Um agradecimento especial a Hiago Trindade, que além da acolhida de amigo, também me auxiliava com conversas e orientações para a construção dessa pesquisa.

Aos queridos que o mestrado me trouxe, em especial Tássia Castro, Janaina Parreira, Jéssica Duboc, Juliana Cobucci e Matheus Ferreira.

Aos professores que, para além de conteúdo teórico, representam para mim um exemplo de comprometimento com a luta por uma educação pública de qualidade.

Às colegas de trabalho, em especial à minha coordenadora Rosana Araújo, por compreender algumas ausências e entender minha condição de trabalhadora e estudante.

O Maior Trem do Mundo

*O maior trem do mundo
leva minha terra
para a Alemanha
leva minha terra
para o Canadá
leva minha terra
para o Japão.*

*O maior trem do mundo
puxado por cinco locomotivas a óleo diesel
engatadas geminadas desembestadas
leva meu tempo, minha infância, minha vida
triturada em 163 vagões de minério e destruição.*

*O maior trem do mundo
transporta a coisa mínima do mundo,
meu coração itabirano.*

*Lá vai o trem maior do mundo
vai serpenteando vai sumindo
e um dia, eu sei, não voltará
pois nem terra nem coração existem mais.*

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

A presente pesquisa é uma tentativa de conhecer um pouco sobre a realidade da cidade de Mariana/MG no contexto atual. Nosso objetivo é compreender a feição do trabalho na cidade diante do cenário de crise do capital, bem como entender a particularidade de sua crise local após a redução da produção em uma de suas principais atividades econômicas: a mineração.

Em 2015, após o rompimento de uma barragem de rejeitos de minério de ferro, Mariana, que se caracteriza por uma dependência em relação à atividade minerária, se vê diante de uma crise local.

Assim, diante de um contexto em que envolve os contornos mais gerais de uma crise global, associado à uma crise particular à Mariana, nos colocamos na busca por entender um pouco sobre os impactos sobre o emprego na cidade.

Considerando que a classe trabalhadora é caracterizada por uma heterogeneidade, tentamos identificar de que forma esse contexto repercute sobre a condição de trabalho dos jovens, os quais tem sido um dos grupos mais afetados em períodos de crise do capital e intensificação dos processos de precarização do trabalho.

ABSTRACT

This research is an attempt to know a little about the reality of the city of Mariana/MG in the current context. Our goal is to understand the work of the city in the face of the capital crisis scenario, as well as to understand the particularity of its local crisis after the reduction of production in one of its main economic activities: mining

In 2015, after the rupture of an iron ore tailings dam, Mariana, which is characterized by a dependence on mining activity, is facing a crisis that is also local.

Thus, in a context involving the most general contours of a global crisis, associated with a particular crisis in Mariana, we seek to understand a little about the impacts on work in the city.

Considering that the worker class is characterized by a heterogeneity, we try to identify how this context affects the working conditions of young people, who have been one of the groups most affected in periods of capital crisis and intensification of the precarious processes of labor job.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Problemas que Mais Preocupam o Jovem Atualmente	32
Gráfico 02 Taxa de Lucro Líquida e seus Determinantes (Brasil)	52
Gráfico 03 - Taxa de Desemprego (Brasil)	54
Gráfico 04 - Produção de Minério de Ferro (Brasil - Mundo)	61
Gráfico 05 Variação do Preço do Minério e Incidentes de Barragens de Rejeitos.....	69
Gráfico 06 - Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família em Mariana/MG	74
Gráfico 07 - Situação de Trabalho dos Jovens de Baixa Renda (Mariana/MG)	77
Gráfico 08 - Relação do Sexo com a Situação de Trabalho dos Jovens de Baixa Renda (Mariana/MG).....	77
Gráfico 09 - Situação de Trabalho dos Jovens de Baixa Renda (Brasil).....	78
Gráfico 10 - Função Principal dos Jovens de Baixa Renda (Brasil)	78
Gráfico 11 - Escolaridade dos Jovens entre 18 e 24 anos inscritos no CadÚnico (Mariana/MG)	80
Gráfico 12 - Arrecadação Cfem (Mariana/MG)	85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - AS MARCAS DA JUVENTUDE BRASILEIRA	17
1.1 O DEBATE DA JUVENTUDE NA SOCIOLOGIA	17
1.2 Concepções contemporâneas de juventude	22
1.2.1 Juventude enquanto construção social	23
1.3 Juventude e trabalho no Brasil	28
1.3.1 O lugar do trabalho na vida do jovem	30
CAPÍTULO II - O MUNDO DO TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL	34
2.1 Trabalho na sociedade capitalista	34
2.2 A ordem de reprodução socio metabólica do capital	40
2.3 As respostas à crise do capital	46
2.4 Sobre a realidade brasileira	51
CAPÍTULO III - MARIANA E A MINÉRIO-DEPENDÊNCIA: OS ASPECTOS QUE DEMARCAM O TRABALHO LOCAL	56
3.1 O modelo de mineração brasileiro e sua recente história: o marco dos anos 2000	57
3.2 Mariana e a mineração	62
3.3 A cidade pós rompimento da barragem	67
3.3.1 Recontando “5 de novembro de 2015”	67
3.3.2 E o emprego? Mariana pós rompimento da barragem	70
3.4 O jovem e o mundo do trabalho: apontamentos sobre a realidade de Mariana	76
3.4.1 Políticas de geração de emprego e renda para os jovens em Mariana	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
ANEXOS	94
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	101

INTRODUÇÃO

O trem itabirano que leva minério para os vários e distantes cantos do mundo é cena comum em nossa Minas Gerais. O retrato que Drummond fazia de sua terra e seu povo em um tempo passado poderia ser um desenho ainda bem atual. A riqueza aqui produzida e que escoava mundo afora.

Assim como Itabira, tantas outras cidades têm sua história entrelaçada à história da mineração que, por sua vez, se cruza com histórias de vida marcadas pela exploração e violências. Trataremos, pois, da realidade de Mariana, localizada na região do Quadrilátero Ferrífero do estado.

Impossível, atualmente, pensar sobre essa cidade e não fazer qualquer tipo de associação com a mineração, dada a forte presença dessa atividade. No ano de 2015, o Brasil ocupava, o terceiro lugar em extração de minério de ferro do mundo. Com 67% da sua produção concentrada no estado de Minas Gerais, onde Mariana apresentava um papel central. Representava a quarta maior produtora de minério de ferro do estado, além de ocupar o terceiro lugar em arrecadação de CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral) em Minas Gerais, segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). (U.S. GEOLOGICAL SURVEY, 2012).

Observamos então, a partir da posição assumida por Mariana na produção de minério de ferro, que a sua importância para o setor minerário não se limita às fronteiras do estado, mas a inscreve como uma produtora em potencial também no mercado mundial. Isto posto, podemos inferir que a economia local, ao se associar à economia mundial, é passível de sofrer as inflexões de processos macroeconômicos que envolvem o capitalismo mundial.

No entanto, esse cenário muda na história recente da mineração na cidade. Um episódio em especial contribuiu para que os problemas decorrentes da mineração se tornassem públicos e mais visíveis. O rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro em 5 de novembro de 2015, pertencente à empresa Samarco/Vale/BHP Billiton, foi responsável pela morte de 19 pessoas, destruição do rio Doce, comunidades ribeirinhas afetadas em sua atividade de pesca e plantio, dentre inúmeras outras consequências que não caberia na introdução.

O crime, assim denominado e denunciado pelos movimentos sociais e pesquisadores, pode ser analisado em suas diversas dimensões. Porém, foge à nossa intenção e condições desenvolver um estudo ampliado sobre os efeitos do rompimento da barragem.

Interessa-nos, para essa dissertação, traçar um panorama do emprego na cidade no contexto posterior a esse episódio. Quando a principal atividade econômica de Mariana entra em crise, que implicações isso pode ter para o conjunto dos trabalhadores locais? A classe trabalhadora, em sua heterogeneidade e complexidade, é atingida da mesma forma?

Assim, buscamos conhecer um panorama geral dos aspectos que envolvem o emprego na cidade após 2015 e escolhemos o segmento jovem como a fração a ser pesquisada, mais especificamente os jovens pobres.

A escolha por delimitar o estudo aos jovens pobres se dá por três motivos simples. Alguns estudos indicam que os jovens compõem o grupo mais afetado em períodos de crise. Somado a isso, temos que, os jovens já se inserem no mercado de trabalho incorporando as recentes transformações no mundo do trabalho. Os jovens pobres, em especial, além de vivenciarem as dificuldades colocadas aos demais pertencentes à sua geração, experimentam ainda as limitações e impedimentos colocados pela condição de pobreza.

Em tempo, esclarecemos que a denominação “jovens pobres” não significa retirar o conteúdo de classe. Entendemos que todos os jovens que vendem sua força de trabalho são parte da classe trabalhadora, porém, é necessário pontuar que a classe trabalhadora hoje é marcada por uma heterogeneidade, culminando em “subdivisões” no interior de uma mesma classe social. Por isso, consideramos que a condição de acesso dos jovens das camadas mais empobrecidas ao trabalho não se dá da mesma maneira que a de outros jovens também da classe trabalhadora. Para os jovens pobres, o trabalho é uma necessidade material e de sobrevivência, enquanto para outros, ele pode ser a continuidade de um processo que envolve a formação e inserção na profissão escolhida. Os jovens a que nos referimos não tem o trabalho como escolha, mas sim como uma condição de sobrevivência.

Conhecer um pouco sobre a realidade dos jovens a partir de sua relação com o trabalho pode nos trazer importantes elementos para pensar o próprio mundo do trabalho de uma forma geral, dado que essa nova geração já se insere na vida laboral em um contexto marcado por constantes transformações decorrentes de um processo de reestruturação produtiva iniciado nos anos 1980. Ou seja, o jovem tem seu primeiro contato com o trabalho em um contexto onde a terceirização, subemprego e informalidade estão em crescimento.

A precarização das formas de trabalho é um tema que não esgota suas possibilidades de estudo. A curiosidade pelo debate acerca do mundo do trabalho surgiu durante a graduação em Serviço Social, notadamente pela inserção no projeto de iniciação científica intitulado “Indústria, trabalho e operariado têxtil em Juiz de Fora”. Ainda na graduação, foi possível desenvolver um trabalho de conclusão de curso que procurava conhecer a

organização do trabalho no interior de uma fábrica ocupada chamada Flaskô, situada na cidade de Sumaré/ São Paulo. Essas duas primeiras experiências de pesquisa foram fundamentais para aguçar o olhar sobre a pesquisa, perceber e refletir sobre o objeto de estudo, bem como contribuir para analisar o particular (o objeto em si) e sua mediação com os condicionantes históricos e sociais que envolvem o mundo do trabalho de uma forma geral.

A temática da juventude, por sua vez, ganha destaque a partir da minha inserção como assistente social. Agora, já no lugar de profissional e não apenas de estudante em formação, um outro momento e novos questionamentos vão surgindo. Resgatando as reflexões propiciadas pela graduação e observando as demandas colocadas cotidianamente ao Serviço Social, o fazer profissional é um momento rico para pensar sobre a realidade. Gostaria de citar, em especial, aquelas demandas que me fizeram construir meu objeto de estudo: os atendimentos aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) na cidade de Mariana/ M.G. Estes, em seus atendimentos no CREAS, colocavam entre suas preocupações centrais, a questão do emprego e dificuldade dos jovens em ter acesso ao emprego formal. Foi a partir desse percurso, na escuta qualificada do atendimento aos jovens que chagavam para o cumprimento de uma medida socioeducativa, que fui percebendo que aquilo que se apresentava à mim, ia muito além da demanda aparente inicialmente colocada pela instituição. Os jovens, em sua grande maioria, apresentavam a preocupação em relação ao emprego e construção de sua autonomia financeira, ou mesmo, a sua participação no sustento da família. Ou seja, novamente o tema das pesquisas iniciadas na graduação “saltam” recorrentemente em nosso fazer profissional como assistente social em um equipamento público da política de assistência social, expressos nos anseios e preocupações dos jovens em relação à busca por um emprego formal ou primeiro emprego.

Articular os estudos iniciados no grupo de pesquisa durante a graduação às inquietações advindas do cotidiano profissional se dá pela necessidade de conhecer o modo de vida dos jovens da classe trabalhadora, em especial o seu lugar no mundo do trabalho em tempos de crise. O exercício investigativo deve ser parte do cotidiano do assistente social que, não deve restringir sua atuação apenas à execução de políticas públicas, mas ainda, ser capaz de refletir sobre a realidade.

Assim, nosso objetivo para essa dissertação é trazer alguns elementos da particularidade local, conhecer a configuração do emprego, bem como tentar identificar a condição do jovem trabalhador no contexto acima mencionado. No entanto, entender a especificidade local não significa desconsiderar os condicionantes gerais que conformam o

mundo do trabalho e o atual momento do capitalismo, o qual vivencia uma de suas mais graves crises, analisada por Meszáros como uma crise de natureza estrutural. Trata-se de uma crise que teve início nos países de economia central e, espalhou-se para as economias periféricas, tendo o mundo do trabalho como alvo de “ataques” que suprimem direitos e precarizam a condição do trabalhador, tal como observado em crises anteriores.

Na tentativa de construir um caminho de aproximação com nosso objeto de estudo, optamos por organizar essa dissertação em três capítulos, buscando, nesse trajeto, apresentar algumas categorias centrais para esta pesquisa: juventude, crise do capital e trabalho.

No primeiro capítulo apresentaremos um pouco do debate acerca da disputa pelo conceito de juventude no interior da Sociologia da Juventude, bem como afirmaremos a formulação que consideramos mais apropriada para se pensar o jovem e a juventude, que é o entendimento de juventude enquanto uma construção social. Para isso, buscamos nos amparar nos escritos de José Machado Pais, Juarez Dayrel, Marília Sposito, Maria Aparecida Cassab e Clarice Cassab para nos auxiliar nas reflexões. Em uma segunda sessão nesse mesmo capítulo, tentaremos pensar a relação entre juventude e trabalho, onde apresentamos alguns resultados obtidos através da pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”.

O segundo capítulo fica reservado para a compreensão do trabalho na sociedade capitalista a partir de uma leitura de Karl Marx. Posteriormente discutiremos a crise do capital e a crise estrutural do capital segundo análise do pensador húngaro Istvan Meszáros, assim como as respostas à crise e sua implicação sobre o mundo do trabalho. Considerando que a crise afeta os países de capitalismo dependente de uma forma especial, tentaremos, ao fim desse capítulo, fazer algumas pontuações sobre a crise brasileira, bem como tentaremos apresentar alguns indicadores sociais para sinalizar a expressão da crise no país.

O terceiro e último capítulo realizará uma apresentação de Mariana a partir de sua relação com a mineração, tentando fazer as mediações entre a cidade e o modelo de mineração adotado no país. Nessa etapa da pesquisa, realizamos um levantamento sobre indicadores de emprego e desemprego na cidade, tentando identificar os setores mais afetados com a interrupção das atividades da Samarco/Vale/BHP Billiton. Buscamos ainda, expor alguns dados sobre a arrecadação municipal proveniente de imposto que incide sobre a mineração. Tanto o emprego quanto a arrecadação municipal são elementos que podem nos auxiliar a visualizar com maior clareza o que Tádzio Coelho denominou minério-dependência. Por meio desses dados tentamos estabelecer um comparativo entre o período anterior e posterior ao rompimento da barragem. Para obter esses dados foram feitas buscas na base de dados do relatório Anual de Indicadores Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de

Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho. Sobre a arrecadação municipal foram realizados levantamentos sobre a Compensação Financeira sobre Extração Mineral, considerando que esse é o principal imposto que incide sobre a atividade extrativa mineral. Recorremos ainda à base de dados do Cadastro Único de programas sociais do governo federal, onde foi possível ver a evolução da pobreza na cidade.

Por fim, nosso objetivo era conseguir chegar às informações específicas sobre a força de trabalho jovem. Considerando que a finalidade é conhecer a condição de trabalho dos jovens em situação de pobreza, recorremos novamente à base de dados do Cadastro Único. Através de um cruzamento de dados da base desidentificada do CECAD/Cad Único, foi possível conhecer um pouco da condição de trabalho desses jovens.

No entanto, é necessário colocar aqui algumas limitações desses dados. Estes são parte de uma amostra nacional, o que indica que uma amostra aleatória da cidade é contemplada nessa base de dados, tornando-a insuficiente para fazer inferências sobre o total de jovens inscritos. Outra dificuldade foi a inexistência de dados sobre todos os últimos anos, visto que a base contempla apenas os anos de 2015 e 2017. A mesma dificuldade foi encontrada ao realizar a busca no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pois as pesquisas atuais realizadas pelo instituto, como a Pnad, abrangem apenas capitais e regiões metropolitanas.

Também foram feitos contatos com o Sistema Nacional de Emprego (SINE) da cidade, o qual não dispunha de um banco de dados que nos permitisse visualizar a condição de emprego do jovem hoje e estabelecer comparações com os anos anteriores ao rompimento da barragem. O mesmo movimento de busca de dados foi feito junto à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de Minas Gerais. Este órgão disponibilizou algumas informações, porém, devido à incompatibilidade de algumas informações, optamos por não utilizá-las.

Essas dificuldades encontradas ao longo da pesquisa interferiram na análise da condição do jovem trabalhador no contexto atual. Colocamos aqui essa observação para que fique claro que os caminhos possíveis para se obter informações sobre a juventude trabalhadora em Mariana não tiveram êxito conforme esperado, o que nos impossibilitou um maior aprofundamento. É importante ainda sinalizar que a ausência de dados, por si só, e a despreocupação dos órgãos governamentais em sistematizar tais informações já podem sinalizar algo importante para nós, visto que demonstram a falta de interesse em conhecer a realidade do território, bem como a negligência em relação à formulação de políticas públicas que poderiam ser formuladas em resposta aos dados coletados e sistematizados pelos órgãos acima mencionados.

Reconhecemos as limitações colocadas pela inexistência de dados sobre o município, porém, alguns indicativos sobre a dependência da cidade em relação à mineração e o impacto sobre o trabalho local no pós rompimento da barragem são passíveis de serem analisados. No entanto, pensamos ser importante sinalizar que para um maior aprofundamento seria necessário ter acesso à uma base mais detalhada.

CAPÍTULO I

AS MARCAS DA JUVENTUDE BRASILEIRA

Ao trazer a temática da precarização do trabalho da juventude para o centro do nosso debate, avaliamos que é importante, inicialmente, realizar algumas considerações que permitem uma melhor aproximação com o objeto de estudo. Optamos por fazer essa aproximação através de um caminho que nos leva à compreensão do que é ser jovem na atualidade, bem como nos coloque para refletir sobre a condição da juventude trabalhadora no Brasil.

Nesse percurso investigativo duas subáreas do conhecimento estão correlacionadas: a sociologia da juventude e a sociologia do trabalho. Disciplinas que não se sobrepõem, e sim, se complementam em uma perspectiva sociológica relacional na busca por desvendar as conexões entre juventude e trabalho, como sugere Oliveira (2013).

No intuito de atender aos objetivos colocados pelo capítulo que dá início à essa dissertação, sugerimos, à princípio, a categorização da juventude, demonstrando que existem formulações divergentes no campo da Sociologia da Juventude. Por conseguinte, tentaremos pensar a relação da juventude brasileira com o trabalho, refletindo sobre o lugar e importância desse na vida dos jovens, notadamente na vida dos jovens pobres.

Assim, o presente capítulo tem como objetivos: 1 -apresentar um panorama geral sobre a categoria juventude na Sociologia; 2-explicitar a concepção de juventude enquanto construção história e social, considerando que essa categorização é a que melhor atende aos anseios por compreender a particularidade da juventude brasileira; 3- construir algumas reflexões acerca do lugar do trabalho na trajetória de vida dos jovens brasileiros.

1.1 O DEBATE DA JUVENTUDE NA SOCIOLOGIA

São variadas as definições atribuídas à categoria juventude, desde enfoques de abordagens funcionalistas a abordagens que priorizam elementos históricos e sociais. Conceituar juventude não tem sido uma tarefa fácil e, na análise de Groppo (2000), a própria Sociologia tem dificuldades em definir o objeto de estudo que ela ajudou a formular.

De acordo com Juarez Dayrell (2001), a Sociologia da Juventude emerge a partir de um esforço pela desnaturalização de noções de juventude que a compreendem como um grupo

universal e homogêneo. Concepções distintas ocupam o debate, sem, no entanto, conseguir chegar a um denominador comum.

É possível, atualmente, falar em duas principais tendências em disputa. Uma define juventude como uma fase da vida dotada de transformações físicas e psicológicas; grupo cujo marco central de sua definição é o fator “idade”. Aqui a preocupação é por localizar as semelhanças e traços homogêneos que caracterizam a juventude. A outra define essa categoria como um conjunto social diversificado, onde coexistem múltiplas culturas juvenis, em decorrência das pertenças de classe social, acesso à oportunidades, regiões e etc. (Dayrell, 2001; Pais, 1990). Ou seja:

Quase poderíamos dizer, por outras palavras, que *a juventude* ora se nos apresenta como um conjunto aparentemente homogêneo, ora se nos apresenta como um conjunto heterogêneo: homogêneo se comparamos a geração dos jovens com outras gerações; heterogêneo logo que a geração dos jovens é examinada como um conjunto social com atributos sociais que diferenciam os jovens uns dos outros (PAIS, 1990, p.151).

No âmbito da Sociologia da Juventude, duas principais correntes disputam o debate: a geracional e a classista. (PAIS, 1990)

A corrente denominada geracional defende que a idade é o elemento responsável por unificar a juventude enquanto um grupo, concebendo - a como uma fase da vida. Acreditam que indivíduos em uma mesma faixa etária e membros de uma mesma geração possuem valores, crenças e concepções de mundo semelhantes e próprios de seu tempo. Os teóricos dessa corrente defendem que existe uma continuidade/descontinuidade de um sistema de valores pertencentes a cada sociedade, ou seja, transferência intergeracional de tais valores. Existe continuidade quando a cultura juvenil se apropria de valores de gerações anteriores, e, por outro lado, descontinuidades na medida em que os valores das gerações anteriores são substituídos por outros novos. É a partir das descontinuidades e rupturas que se tem a base para o surgimento de uma nova geração social, a qual se distingue da geração biológica demarcada por um lapso temporal (PAIS, 1990).

Em suma, para a corrente *geracional*, os signos de continuidade e descontinuidade intergeracional poderão manifestar-se de duas formas: por um lado, e na medida em que são alvo de processos de socialização através de instituições sociais específicas, como a família ou a escola, as gerações mais jovens interiorizariam e reproduziriam na sua vivência quotidiana toda uma série de crenças, normas, valores

e símbolos próprios das gerações adultas, isto é, todo um conjunto de signos de *continuidade intergeracional*. Por outro lado, e na medida em que essa interiorização de signos não é feita de uma forma nem indiscriminada nem passiva, gerar-se-iam fraccionamentos culturais entre as várias gerações, fraccionamentos esses que teriam a ver, entre outras razões: com a própria consistência da cultura transmitida pelas instituições sociais dominadas pelas gerações mais velhas; com os comportamentos e atitudes do «mundo adulto» tal como são percebidos pelos jovens; e, finalmente, com os próprios processos de transformação social e de integração funcional das várias gerações (PAIS, 1990, p155).

De acordo com a corrente geracional, a renovação da sociedade depende da relação entre as gerações, uma vez que a ação dos sujeitos se dá como uma ação de membros de determinada geração e, não como membros de uma mesma classe social. Entendem que as semelhanças das experiências entre indivíduos são explicadas pelo pertencimento à uma geração específica (OLIVEIRA, 2013).

Karl Mannheim foi um dos percussores dos estudos de geração. Em seu clássico texto “O problema das gerações”, escrito em 1952, o sociólogo afirma, logo no início de seus escritos, que a importância prática desta obra se encontra no fato de esta fornecer elementos para auxiliar na compreensão do ritmo acelerado de mudança social dos tempos em questão. Enfatiza o autor, que o complexo problema das gerações carece da atenção das diversas disciplinas e racionalidades envolvidas em solucioná-lo. Considera, desse modo, que os distintos aspectos apontados por cada ciência formam a parte de um único problema. Cabe à sociologia, segundo Mannheim (1982), a função de atuar como centro organizadora dos estudos sobre geração (MANNHEIM, 1982).

Inicialmente, com a finalidade de conhecer a estrutura básica das gerações, o sociólogo afirma que é necessário desvendar as inter-relações existentes entre os indivíduos que compõem uma unidade de geração. Para Mannheim:

A unidade de uma geração não consiste primariamente em um vínculo social do tipo que leva à formação de um grupo concreto, embora algumas vezes possa acontecer de um sentimento pela unidade de uma geração ser conscientemente desenvolvido como base para a formação de grupos concretos” (Mannheim, 1982).

Mannheim (1982) distingue “geração” e “grupo concreto”. Esse último pode ser exemplificado através de grupos tais como família, tribo, religião, dentre outros, e são caracterizados pela manutenção de vínculos de proximidade e são mantidos por uma vontade

racional e consciente. A geração, por sua vez, não possui um vínculo comunitário, existe independente do conhecimento e consentimento de seus membros.

A contribuição de seus estudos foi no sentido de romper com uma abordagem meramente biológica de conceber as etapas da vida. Marialice Foracchi (1972) desenvolve a noção de geração enquanto etapas da vida demarcadas não apenas pelo fator biológico (idade), mas especialmente pela compreensão de que o elemento biológico é “socialmente equacionado” e dotado de características próprias a cada etapa. Na análise de Foracchi (1972), as noções de geração sobrepõem-se às diferenças de posição social, conformando uma modalidade de locação que incorpora grupos por idades afins dentro de um processo histórico social determinado. Os membros de uma geração constroem uma identidade comum devido ao fato de vivenciarem a mesma fase do processo coletivo.

Os adeptos dessa corrente defendem que os problemas e a forma como os jovens vivenciam suas experiências são definidas pelas características dadas pela geração da qual são pertencentes. De acordo com essa corrente, a classe social não é elemento definidor do modo de ser jovem, e sim, a geração. Dentre as críticas mais comuns, Pais (1990) menciona o tratamento da juventude como uma categoria homogênea. Ao construir uma imagem única, com características próprias à juventude, corre-se o risco de perceber o jovem que não se enquadra dentro desse “padrão” como um sujeito que apresenta comportamento “desviante” e marginalizado.

Percebemos a materialização disso quando vemos a criminalização e violência contra a juventude pobre e periférica, cujo estereótipo e vivências se diferenciam do padrão de juventude “idealizado” e aceitável socialmente. As pesquisas demonstram que estes são as maiores vítimas de mortes violentas no país. Estima-se que cerca de 33.590 jovens (15 a 29 anos) foram vítimas de homicídio no país no ano de 2016, atingindo o pico de uma série histórica entre 2006 e 2016. Durante o período em questão houve um aumento de 23% do número de homicídios nessa faixa etária, conforme indicado no Atlas da Violência 2018 – uma produção conjunta do Instituto de Pesquisas Economicamente Aplicadas (IPEA) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). É importante destacar também a desigualdade racial presente, visto que o número de homicídios entre a população negra chegou a ser 2,5 vezes maior do que entre a branca, tendo como referência o ano de 2016. Não podemos deixar de pontuar que os movimentos sociais vêm denunciando o genocídio nas favelas e ação violência do Estado, apontando a polícia militar como uma das responsáveis pela crescente morte da população jovem nas periferias.

Entendemos que esse é um exemplo importante para demarcar que a juventude pode ser vivenciada de diferentes formas, mesmo que sejam parte de uma mesma geração. O fato de serem parte de uma mesma geração não os coloca em semelhança, como verificamos no exemplo da violência contra a população jovem e pobre.

A questão das gerações também aparece na corrente classista, porém, em moldes diferentes. Para essa corrente, a reprodução social é explicada a partir das classes sociais, diferentemente da corrente geracional, onde a reprodução social é restrita à análise das relações intergeracionais. Nesse enfoque, as culturas juvenis são sempre interpretadas a partir de relações antagônicas entre as classes sociais (PAIS, 1990).

A cultura juvenil expressa através de seus símbolos e marcas, tais como vestuário, cabelo, linguagem, música, dentre outras formas de expressão e representação significam um ato político, um ato de contestação “ao consenso dominante”, conforme coloca Pais (1990).

Ao tratar a cultura juvenil a partir de uma ótica de pertencimento de classe, essa corrente se vê com dificuldades em dar uma resposta quando questionada sobre a existência de um escopo comum de valores entre jovens de diferentes condições sociais. Na análise de Pais (1990), algumas pesquisas dentro da corrente classista podem levar a certo determinismo na forma de conceber a juventude, tomando-a como homogeneidade cultural e estilos de vida.

[...] os processos que afectam os jovens não podem ser unanimemente compreendidos como simples ou exclusiva resultante de determinações sociais e posicionamentos de classe. Esses processos têm também de ser compreendidos, por exemplo, à luz das lógicas de participação ao nível dos diferentes sistemas de interacção locais, através dos quais também se modulam e afirmam as suas trajectórias sociais. Estas, por sua vez, inscrevem-se em percursos de mobilidade social que podem contrariar a «causalidade do provável» na qual os seus destinos de classe os fazem aparentemente mergulhar (PAIS, 1990, p.159).

Entendemos que as pesquisas criticadas por Pais, ao não perceberem a diversidade no interior de um grupo de jovens pertencentes à mesma classe social, podem estar desconsiderando a heterogeneidade presente nas classes sociais.

A forma de organização da sociedade se pauta no estabelecimento de determinadas relações sociais entre os sujeitos, relações estas que, como expuseram Marx e Engels (2007) independem da vontade dos indivíduos, mas que condicionam um modo de vida específico. No âmbito do modo de produção capitalista, tais relações são fortemente marcadas pela exploração da força de trabalho de uma imensa maioria da população. Nesse sentido,

entendemos que a juventude deve ser pensada a partir das implicações que esta forma de organização societal acarreta para este segmento.

Com isto, queremos dizer que as juventudes estão inseridas numa sociedade de classes e, por isso mesmo, estão intrinsecamente ligadas a um dos estratos de classes e a um modo de ser e existir que se conforma para esta fração de sujeitos, a partir de elementos econômicos, culturais, sociais e políticos.

Cumpramos ressaltar, ainda, que estas determinações classistas são complexificadas a partir das demarcações de raça, gênero, território, dentre outros fatores.

Para a categorização de juventude para essa pesquisa, partimos do entendimento que a classe social é fundamental para compreendermos a vivência e experiências, as quais não podem ser explicadas apenas pelo elemento geracional. No entanto, reiteramos que não desconsideramos a geração, mas esta, observada isoladamente, não dá conta de demonstrar a real condição da juventude.

Portanto, para nossa abordagem sobre a categoria juventude, o lugar de classe dos sujeitos é o fator central que irá condicionar essa etapa da vida, assim como ocorre com a infância e/ou velhice.

1.2 CONCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE JUVENTUDE

Os estudos acerca da temática juventude ganharam destaque no cenário nacional após a década de 1990. A professora Maria Aparecida Cassab, em sua pesquisa intitulada “Jovens pobres, de quem se trata?”, realizou um mapeamento da literatura sociológica brasileira que tratou das categorias juventude, trabalho, ação política, meios e sociabilidade durante o período que compreende dos anos 1950 aos anos 2000.

A síntese da revisão bibliográfica realizada pela autora está organizada no artigo “A Juventude como categoria teórica: levantamento de sua configuração na literatura sociológica brasileira (1950 – 2000)”, publicado na Revista Locus/UFJF. Nesse texto a autora apresenta as conceituações de juventude formuladas por alguns pesquisadores brasileiros. A partir desse exercício, Cassab (2010) consegue demonstrar que não estamos falando de uma categoria que é tratada de forma homogênea pelo conjunto dos estudiosos que compõem a Sociologia da Juventude no Brasil das últimas décadas.

Os anos 1990 foram palco para a efervescência do debate sobre juventude e, nesse cenário, diferentes referências e interpretações podem ser mencionadas. A exemplo temos as formulações de Juarez Dayrell, Luis Antônio Groppo, Marília Spósito e Marialice Foracci.

Esta última, já na década de 1970, iniciava os debates acerca da juventude, sendo uma das precursoras da temática no Brasil.

Nas formulações de Pais, juventude deve ser compreendida como uma construção social. Parte do entendimento de que não existe uma forma única de transição para a vida adulta, tal como não existe uma única forma de ser jovem (CASSAB, 2010).

Spsotito, por sua vez, conceitua juventude como uma fase intermediária entre infância e a fase adulta. Considera que fatores como pertencimento de classe, gênero, estilo de vida, local onde habitam, além de outros determinantes, fazem com que se forjam distintas “juventudes” (CASSAB, 2010).

Para Foracci (1972), juventude é uma categoria que deve ser definida a partir da ideia de geração proposta por Karl Mannheim. Foracci dedicou-se aos estudos sobre geração e foi a principal expoente do pensamento de Mannheim no Brasil. Conforme a teoria do sociólogo, a geração é demarcada por etapas que são parte do curso da existência humana.

Em seu livro “A Juventude na sociedade moderna”, logo nos capítulos iniciais, Foracchi (1972) desenvolve a noção de geração enquanto etapas da vida demarcadas não apenas pelo fator biológico (idade), mas especialmente de que o fator biológico é “socialmente equacionado” e dotado de características próprias em cada etapa:

Uma geração pode ser definida como tal, na medida em que possui um estilo de ação peculiar que se distingue do estilo de ação preexistente, desenvolvido por uma geração anterior (FORACCHI, 1972, p.19).

Para o sociólogo Luiz Antônio Groppo (2000), juventude é uma representação que caracteriza o modo de ser de um grupo, o qual vai se distinguir a depender de cada sociedade, época histórica e experiências vividas. É a partir dessa concepção que seguimos em nossos estudos, entendendo que juventude não se caracteriza através de fatores biológicos e de idade, mas sim como uma algo forjado no seio da sociedade, e portanto, trazendo as marcas de seu tempo e lugar. Falamos então de juventude enquanto uma construção social.

1.2.1 Juventude enquanto construção social

Como já explicitado, diferentes enfoques teóricos sobre o tema “juventude” podem ser encontrados na sociologia. No entanto, mesmo em meio a divergências, ainda é possível encontrar um traço comum entre a maioria das análises. Segundo Oliveira (2013), a convergência entre as distintas abordagens está na compreensão da juventude enquanto uma

fase da vida marcada por um caráter transitório e provisório. Trata-se, segundo essa concepção, de uma fase de transição entre a infância e vida adulta, entendendo que esta última seria o momento da estabilidade e dotada de poder em relação às fases que a antecedem.

Histórica e socialmente, a juventude tem sido encarada como uma fase de vida marcada por certa instabilidade associada a determinados “problemas sociais”. Se os jovens não se esforçam por contornar esses “problemas”, correm mesmo riscos de serem apelidados de “irresponsáveis” ou “desinteressados”. Um adulto é “responsável”, diz-se, porque responde a um conjunto determinado de responsabilidades: de tipo ocupacional (trabalho fixo e remunerado); conjugal familiar (encargos com filhos, por exemplo) ou habitacional (despesas de habitação e aprovisionamento). A partir do momento em que vão contraindo estas responsabilidades, os jovens vão adquirindo o estatuto de adultos (PAIS, 1990,p.141).

Essa noção de juventude como momento de transição para a vida adulta foi uma construção da modernidade que, através de agências de socialização do Estado, foram responsáveis por moldar representações simbólicas dos jovens e “problemas” a eles associados. Essas agências de socialização são responsáveis pela criação de representações simbólicas sobre o universo juvenil, tal como problemas associados à juventude e modo de agir e pensar. Por vezes, essa imagem do jovem nem sempre condiz com o real e nem sempre são aceitas e reconhecidas pelos próprios sujeitos jovens (OLIVEIRA, 2013).

No entanto, cabe ressaltar que essas representações não são aceitas ou incorporadas pelo conjunto dos jovens. Segundo Groppo (2000), estudos clássicos da sociologia da juventude apontam que os jovens nem sempre se reconheciam nos padrões impostos pela sociedade moderna, tal como se pôde verificar na formação de “juventudes” que desenvolviam práticas de enfrentamento à ordem e valores burgueses.

Os sentidos dados ao jovem e à juventude transmutaram ao longo da história, comprovando que as categorias jovem e juventude são determinadas por tempos e processos sociais específicos, conforme coloca Clarice Cassab (2011). Alguns exemplos na história nos mostram que a passagem para a vida adulta se deu de diferentes formas e a partir de distintos ritos.

Na sociedade romana, a entrada dos meninos na juventude acontecia por volta dos 15 anos, sendo representada através de um rito de passagem em que se trocava a toga da infância pela toga viril. Após a troca, que acontecia nas casas, os jovens eram levados para o Capitólio e o Fórum. Ou seja, simbolicamente os jovens saem do âmbito privado, do lar, e passam a ocupar a praça pública e centro da vida política da cidade. Ao adentrar a fase jovem de suas

vidas, estes sujeitos tornavam-se cidadãos livres e aptos a usufruir de seus direitos (CASSAB, 2011).

Diferentemente do que conhecemos hoje como fase jovem, a juventude romana compreendia a faixa etária de 15 aos 30 anos. O prolongamento da juventude nessas sociedades pode ser explicado pela instituição do pátrio poder, tendo os pais o direito sobre a vida de seus filhos, bem como o direito de ampliar o seu período de juventude até que este esteja maduro o suficiente para assumir as responsabilidades da vida adulta. Não existia nesse período uma demarcação legal da maioridade; cabia ao pai decidir os marcos da entrada na vida adulta (CASSAB, 2011).

As diferenças de gênero e classe social também demarcavam a vida dos jovens romanos. Enquanto as meninas são destinadas ao casamento, os meninos pertencentes às famílias ricas voltam-se para os estudos (Veyne apud Cassab, 2011).

Muitas representações que construímos na contemporaneidade sobre “ser jovem” originaram-se no pensamento social europeu. A imagem do jovem como perigoso, alguém que deveria estar sob controle e vigilância, tal como a ideia de juventude como fase de transição para fase adulta e preparação para a vida pública são noções que já se faziam presentes na sociedade romana (CASSAB, 2011).

Na Idade Média prevalecia uma concepção de juventude associada à desordem, violência, perigo, transgressão às ordens sociais e morais. À sociedade cabia o papel de disciplinar os jovens, conduzi-los para o casamento, que era um dos principais meios adotados pelos romanos para conter os “impulsos juvenis”. Durante a Idade Média, a juventude deixa de ser entendida como um momento de preparação para a vida adulta. Critérios morais eram estabelecidos (CASSAB, 2011).

A partir dos séculos XVIII e XIX, no cenário marcado pelo processo de industrialização, a juventude ganha nova conotação. Aqui a juventude é vista como etapa da vida onde os sujeitos possuem características próprias de ver, sentir e agir sobre o mundo (CASSAB, 2011).

Aos jovens filhos da burguesia industrial em formação era permitido o tempo livre, o momento de lazer, o estudo e o preparo para a vida profissional. Já os jovens pobres eram precocemente inseridos no mundo do trabalho, sendo negado-lhes a possibilidade do estudo, profissionalização e os prazeres dos quais usufruíam os jovens burgueses (CASSAB, 2011).

Data também da modernidade, a cronologização da vida, como sinaliza a antropóloga Guita Grin Debert. De acordo com Peralva (1997), as idades da vida, não significam apenas

desenvolvimento biológico e psíquico dos sujeitos, mas também um fenômeno embutido de elementos sociais e históricos.

Para Debert (2010), a cronologização da vida em infância, adolescência, idade adulta e velhice pode ser pensada como resposta às mudanças na economia, que transitava de uma base doméstica para o mercado de trabalho. Além desse elemento, Debert (2010) chama a atenção para o papel desempenhado pelo Estado moderno ao assumir como seus, os problemas anteriormente delegados à família. Seria o Estado, nesse momento histórico, a instituição que impulsionou a divisão das etapas da vida, estabelecendo assim as fases referentes à escolarização, entrada no mercado de trabalho e aposentadoria.

Nesse contexto, juventude é formada por aqueles que estão em processo de formação e em busca de uma colocação na divisão social do trabalho, rompendo-se assim com a ideia de juventude definida a partir de critérios biológicos ou de idade. No entanto, o “ser jovem” era experimentado de diversas maneiras, a depender da posição de classe. A vivência da juventude como período de formação era, inicialmente, uma prerrogativa para os filhos da burguesia e da aristocracia. A possibilidade de os jovens das camadas populares acessarem a escola se deu, especialmente, a partir do momento em que o Estado assume a função de proteção com os indivíduos, conforme nos coloca Dayrell (2001).

Nesse momento já é possível antever como a existência do fenômeno da juventude nas sociedades ocidentais foi, e ainda é, muito variável, dependendo da classe social de origem, do desenvolvimento econômico e do grau de generalização dos direitos sociais em cada país ou mesmo região, constituindo-se por muito tempo como um privilégio (DAYRELL, 2001, p.12).

As marcas das distintas sociedades e seu tempo conformam variadas representações sobre o jovem, bem como diferentes maneiras de vivenciar a juventude. Essa constatação é fundamental para entendermos que as fronteiras entre os ciclos da vida são flexíveis, histórica e socialmente construídas.

A universalidade da juventude encontra-se nas transformações físicas e psicológicas de indivíduos pertencentes à uma mesma faixa etária. No entanto, o elemento biológico por si só não consegue captar que outras formas de representação e de vivências desse período são possíveis. Trazer os elementos particulares a cada sociedade, e mesmo dentro de uma mesma sociedade, conseguir perceber como cada grupo social experimenta essa fase é essencial para captar a diversidade presente no interior da juventude.

Além de compreender que as diversas configurações que a juventude apresentou no curso da história, cabe também salientar que a juventude se apresenta sobre múltiplas formas também no tempo presente. Por esse motivo, nos parece mais conveniente adotar o termo no plural “juventudes”, objetivando assim, demonstrar que a juventude não é única, estática e uniforme. Pobre ou rica, trabalhadora ou estudante, branca ou negra, urbana ou rural, dentre tantos outros elementos que nos levam a perceber as particularidades das diversas juventudes como fruto da própria diversidade humana. Classe social território, etnia, gênero, dentre outros fatores, condicionam múltiplas formas de experimentar a juventude.

Peralva apud Dayrell (2001) alerta que no bojo dessa diversidade de representações de juventude, é comum cair no erro de construir uma dissociação entre os modelos socialmente construídos e a realidade concreta dos jovens. Generalizou-se, em nossa sociedade, uma imagem do jovem, que na verdade, representa a imagem do jovem de famílias de classe média e alta. Muitas vezes existe uma dificuldade em se apropriar do cotidiano dos jovens oriundos das camadas populares, conforme nos aponta Dayrell (2001).

Com esse olhar, corremos o risco de analisá-los de forma negativa, enfatizando as características que lhes faltam para corresponder à imagem de jovens, ou mesmo questionar se entre os pobres existiria de fato o momento da juventude (DAYRELL, 2001, p. 12).

O risco apontando por Dayrell é real na medida em que as representações acerca do jovem e da juventude se baseiam em construções ideais e, por vezes, distanciam-se das reais condições em que vivem os jovens. A dimensão simbólica, considerada isoladamente, não é suficiente. É importante, e necessário, compreender a partir da materialidade histórica que envolve a sua produção, como aponta Oliveira (2010).

É na concretude da vida dos sujeitos que conseguimos perceber que o modelo hegemônico de juventude construído na modernidade não condiz com a realidade dos jovens em sua totalidade.

Por essas razões, nossa opção foi por adotar a juventude enquanto uma categoria construída socialmente. A cada momento histórico novas concepções sobre o jovem podem surgir, e como nos colocou Dayrell, concepções que muitas vezes se distanciam do que é a vida dos jovens.

Nesse sentido, a partir do entendimento da juventude enquanto uma construção social, estamos negando a existência de uma conceituação universal sobre juventude. Interessa-nos uma análise sobre as condições de vida dos jovens no interior de determinado contexto social.

Reiteramos assim, que buscar uma formulação abstrata sobre juventude e encaixar nossa análise dentro de tais formulações não representa um avanço para nossa pesquisa, mas sim um aprisionamento à um tipo ideal de jovem e juventude.

Nesse sentido, entendemos que mais importante do que trazer um conceito genérico que dê conta de abarcar o conjunto das distintas vivências juvenis, é necessário trazer elementos da vida concreta dos jovens. É a partir da experiência que vamos conseguir apreender o universo juvenil. Para esta pesquisa, interessa-nos entender um pouco sobre a relação do jovem com o trabalho, notadamente a condição dos jovens pobres. Portanto, tentaremos fazer isso trazendo elementos que caracterizam a realidade dos jovens brasileiros e, posteriormente, chegaremos à particularidade dos jovens em Mariana.

1.3 JUVENTUDE E TRABALHO NO BRASIL

No Brasil, a juventude surgiu enquanto uma fase específica da vida após o século XIX, momento em que, segundo Cassab (2010), foi possível notar uma real distinção entre a juventude e a vida adulta.

Mas a juventude brasileira, por muitas vezes, se assemelha à vida adulta em alguns aspectos. Poderíamos citar o exemplo da maternidade precoce, onde as estatísticas indicam que um a cada cinco bebês nascidos no país são filhos de mães com idade entre 10 e 15 anos. Esse dado, referente à um estudo realizada pela Organização Pan-Americana de Saúde e Organização Mundial de Saúde, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância e Fundo da População das Nações Unidas no ano de 2018, indicou que o Brasil possui um alto índice de gravidez não planejada entre as adolescentes, o que requer atenção e investimento do poder público através de ações e programas de políticas públicas de saúde.

Um agravante dessa situação é a permanência e continuidade na escola. De acordo com um estudo realizado pelo Ministério da Educação no ano de 2016, 18% dos casos de abandono escolar são justificados pela gravidez na adolescência. Essa situação atinge especialmente as jovens mulheres, visto que, em sua grande maioria, a tarefa do cuidado com os filhos recai sobre as mesmas, tendo pouca ou nenhuma participação do pai.

Outro exemplo que poderíamos utilizar para ilustrar que a realidade dos jovens brasileiros não se distingue tanto da vida adulta refere-se à inserção no trabalho. Essa pode ocorrer precocemente devido à necessidade de auxiliar no sustento da família.

Ambos os casos retratam a vida de jovens pobres. O trabalho doméstico, trabalho silenciado e não reconhecido e o trabalho remunerado. Tanto o primeiro quanto o segundo

podem repercutir em desdobramentos para suas vidas, em especial no âmbito educacional. À medida que o trabalho se torna uma necessidade de sobrevivência para os jovens das camadas populares, a escola vai perdendo importância enquanto deveria ser o locus privilegiado para juventude.

Essa condição se torna mais complexa no interior de um sistema educacional que não é capaz de se adequar à realidade de seus estudantes. A escola brasileira, na análise de Naira Lisboa Franzoi (2011), não consegue incorporar o trabalho e se adequar à realidade do jovem trabalhador:

No entanto, nossa educação é baseada na negação do mesmo (o trabalho), o que nos torna menos humanos. Mesmo quando ele é levado em conta na escola, destina-se exclusivamente aos segmentos pobres, numa versão reducionista, isto é, compreendida como preparação para o ingresso e adaptação ao mercado de trabalho (FRANZOI, 2011, p.118, in Dayrel).

A escola, nos moldes em que está estruturada, não tem significado para os jovens, que não se reconhecem naquele espaço e nos conteúdos ministrados, ao passo que estes não fazem uma interface com seu cotidiano e realidade. A precariedade do espaço físico, recursos materiais e tecnológicos também podem tornar a escola menos atraente, e por isso, Franzoi (2011) nos lembra que o fato de serem trabalhadores não retira dos alunos as características próprias a esse ciclo da vida.

A pesquisadora entende que a escola pode estar assumindo o papel de uma segunda jornada, uma atividade exaustiva. Ao final de um dia de trabalho, os jovens se deparam com uma segunda atividade com a qual não se identificam, algo que lhes é sacrificante ou uma mera obrigação e sem sentido pois é descolada de suas realidades.

Esses são alguns dos aspectos presentes na vida dos jovens brasileiros, notadamente quando se referem aos pertencentes às camadas populares. Para esses, a escola ou a universidade, muitas das vezes, cedem lugar ao trabalho,

E, ainda em condição mais vulnerável, existem os jovens que compõem o grupo daqueles que não estudam e não trabalham, que são os chamados “nem-nem”. De acordo com pesquisa do IPEA, 23 % dos jovens (2 em cada 10) encontram-se nessa situação, revelando um dos piores índices entre 9 países da América Latina e Caribe. Esse grupo é majoritariamente feminino e, dentre os motivos para não estudar e não trabalhar está a obrigação familiar e com filhos, impedimento que recai especialmente sobre as mulheres.

A expressão “nem-nem”, por vezes, pode ser associada à imagem negativa do jovem, atrelando o fato de não estarem na escola ou no trabalho, um termo que pode remeter à

ociosidade. Porém, o que pesquisa nos demonstra vai na contramão de uma referência pejorativa. Estudos do IPEA apontam que 31% dos jovens “nem-nem” estão à procura de emprego e 64%, especialmente as mulheres, se dedicam aos cuidados— domésticos e familiares. Ou seja, o trabalho tem um lugar importante na vida dos jovens, ao contrário do que algumas construções sociais sobre o jovem possam tentar nos passar.

1.3.1 O lugar do trabalho na vida do jovem

Comumente associamos juventude à escola, universidade, lazer, e etc. Mas, para o jovem brasileiro, o processo de formação também tem sido acompanhado das responsabilidades da vida adulta.

Nadya Araújo Guimarães realizou, no ano de 2003, uma pesquisa sobre o lugar do trabalho na vida dos jovens. De acordo com a autora, possíveis consequências das mudanças processadas no mundo do trabalho poderiam ser uma perda da importância do trabalho, não apenas pela dificuldade da viabilidade de empregos, mas ainda como perda de um espaço de sociabilidade e construção identitária e subjetiva. Entretanto, apesar de os jovens serem socializados num contexto de crise do trabalho, os resultados da pesquisa de Guimarães constataam que o trabalho ainda tem um lugar de importância e significado para os jovens (GUIMARÃES, 2013, in ABRAMO e BRANCO).

Entendemos que o trabalho pode assumir significados diferentes na vida dos jovens. Como já apresentado na sessão anterior, a juventude é plural e diversa e, portanto, a relação juventude/trabalho também será construída de distintas formas.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, por certo, podemos falar de distintas formas de socialização profissional relativas aos diversos grupos de jovens, variados por sua origem social, regional, étnica, ou mesmo por sua condição de gênero ou capital escolar. “Juventudes” antes que “juventude” (GUIMARÃES, 2005, p. 154 in ABRAMO E BRANCO).

O trabalho pode ter múltiplos sentidos para os jovens, como apresentado na pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, realizada no final de 2003. Esta contou com a participação de 2501 entrevistados com idade entre 15 e 24 anos, distribuídos em 198 municípios.

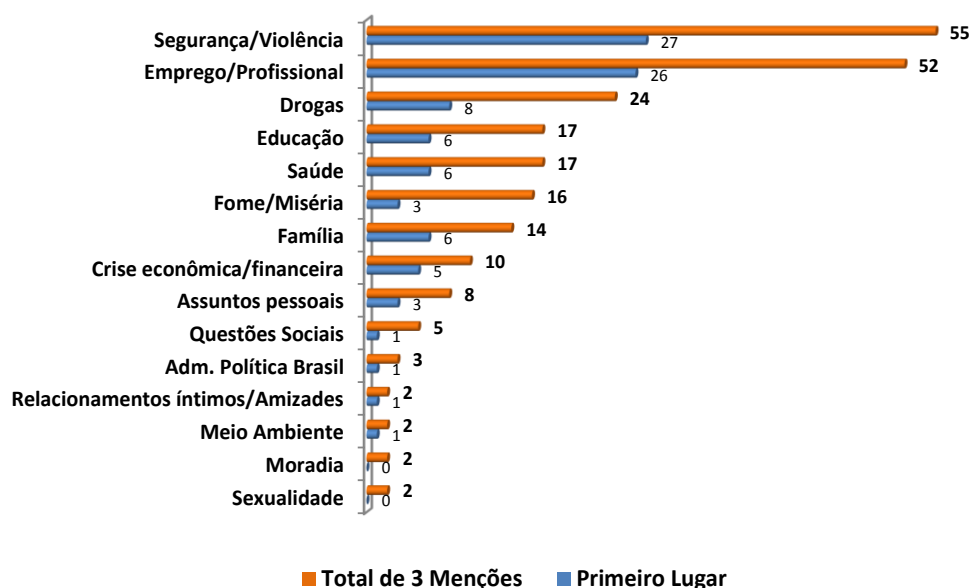
De acordo com esse estudo, o trabalho não aparece entre os valores mais importantes para suas vidas, mas sim o “temor à Deus” e a “religiosidade”. No entanto, quando a pergunta se direciona para as maiores preocupações, 17 % dos entrevistados colocam o trabalho como

primeira opção, assim como a educação. O trabalho aparece ainda como o terceiro ponto no *ranking* da lista de questões urgentes a serem solucionadas no país, sendo violência e miséria ocupantes do segundo e terceiro lugar. Novamente uma referência ao trabalho/emprego surge no questionário, quando os jovens apontam o desemprego como o principal problema a ser resolvido no Brasil.

Ou seja, o trabalho está entre os assuntos que mais interessam aos jovens, em um conjunto de temas que perpassavam por questões como relacionamento amoroso, família, religião, sexualidade, drogas e violência. É um tema de relevância tanto para aqueles que se encontravam empregados no momento da pesquisa, quanto para os que estavam em busca de um. Indicou ainda que o assunto é pertinente para jovens de diferentes níveis de escolaridade, além de ser uma preocupação mais presente entre os de maior idade.

É necessário chamar a atenção para uma informação extraída na pesquisa. O interesse pela temática do trabalho é menos relevante para os jovens com uma faixa de renda mais elevada. Em geral, os homens, com baixa escolaridade e oriundos de famílias com baixa renda sinalizam o trabalho como sua maior preocupação. Esse dado vai de encontro ao que problematizamos anteriormente e que vai perpassar o debate dessa dissertação: o trabalho apresenta um lugar central na vida dos jovens pobres, seja como meio de subsistência ou como forma de vivenciar a juventude, visto que o acesso ao emprego garante-lhes uma renda mínima para ter acesso à lazer, cultura, consumo e tantas outras vivências que são parte do universo juvenil. O trabalho é parte da realidade dos jovens das camadas populares e uma de suas principais preocupações, conforme indica o gráfico abaixo.

Gráfico 01
Problemas que Mais Preocupam o Jovem Atualmente
(espontânea, em %)



Fonte: Pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, 2003.

Segundo os participantes da pesquisa, a educação é o direito social que os jovens gostariam de ver atendidos (35 % das respostas), seguido do trabalho. Se lhes fossem dada a possibilidade de formular novos direitos para os jovens, metade respondeu que criaria novos direitos sociais e, no bojo destes, o trabalho possui lugar de destaque. O trabalho como um direito está presente, especialmente nas respostas dos jovens que se encontram desempregados, que estão ou já estiveram em um trabalho informal e os que estão à procura de emprego.

Curioso que quando se reconhecem sujeitos de direito (trabalho), tal como destaquei no início deste item, são os jovens com experiência de trabalho regular, no mercado formal, aqueles que mais exibem respostas que os flagram exercitando essa representação de si. Contrariamente, quando flagrados como sujeitos carentes de um direito, postulando- como uma possível criação que protegesse o jovem-cidadão, são os mais próximos à precoce desfiliação aqueles que se perfilam ao redor dessa representação de si (GUIMARÃES, 2005, p. 164 in ABRAMO E BRANCO).

Investigando o aspecto subjetivo do trabalho e o que o jovem dele consegue extrair, os entrevistados elencaram cinco palavras que, segundo eles, estão associadas ao trabalho: necessidade, independência, crescimento, autorrealização e exploração.

O trabalho enquanto uma necessidade é uma interpretação, em geral, realizada pelo grupo de jovens que se encontram em condições de vulnerabilidade, tal como os que estão ou já estiveram inseridos no trabalho informal, os desempregados, os de menor escolaridade, menor renda e os de idade mais elevada, os quais já se aproximam das responsabilidades colocadas pela vida adulta.

Já o trabalho como meio de conquistar a independência não apresenta um corte etário, de renda, escolaridade etc., como observado no item anterior. Segundo Guimarães (2013), aqui existe certa generalização e um padrão universal entre diversas frações de jovens de que o trabalho se constitui como um meio para atingir a independência.

Crescimento atrelado ao trabalho é resposta comum entre aqueles que estão no mercado formal de trabalho, tem nível de escolaridade mais elevada e possuem uma renda superior. Um grupo menor, formado majoritariamente por jovens em busca de emprego, com formação superior e renda acima de dez salários mínimos, remete o trabalho à autorrealização.

A pesquisa aqui mencionada, ao abordar a importância do trabalho para os jovens, sinalizou que esse tem um lugar central na vida desses sujeitos, em especial dos jovens das camadas populares, dadas as condições materiais os levam à inserção precoce no mercado de trabalho como forma de contribuir com o sustento da família. Isso fica evidente quando a pesquisa nos apresenta que 27% dos entrevistados utilizam seu salário apenas com seus gastos, 14 % entregam todo o seu salário a outro e 57 % repassava parte do seu dinheiro.

A preocupação em relação ao emprego, a dificuldade de acesso, dentre outras questões que afligem os jovens, não devem ser analisadas isoladamente, mas sim no conjunto das contradições do capitalismo. E, aqui, inscreve-se o trabalho, que sofre os rebatimentos das crises cíclicas do capital. É um inventar e reinventar-se, que cria novas formas de exploração da força de trabalho, assim como resgata velhas práticas.

Percebemos assim, que as preocupações e inquietações dos jovens em relação ao trabalho são respostas à uma condição objetiva e material: a precariedade do trabalho, insegurança nos contratos de emprego, dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Retratam uma realidade que atinge diretamente os jovens.

Nesse sentido, é importante compreender que essas preocupações são reflexo de uma conjuntura de crise do capital e seus rebatimentos sobre o mundo do trabalho. Por esse motivo, faz-se necessário também, uma análise conjuntural, objetivando entender o lugar assumido pelo trabalho na vida dos jovens no atual contexto histórico, econômico e social.

CAPÍTULO II

O MUNDO DO TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL

A condição dos jovens trabalhadores da cidade de Mariana no contexto pós-rompimento da barragem de rejeitos do Fundão é nosso objeto de estudo. O cenário na cidade mineira é de crise econômica. Crise esta que se intensifica e ganha um contorno especial devido à interrupção das operações da empresa Samarco.

A situação enfrentada pela cidade após 2015 tem suas raízes na relação de dependência historicamente construída em relação à mineração. Ao interromper a produção de uma das principais mineradoras da cidade, uma série de consequências recai sobre a vida da população. Aqui temos uma situação particular à Mariana: uma crise gerada pela condição de dependência em relação à mineração.

No entanto, Mariana não seria “vítima” apenas de uma crise local. A crise da mineração, por si só não é a responsável pelo conjunto total de desempregados e trabalhadores em situação de trabalho informal e vínculos precários na cidade. Seria um equívoco realizar uma análise causa/efeito, pois isso significa desconsiderar que vivemos em um sistema capitalista em crise e cujos impactos se fazem sentir em trabalhadores de todo o mundo, em maior ou menor grau, a depender da capacidade de cada país em responder aos efeitos de tal crise.

Portanto, entender a particularidade de Mariana não significa olhar apenas para o “local”, mas sim, se debruçar sobre o estudo do “local” a partir de suas mediações com o geral. Partimos, então, do pressuposto que a condição atual do jovem trabalhador em Mariana pode ter sofrido um forte impacto com a paralisação das atividades da Samarco. Contudo, esse elemento isoladamente não dá conta de explicar o conjunto de situações que envolvem a precariedade do trabalho dos jovens.

Posto isto, nos colocamos no exercício de compreender um pouco sobre a categoria trabalho e, especialmente, a sua configuração no interior da sociedade capitalista, bem como as mutações do trabalho em tempos de crise do capital.

2.1 TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

O trabalho precário, degradante, produtor de mercadorias, alienante, causador de adoecimento físico e mental. Características recorrentemente atribuídas à esta atividade, mas

que só podem ser consideradas em relação e conformidade com a estrutura de um sistema baseado no modo capitalista de produção. Trata-se de sua forma específica em determinado modo de produção e, portanto, imbricada a determinadas relações sociais, contexto histórico, econômico e social.

Essa é sua feição no capitalismo, mas como poderíamos definir o trabalho, antes de entender a forma que este assume nas sociedades capitalistas? Seria o trabalho um meio de exploração do trabalhador em toda e qualquer sociedade?

Paremos da conceituação de Marx, tal como expressa no fragmento a seguir:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza (MARX, K, 2013, p.255).

Segundo o pensador alemão, o homem, em sua ação e domínio sobre a natureza, experimenta o desenvolvimento de potencialidades e habilidades. A atividade de regulação e controle sobre as forças naturais provoca, neste mesmo movimento, uma transformação no próprio ser do homem (MARX, 2013).

O trabalho apresenta a capacidade de estabelecer uma conexão do homem com o ser genérico, distinguindo - o dos animais. Retomando o clássico exemplo comparativo das atividades desenvolvido pelo arquiteto e pela aranha, Marx demonstra que o primeiro planeja e idealiza esta ação, enquanto a segunda apenas o executa instintivamente. O resultado do processo de trabalho já existia na cabeça do homem e tinha clara intencionalidade ou, nas palavras de Marx (2013), possui “vontade orientada a um fim”.

No capítulo V do livro I de O capital, Marx enumera três elementos simples que compõem o processo de trabalho: atividade orientada a um fim; objeto e meios de trabalho. Conforme citado anteriormente, a atividade orientada a um fim é o momento da ideação, construção mental de uma atividade com um fim determinado de satisfação das necessidades colocadas ao homem. O objeto é o elemento sobre o qual recai a ação do homem. Já os meios de trabalho assumem a função de intermediação entre o homem e o objeto, auxiliando e guiando a ação deste.

Os meios de trabalho apresentam um papel fundamental na concepção marxista do processo de trabalho, pois são os elementos através dos quais é possível distinguir as épocas econômica, indicam o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as condições sociais em que o trabalho se realiza.

Nessa perspectiva teórica, processo de trabalho é entendido, além dos seus elementos simples anteriormente mencionados, em seu sentido mais amplo, abrangendo as condições objetivas sob as quais a atividade se realiza. A fixação do trabalho no produto culmina o fim de um processo de trabalho.

No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho, segunda uma finalidade definida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, com material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma (MARX, K. 2013, p.258).

Segundo Marx (2013), o processo de trabalho pode conter processos de trabalhos anteriores, e, portanto, valores de uso decorrentes de processos anteriores. Assim, o valor de uso que representa produto de um processo de trabalho, constitui meio de produção de um trabalho que o antecede. Ou nas palavras do próprio Marx (2013), “os produtos são não apenas resultado, mas também condição do processo de trabalho”.

A identificação da função assumida pelo valor de uso - que pode assumir a função de matéria-prima, meio de trabalho ou produto final – só é perceptível ao considerarmos o processo de trabalho como um todo, do lugar ocupado e possíveis mudanças ao longo do processo de trabalho.

O planejamento, o que estava no plano das ideias e construções mentais ganha concretude ao materializar-se através de seu valor de uso, a exemplo de uma máquina sem uso nada cria, é apenas potência. Inexiste valor de uso, ao passo que suas propriedades não estão colocadas a serviço do homem e de suas satisfações. Como nos lembra o filósofo, “o trabalho vivo deve apoderar-se dessas coisas, despertá-las do mundo dos mortos e convertê-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos” (MARX. 2013, p.260) Em síntese, o autor nos diz que:

Portanto, se por um lado os produtos existentes não são apenas resultados, mas também condições de existência do processo de trabalho, por outro lado, sua entrada nesse processo, seu contato com o trabalho vivo, é o único meio de conservar e realizar como valores de uso esses produtos de um trabalho anterior (MARX, 2013, p. 261).

O trabalho é também, segundo Marx (2013), um processo de consumo. Objeto, meios de produção e matéria prima são absorvidas no decorrer deste processo que o autor denomina “consumo produtivo”. Distinto do consumo individual, o consumo produtivo refere-se a

consumo de produtos enquanto meios de subsistência, enquanto o consumo individual realiza-se através do consumo de meios de subsistência da força de trabalho. O primeiro tem como resultado o próprio consumidor, enquanto o segundo finaliza com um produto distinto do consumidor (MARX, 2013).

No entanto, a produção de valores de uso, por si só, não é suficiente para entender as especificidades do trabalho em suas múltiplas possibilidades de existir e se organizar em conformidade com variadas formações sociais e econômicas. Interessa-nos, em consonância com nosso objeto de estudo, conhecer a forma específica de configuração do trabalho nas sociedades capitalistas.

No processo de valorização, Marx acrescenta elementos que auxiliam na compreensão acerca da forma de organização do trabalho nas sociedades baseadas no modo capitalista de produção. Enquanto um sistema baseado na produção de valores de uso, acrescidos de um valor de troca, observamos que a atividade humana transita de um estado de satisfação de necessidades humanas para a produção de mercadorias:

Na produção de mercadorias, o valor de uso não é, de modo algum, a coisa (que se amam por ela mesma). Aqui, os valores de uso só são produzidos porque e na medida em que são o substrato material, os suportes do valor de troca (MARX, 2013, p.263).

Diferentemente do processo de trabalho, o processo de valorização tem como produto final uma mercadoria cujo valor é superior à soma das mercadorias necessárias à sua produção. Matéria-prima, meios de produção e valor da força de trabalho participantes desse processo devem estar abaixo do valor final atribuído à mercadoria, possibilitando assim a extração de mais valor. Ao condensar valor de uso e valor de troca, podemos afirmar que a mercadoria incorpora processo de trabalho e processo de formação de valor. (MARX, 2013).

O trabalho ao qual nos referimos aqui, enquanto produtor de mercadoria e dotado de valor de troca, assume uma função distinta daquela assumida durante o processo de trabalho. Segundo Marx (2013), a especificidade do trabalho no interior do processo de valorização não se dá mediante a “qualidade, caráter ou conteúdo específico do trabalho”, mas através da quantidade de trabalho investida. O processo de trabalho, por sua vez, define o valor de seu produto a partir do tempo socialmente necessário à sua confecção sob dadas condições.

Em conformidade com as distinções aqui apresentadas, os demais elementos que compõem o trabalho também apresentam formas específicas no processo que envolve a produção de mercadoria. Para Marx (2013), a matéria-prima e o produto configuram-se de

maneira distinta daquela em que se apresentava no processo de trabalho em si. No sistema produtor de valor, matéria prima torna-se um elemento que, por meio da absorção de determinada quantidade de trabalho, transforma-se em produto, ao passo que a força de trabalho é despendida. Portanto, o produto passa a ser “quantidades determinadas de trabalho, massas determinadas de trabalho cristalizado” (MARX, 2013).

Marx salienta que o valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho representam grandezas distintas, sendo a diferença entre estas o objetivo final do capitalista ao comprar a força de trabalho. Esta é dotada de valor de uso e geradora de mais valor, que é o elemento central neste processo de valorização. No modo capitalista de produção, o trabalho, segundo Marx (2013), realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso.

A forma específica do trabalho nas sociedades capitalistas, ao alienar o valor de uso e enfatizar a produção de valores de troca, promove o distanciamento entre o homem e o produto de seu trabalho, o qual responde primordialmente à uma demanda externa. O produto final da atividade humana, antes destinado à satisfação de necessidades do seu criador, transforma-se em mercadoria na ordem do capital, assim como também é mercadoria a força de trabalho humano. Referenciamo-nos, nas palavras de Marx (2004) para dizer que no capitalismo forma-se a “valorização do mundo das coisas em detrimento do mundo dos homens” (MARX, 2004, p.41).

O trabalho planejado e materializado nas condições aqui brevemente expostas apresenta como produto final, objetos ou coisas que atendem às demandas externas, em detrimento de uma resposta às necessidades de seu criador. Objetos que se apresentam a ele como alheios, exteriores, pertencentes a outros homens e dotados de existência independente. Como nos diz Marx, “o homem não pertence mais a si, mas ao seu objeto” (MARX, 2004, p.81).

No sistema de produção de valor, trabalhador torna-se também uma mercadoria cada vez mais sem valor. À medida que aumenta sua capacidade de produzir, desvaloriza-se o valor da força de trabalho. Ainda segundo o filósofo, podemos falar de uma sociedade em que “a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta à desvalorização do mundo dos homens” (MARX, 2004. p. 80).

O homem que se depara com um objeto estranho é, ao mesmo tempo, privado dos meios necessários à execução do seu trabalho. Trata-se de uma dupla perda: de objetos necessários à vida e objetos de trabalho, consequências do processo de estranhamento do

homem em relação ao produto do seu trabalho. Encerra, pois, no entendimento de Marx, sua vida no objeto:

A exteriorização (Entäusserung) do trabalhador em seu produto, tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa (äussern), mas, bem além disso, | que se torna uma existência, que existe fora dele (ausser ilun), independente e estranha a ele, tornando-se uma potência (Machi) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha (MARX, 2004, p.81).

O estranhamento do trabalhador em relação ao objeto representa o elemento central desse processo que tem suas raízes na própria atividade de produção, onde o sujeito vivencia uma experiência de negação do próprio trabalho. Esta condição de não reconhecimento e “mortificação”, nas palavras de Marx (2004), é fruto de uma atividade não livre e sacrificante, capaz de tornar o trabalhador “fora de si” quando no trabalho.

O homem não percebe o sentido do seu trabalho, “animaliza-se”. Afasta-se do seu gênero à medida e na proporção em que não tem o trabalho como atividade autorrealizadora e livre, portanto, meio de conexão com a generalidade humana.

O homem possui a capacidade de dominar a natureza inorgânica de acordo com suas necessidades, conferindo-lhe a condição de ser universal: natureza como parte do corpo inorgânico humano; relação constante entre homem e natureza que o mantém vivo. Através da natureza extrai seus meios de vida e objetos de trabalho, configurando, pois, segundo Marx, seu corpo inorgânico. O estranhamento em relação à natureza, bem como em relação a si próprio e sua atividade, significa, segundo Marx (2004), o estranhamento do gênero. Enquanto ação destinada meramente à finalidade de satisfação de carências imediatas, atividade não consciente e forçada, não podemos entender essa forma de trabalho como capaz de promover a interconexão do homem à sua genericidade. Em síntese, temos que é através da conexão do homem com o mundo objetivo que este se faz homem, que faz dele um ser atrelado ao gênero humano e à sua verdadeira essência:

Precisamente por isso, na elaboração do mundo objetivo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como a sua obra e sua efetividade (MARX, 2004, p.85).

O trabalho engendrado nos moldes capitalistas de produzir, estranhado, “desumanizado” e distinto da atividade que o associa ao seu gênero, objetiva a satisfação de

uma necessidade puramente individual e não mais universal. O não reconhecimento na atividade produtiva, no produto do seu trabalho, a perda de si mesmo e o estranhamento em relação ao mundo objetivo colocam novas formas de relações entre os próprios homens. O estranhamento do homem em relação ao homem representa o reflexo do estranhamento do homem em relação a si mesmo e ao seu trabalho.

O trabalho que é estranho ao trabalhador, pertence, na verdade, a um outro homem; àquele que está fora do trabalho e se apropria do produto do trabalho alheio, dos objetos e meios de trabalho. A propriedade privada aparece, então como consequência do trabalho estranhado, como seu produto, ou seja, sua exteriorização. Ao mesmo tempo, é através da propriedade privada que o trabalho estranhado se efetiva, conforme nos apresenta Marx (2004):

Somente no derradeiro ponto de culminância da propriedade privada vem à tona novamente este seu mistério, qual seja: que é, por um lado, o produto do trabalho exteriorizado e, em segundo lugar, que é o meio através do qual o trabalho se exterioriza, a realização dessa exteriorização (MARX, 2004, p.88).

O trabalho estranhado e alienante Marx ganha novas formas de existências nos distintos estágios do desenvolvimento capitalista, bem como nas diferentes formações sociais. As bases materiais e sociais são, por excelência, definidoras de sua forma e estrutura organizativa do trabalho.

A exploração dos trabalhadores, que é condição para a existência do capitalismo, torna-se ainda mais intensa nos períodos de crise. Assim, seguimos com a análise de Istvan Mészáros, para tentar compreender um pouco da atual feição assumida pelo capitalismo contemporâneo, bem como a crise sob a qual está submetido.

2.2 A ORDEM DE REPRODUÇÃO SOCIO METABÓLICA DO CAPITAL

Mészáros (2002), ao estudar a reprodução sociometabólica do capital, avalia que o sistema do capital global chegou à um estágio de maturação e saturação nunca antes vivido. O cenário atual torna mais difícil as lutas travadas pelos trabalhadores e as consequentes concessões, tal como ocorrido nas organizações grevistas em décadas anteriores.

O filósofo húngaro chama a atenção e reforça que o capital não é uma “entidade material” (p.96,2002), assim como também não é um “mecanismo racionalmente controlável” (p.96), mas sim uma “forma incontrolável de controle metabólico”. Os imperativos do sistema global perpassam distintas áreas (saúde, educação, previdência, habitação, etc), assim como

não se fazem presentes apenas nos grandes empreendimentos ou multinacionais, mas também nos pequenos negócios, nas relações sociais, e tantos outros aspectos da vida social estão sujeitos aos ditames do capital.

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar (MESZÁROS, 2002, p.96).

A função totalizadora do capital tornou o sistema atual mais dinâmico do que os anteriormente existentes, porém, esse dinamismo veio acompanhado de perda de controle sobre os processos de tomada de decisão. A perda de controle está presente tanto para o trabalhador quanto para o capitalista, dado que os imperativos do sistema se sobrepõem a todos (MESZÁROS, 2002).

O sistema do capital, sob o modo do controle sociometabólico, determina a vida dos sujeitos de acordo com o lugar ocupado pelos grupos sociais no interior da estrutura hierárquica de comando do capital. Um dos aspectos centrais da sujeição da sociedade ao sistema sociometabólico do capital é a organização desta em classes sociais opostas e a adoção de um controle político total. Segundo Meszaros (2002), essa dualidade se consolida através de uma divisão social hierárquica do trabalho.

Esta imposição da divisão social hierárquica do trabalho como a força cimentadora mais problemática – em última análise, realmente explosiva – da sociedade é uma necessidade inevitável. Ela vem da condição insuperável, sob o domínio do capital, de que a sociedade deva se *estruturar de maneira antagônica* e específica, já que as funções de *produção* e de *controle* do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos (MESZÁROS, 2002, p.19).

A divisão social hierárquica do trabalho, colocada como necessidade do capital, se legitima também por meio de seu aparato ideológico, que difunde a ideia do livre mercado e da livre escolha. O capital move esforços para manter seu processo de expansão e acumulação.

No entanto, o dinamismo característico ao sistema sociometabólico do capital também vem acompanhado de deficiências. Os entraves colocados ao processo de expansão e

acumulação podem deflagrar graves crises socioeconômicas e políticas, como observado nas duas guerras mundiais. Assim, é possível falar na viabilidade de uma crise sistêmica e estrutural, que abarca o sistema do capital global em seus aspectos econômicos, financeiros e demais dimensões fundamentais. Trata-se de uma crise que coloca em “xeque” a viabilidade do capital como sistema reprodutivo social, (MESZÁROS, 2002).

Sabe-se que o capital enquanto produtor de valor só se realiza no momento da circulação. No sistema em questão, a relação entre produção e consumo assume uma nova estrutura, rompendo com a unidade entre ambos, ao passo que agora o objetivo final é a produção de um valor de troca, e não mais de valor de uso. O fim da autossuficiência aparece como um fator favorável à dinâmica de expansão do capital. Assim, o capital se torna, segundo Mészáros (2002), o “maior extrator de trabalho excedente em toda a história”. (Mészáros, 2002, p.102).

Assim, como sistema de controle metabólico, o capital se torna o mais eficiente e flexível mecanismo de extração do trabalho excedente, e não apenas até o presente. Pode-se convincentemente argumentar que a “força bombeadora”⁷ do capital, que extrai o trabalho excedente, não conhece *fronteiras* (embora tenha *limites estruturais*, que as personificações do capital recusam, e devem recusar, reconhecer), e assim pode-se corretamente considerar que tudo o que se puder imaginar como extensão quantitativa da força extratora de trabalho excedente corresponde à própria natureza do capital, ou seja, está em perfeita sintonia com suas determinações internas (MESZÁROS, 2002, p 102).

Porém, quando os limites absolutos das determinações internas do capital tornam-se visíveis, pode-se falar de uma crise decorrente da baixa eficiência e insuficiência da extração de trabalho excedente, acarretando, desse modo, um risco para a sobrevivência do sistema do capital.

O fim da autossuficiência propiciou, por um lado, uma melhora na produtividade, mas por outro, impulsionou a perda de controle do sistema reprodutivo social. Segundo Meszáros (2002), essa perda foi imperceptível por um longo período histórico devido ao deslocamento das contradições do capital durante sua fase de expansão. Para o filósofo, a própria necessidade de expansão já é uma manifestação dessa perda de controle. E, quando essa expansão apresenta limites e impossibilita o deslocamento dos antagonismos internos do capital, antigos problemas voltam à tona, porém em proporção e dimensões ainda maiores.

Os defeitos estruturais do sistema do capital são defeitos estruturais de controle. Meszáros (2002) aponta 3 fatores desencadeadores dessa falta de controle: isolamento entre

produção e controle; a independência entre produção e consumo gera um consumo exagerado concentrado em poucos locais e incompatível com as reais necessidades da maioria da população; os novos microcosmos do capital combinam-se de uma forma em que o capital social total consiga penetrar na circulação global no intuito de superar a contradição entre produção e circulação. Assim, a necessidade de subordinação extrapola o microcosmos e suas fronteiras, extrapola barreiras regionais e nacionais, conseguindo sujeitar a força de trabalho total da humanidade aos imperativos do sistema do capital.

O problema estrutural do controle reside na falta de unidade. Essa fragmentação se manifesta nos conflitos de interesses entre as forças sociais hegemônicas, ou seja, no embate entre capital e trabalho.

Assim, os antagonismos sociais em questão devem ser disputados com maior ou menor intensidade conforme o permitam as circunstâncias históricas específicas, e, sem a menor dúvida, favoreceram o capital em detrimento do trabalho durante o longo período de sua ascensão histórica. Entretanto, mesmo quando o capital sai vitorioso nessas lutas, os antagonismos não podem ser eliminados – apesar de todo o arsenal de racionalização acionado pela ideologia dominante no interesse de tal resultado – precisamente porque são *estruturais*. (MESZÁROS, 2002, p.106).

Com o objetivo de realizar uma ação corretiva, tem origem o Estado Moderno, o qual exerce a função de estrutura totalizadora do comando político do capital. A formação do Estado moderno está atrelada à uma necessidade de assegurar a produtividade do sistema.

É o responsável por exercer o controle sobre as unidades produtivas isoladas do capital, ou seja, tem como atribuição principal a correção da falta de unidade entre os aspectos acima mencionados.

No que se refere às correções relativas ao primeiro aspecto (ausência de unidade entre produção e controle), temos no Estado moderno e sua estrutura legal, um mecanismo de exercício de controle nos locais de trabalho. Por meio de sua estrutura jurídica, o Estado moderno assume o papel de protetor do material alienado e dos meios de produção, o que garante separação entre a propriedade e os produtores.

Isso significa que o Estado se afirma como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, em seu microcosmo e nas interações das unidades particulares de produção entre si, afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais mediato e abrangente. (MESZÁROS, 2002, p.108)

Sobre o segundo grupo de problemas (disjunção entre produção e consumo), Meszáros (2002) afirma que o sistema capitalista é capaz de eliminar algumas restrições do passado e caminhar para um nível de expansão nunca antes imaginado.

O aspecto ideológico que permeia esse processo atua no intuito de racionalizar e “camuflar” os problemas presentes na esfera do consumo, causando a falsa impressão de uma unidade e coesão. A ideologia burguesa associa o capitalista como “produtor” e o consumidor como entidade independente, como nos diz o pensador húngaro. Sendo assim, ao atrelar o produtor à figura do capitalista, omite-se desse processo, o trabalhador. Ou seja, ao capitalista é atribuído o papel de produtor, enquanto o real produtor de riqueza- trabalhador- não aparece nessa equação.

No entanto, apenas no aspecto ideológico é possível fazer com que o trabalhador desapareça no processo de produção de riqueza. Quando se tratam de medidas práticas, verifica-se que o trabalhador como consumidor desempenha uma função importante no funcionamento do capital, sendo essa importância variável a depender do estágio de desenvolvimento do capital. Enquanto isso, o Estado moderno e sua função reguladora atuam no processo de reprodução socioeconômica e no reforço do domínio do capital, assim como assume o papel de comprador/consumidor direto. Nessa última competência do Estado, cabe-lhe prover necessidades básicas da população, tais como acesso à saúde, educação, habitação, seguridade social, e etc.

O terceiro e, segundo Meszáros (2002), o mais importante aspecto, refere-se à tentativa de tornar a circulação um empreendimento global no interior das estruturas fragmentadas do sistema do capital, o que significa buscar a unidade entre produção e circulação.

Aqui o Estado tem um papel fundamental, porém as relações são também marcadas por contradições. A principal contradição apontada pelo autor diz respeito à organização da estrutura corretiva global e comando político do sistema do capital. Estes atuam no âmbito dos Estados nacionais, no entanto como modo de reprodução e controle sociometabólico, esse sistema extrapola os limites dos Estados nacionais.

Em resposta a essa contradição, Meszáros (2002) entende que a única alternativa possível seria a criação de um sistema de “duplo padrão” que consiga combinar um padrão de vida elevado para a classe trabalhadora nos países centrais em uma democracia liberal. Por outro lado, nos países periféricos vê-se a construção de regimes autoritários e a intensificação da exploração.

Cabe lembrar que o chamado “duplo padrão” sinalizado por Meszáros não representa uma característica permanente do sistema do capital. Como já colocado anteriormente, estamos falando de um sistema dinâmico e que, as devidas mudanças sempre estarão atreladas à sua procura por novas estratégias de expansão e acumulação.

Por vezes, conflitos de interesses entre os distintos capitais nacionais irão surgir. Apesar do forte protecionismo dos Estados dominantes em relação à entrada de outros capitais nacionais, esta é incapaz de anular os antagonismos do capital social total. Isso significa dizer que a determinação estrutural interior do sistema do capital se mantém inalterada.

A resolução desses conflitos só teria viabilidades se cessada a contradição entre produção e controle, a qual permeia todo o sistema de reprodução social, onde estão presentes ainda a contradição entre produção e consumo, assim como entre produção e circulação.

Assim, para prever uma resolução global, legítima e sustentável dos antagonismos do sistema do capital, seria necessário primeiro acreditar no conto de fadas da eliminação para todo o sempre da lei do desenvolvimento desigual das questões humanas. É por isso que a “Nova Ordem Mundial” é uma fantasia absurda ou uma camuflagem cínica planejada para projetar os interesses hegemônicos dos poderes capitalistas preponderantes como aspiração universalmente benéfica e moralmente recomendável da espécie humana. Mesmo que fosse viável, um “Governo Mundial” – e o correspondente sistema estatal – não seria uma solução. Nenhum sistema global deixa de ser explosivo e, em última análise, autodestrutivo se for antagonicamente estruturado até o seu núcleo central. Em outras palavras: ele não deixará de ser instável e essencialmente explosivo se, como sistema abrangente de controle sociometabólico, for constituído de microcosmos dilacerados pelo antagonismo interno devido a conflitos de interesse irreconciliáveis, determinados pela separação radical entre produção e controle, que é alienado dos produtores (MESZÁROS, 2002, p.114).

Na sessão anterior, ao tratar do sistema sociometabólico do capital, vimos que em momentos de crise, o deslocamento das contradições do capital aparece como uma alternativa e resposta à crise. No entanto, essa estratégia já não possui a mesma aplicabilidade para crise de caráter estrutural, ao passo que essa não é uma crise parcial, mas global. Portanto, depara-se com a impossibilidade de deslocamento das contradições. Enquanto os mecanismos de expansão cumprirem apresentarem funcionalidade no que tange à superação de barreiras e enfrentamentos de crises, não será possível falar em crise estrutural.

De fato, não pode haver qualquer crise estrutural enquanto esse mecanismo vital de autoexpansão (que simultaneamente é o

mecanismo para transcender e deslocar internamente as contradições) continuar funcionando. Pode haver todos os tipos de crises, com duração, frequência e gravidade variadas, que afetam de forma direta uma das três dimensões e indireta, até que o obstáculo seja removido, o sistema como um todo, sem, porém, colocar em questão os limites últimos da estrutura global (MÉSZÁROS, 2010, p.75).

As contradições e antagonismos não surgem com a crise estrutural. Estes se fazem presentes nas dimensões do capital (produção, circulação e consumo) desde o primórdio. O que Mézáros (2010) nos chama a atenção é para o fato de que, em determinado momento, a incompatibilidade de interesses entre essas dimensões, não conseguem ser dissipadas e tornam-se cumulativas e estruturais, impedindo o funcionamento do deslocamento das contradições.

Segundo Mézáros (2010), essa crise manifesta-se tanto nas dimensões internas do capital (produção, circulação e consumo), quanto em suas instituições políticas. O estado capitalista já não é mais capaz de oferecer garantias para as condições socioeconômicas instáveis, culminando com o fim do Estado de Bem-Estar Social. Trata-se, além disso, de uma crise do sistema de dominação.

2.3 AS RESPOSTAS À CRISE DO CAPITAL

A crise do capital, ao colocar novos obstáculos à manutenção desse sistema econômico, coloca também novas estratégias de saída da crise. Pensaremos nessa sessão, nos contornos assumidos pelo mundo do trabalho nesse contexto que se iniciou em meados dos anos 1970 através de uma ruptura com o modelo fordista e adoção do modelo taylorista em seu processo de produção.

Uma das estratégias para superar o momento de crise e retomar a taxa média de lucro foi a reestruturação do padrão produtivo. O fordismo esteve presente no século XX e tinha como característica central a produção em massa de bens de consumo duráveis, concentração de atividades meios e fins no interior da fábrica e uma produção homogeneizada e padronizada.

Os trabalhadores eram admitidos por meio de contratos longos e por meio de contratos rígidos para demissão, garantindo segurança no emprego. O trabalho era organizado de forma vertical, parcelar e fragmentado, com uma nítida separação entre planejamento e execução.

De acordo com David Harvey (1994), o modelo sustentado no fordismo e keynesianismo já apresentava problemas desde os anos 1960. O pensamento keynesiano,

legitimador da política anticíclica, de pura economia de mercado, defensor da racionalização da economia, opondo-se à racionalidade de livre mercado e representando a tentativa de construir um Estado que fosse econômico e socialmente ativo.

Porém, esse modelo começou a se desfazer na década de 1970. Para o geógrafo, os problemas do fordismo passavam por uma rigidez no mercado, alocação e contratos de trabalho, investimento de capital fixo em larga escala e produção em massa. Ou seja, os problemas anunciados pelo sistema de capital perpassam a rigidez que marca o modelo fordista de produção e organização do trabalho.

Pensava-se que a solução para os “problemas” advindos do fordismo seria a implementação de um modelo. que fosse mais flexível e que comportasse uma forma de organização do trabalho dinâmica. Resumindo, a ênfase naquele momento de crise era pela busca de um modelo flexível e que se contrapunha à rigidez do fordismo.

Esse modelo que visava atender às novas exigências do capitalismo foi definido por Harvey como “acumulação flexível”. Flexibilização esta que tinha como foco a organização e gestão da força de trabalho, mercado de trabalho, produtos e padrões de consumo. Antunes (1997) coloca ainda sobre a flexibilização dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora:

Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital de instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção (ANTUNES,1997, p.16).

A reestruturação produtiva, sob o enfoque de maior flexibilização do trabalho, teve na revolução tecnológica, através do desenvolvimento da informática, da microeletrônica, da automação e da tecnologia em geral, a condição objetiva que propiciou a construção de uma nova organização do trabalho, assim como um novo padrão de acumulação: a acumulação flexível.

Dentre as transformações trazidas pela acumulação flexível, podemos citar a diversificação da produção através da criação de novas linhas de produtos, novos mercados, dispersão geográfica do trabalho e maior controle sobre os trabalhadores. Além disso, Harvey (1994) trata da compressão espaço-tempo para indicar que as decisões são tomadas em um curto período de tempo e a difusão dessas decisões se dá de forma rápida e eficiente devido ao desenvolvimento da comunicação e ao baixo custo do transporte.

A tecnologia traz benefícios e poderia ser utilizada a serviço do trabalho, mas no sistema capitalista ela assume um aspecto negativo. A inserção da tecnologia no processo produtivo implicou em um aumento expressivo do desemprego estrutural (substituição do trabalho vivo por trabalho morto), além de representar uma tentativa de ampliar a taxa de mais valia relativa, visto que se tem um aumento da produção mantendo-se o mesmo salário. Desemprego, subemprego, informalidade e perda de direitos trabalhistas são as principais consequências do processo de reestruturação produtiva.

Assim, a mesma lógica que incentiva a permanente inovação no campo da tecnologia e dos novos produtos financeiros, atinge a força de trabalho de forma impiedosa, transformando rapidamente os homens que trabalham em obsoletos e descartáveis, que devem ser “superados” e substituídos por outros “novos” e “modernos”, isto é, flexíveis. É o tempo de novos (des)empregados, de homens empregáveis no curto prazo, através das (novas) e precárias formas de contrato (DRUCK, 2011, p.43).

A configuração assumida pela classe trabalhadora hoje é distinta daquela assumida nos séculos passados, não significa afirmar que esta está em extinção, como defende André Gorz.

No entanto, a classe trabalhadora, como indicam Antunes e Alves (2004), vem passando por um processo multiforme, onde as principais tendências são a redução do operariado fabril, manual e estável, característico da indústria verticalizada, aumento da terceirização e subcontratação, aumento do novo proletariado fabril e de serviços, ampliação da contratação de força de trabalho feminina, que é absorvida de forma precarizada e desregulamentada; expansão do assalariado médio do setor de serviços que incorpora os trabalhadores anteriormente pertencentes ao setor industrial. exclusão de jovens do mercado de trabalho, exclusão dos trabalhadores considerados idosos pelo capital, inclusão precoce de crianças no trabalho, expansão do terceiro setor, com predominância de empresas de caráter assistencial, expansão do trabalho em domicílio, transnacionalização do capital e seu sistema produtivo.

Percebe-se ainda, uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho. No caso brasileiro, por exemplo, houve um aumento de 24 % da mão de obra feminina no decorrer da primeira década dos anos 2000. Porém, é necessário entender a natureza e característica do trabalho destinado às mulheres. Como coloca Hirata (2018), apesar de as mulheres estarem mais presentes no mercado de trabalho em comparação às décadas anteriores, existe ainda uma desigualdade de gênero, raça e classe, ao passo que essas três dimensões são indissociáveis.

A desigualdade aqui mencionada se manifesta na dificuldade de acesso às mesmas profissões que os homens, dificuldade de ascensão em seus espaços de trabalho, bem como salários inferiores aos dos homens (HIRATA, 2018).

Outra tendência apontada por Antunes e Alves (2004) refere-se à exclusão dos jovens que estão em idade de ingressar no mercado de trabalho. Estes, diante da dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho, ficam sujeitos a formas de trabalho precárias.

Para os sociólogos do trabalho, em meio a esse contexto, o terceiro setor acaba por assumir um papel funcional ao mercado, na medida em que este incorpora a parcela de trabalhadores desempregados e desamparados pelo desmonte do Estado de Bem Estar Social. O terceiro setor tem sido responsável também, por suprir a ausência do Estado na garantia dos direitos sociais, onde temos como exemplo emblemático a proliferação de instituições filantrópicas e organizações não governamentais atuantes no campo da assistência social.

Com o desmonte do Welfare State e dos direitos sociais adquiridos ao longo da vigência da sociedade capitalista, essas atividades acabam suprimindo em alguma medida as lacunas sociais que foram se abrindo. Como mecanismo minimizador do desemprego estrutural, elas cumprem uma função, ainda que limitadíssima. Porém, quando são concebidas como um momento efetivo de transformação social, convertem-se, em nosso entendimento, em uma nova forma de mistificação, que imagina ser capaz de alterar o sistema de capital em sua lógica, processo este que, sabemos, é muito mais complexo. (ANTUNES, ALVES, 2004, p.341).

O desemprego, a informalidade e demais vínculos e contratos instáveis, apresentam repercussões diretas sobre a capacidade de organização política dos trabalhadores, contribuindo para a emergência de uma crise no movimento sindical. O abismo existente entre os trabalhadores estáveis e aqueles com vínculos fragilizados, contribuiu para uma falta de unidade dos próprios trabalhadores.

Os sindicatos, que historicamente estiveram ligados aos trabalhadores “estáveis”, não conseguiram incorporar à sua base, esse novo grupo de trabalhadores, reforçando a tendência neocorporativa. Esse corporativismo torna-se cada vez mais excludente e parcializado diante da heterogeneidade da classe trabalhadora e do processo de fragmentação das suas lutas. Tal divisão, que era visível no interior dos espaços de trabalho, dificultou a união desses dois grupos de trabalhadores, os quais, independente de seus vínculos com a empresa, estão sujeitos ao mesmo processo de exploração. A ausência de uma unidade entre os trabalhadores, a fragmentação e heterogeneidade interferem ainda em um movimento de construção de consciência de classe (ANTUNES, 1997).

Para o sociólogo, a crise do sindicalismo tem origem nos seguintes fatores: crescente individualização das relações de trabalho; esgotamento dos modelos sindicais presentes nos países capitalistas; tendência crescente de burocratização e institucionalização das entidades sindicais.

Em um contexto de enfraquecimento dos sindicatos e ampliação do desemprego, tem-se espaço e possibilidade para a implementação de regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. Nos espaços de trabalho, observa-se também a lógica do envolvimento do trabalhador com a empresa e adoção de métodos participativos, bem como implementação dos círculos de controle de qualidade (ANTUNES, 1997).

Outro elemento presente na reestruturação produtiva e que também tem implicações sobre a ação sindical é o reaparecimento de formas de trabalho domiciliar e familiar. A organização dentro da fábrica é, segundo Harvey (1994), bem distinta da organização do trabalho domiciliar. Enquanto no interior da fábrica é possível ter uma melhor clareza do conflito entre capital e trabalho e possibilitar o processo de tomada de consciência, no âmbito do trabalho doméstico, o conflito assume uma conotação de problema familiar, destituído de um conteúdo político.

Segundo Druck (2011), existe uma funcionalidade da precarização social do trabalho para o capitalismo flexível, sendo utilizada enquanto estratégia de dominação. O uso da força e do consentimento são mecanismos da acumulação capitalista.

Em um contexto onde existe dificuldade de acesso ao trabalho formal, somada à ameaça do desemprego, tem-se as condições favoráveis para a imposição de vínculos e empregos precários. Essa seria uma das principais manifestações da dominação pela força. Em conformidade e acrescido ao uso da força, o capitalismo utiliza-se ainda de formas de consenso, fazendo com que os trabalhadores entendam a precariedade como parte inevitável e “natural” à nova era do capitalismo (DRUCK, 2011).

Considerando que a produção se mundializou, as lutas sociais também não podem estar restritas aos territórios nacionais, sendo, nesse sentido, importante e necessário, pensar em uma organização internacional dos trabalhadores:

Esse processo de mundialização produtiva desenvolve uma classe trabalhadora que mescla sua dimensão local, regional, nacional com a esfera internacional. Assim como o capital se transnacionalizou, há um complexo processo de ampliação das fronteiras no interior do mundo do trabalho. Assim como o capital dispõe de seus organismos internacionais, a ação dos trabalhadores deve ser cada vez mais internacionalizada (ANTUNES, ALVES, 2004, P 341).

Em síntese, a cada conjuntura histórica, uma nova forma de organização do modo de produção capitalista se desenha. E a cada transição, novas e velhas formas de trabalho se combinam e se redefinem, predominando, no contexto atual, a dinâmica da precarização do trabalho, como coloca Druck (2011).

2.4 SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA

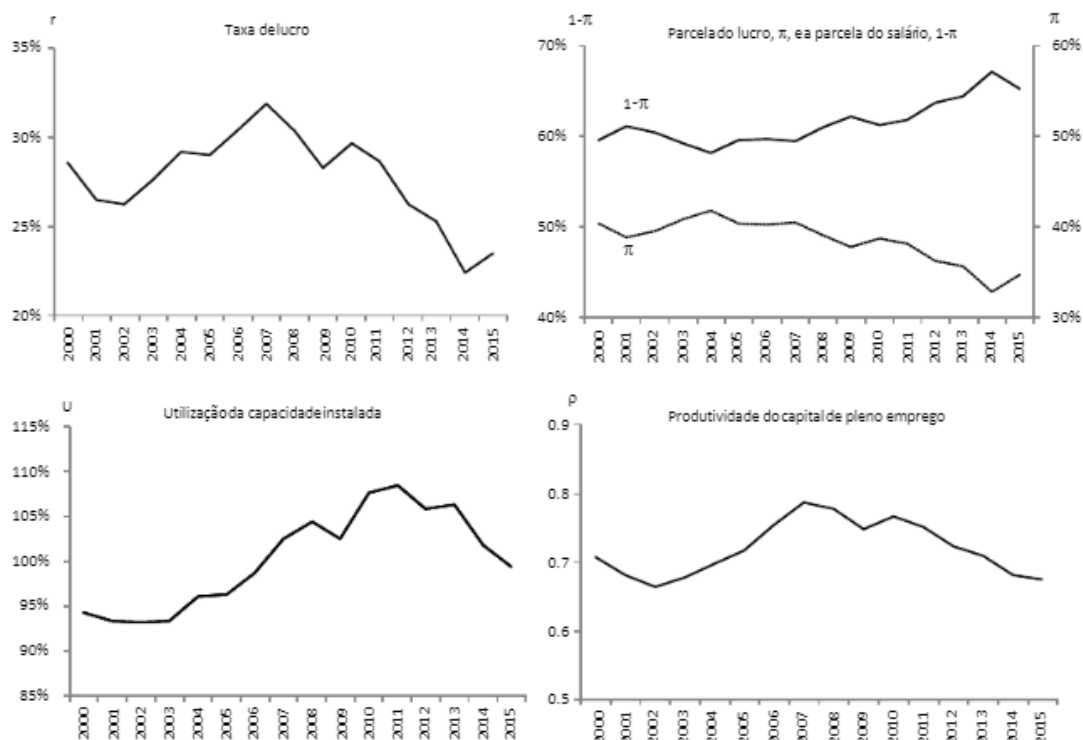
O Brasil, que não vivenciou a experiência de ter um Estado de Bem Estar Social, sofreu as consequências da crise e impactos da reestruturação produtiva de uma forma mais intensa. O quadro de precarização do trabalho ganha intensidade ainda maior posteriormente à recente crise global, a partir de 2007/2008.

Até os anos de 2008 a 2010, mesmo com uma queda na taxa de lucro, esta ainda se mantinha em patamares superiores aos anteriores à última década. No entanto, a partir do governo de Dilma Rousseff houve uma intensificação na queda da taxa de lucratividade, bem como tentativas de redução da taxa de juros no início de 2011, ocasionando, assim, o rompimento de um pacto estabelecido durante os primeiros mandatos do PT, com o ex presidente Luís Inácio Lula da Silva. Diante de um quadro marcado pela redução de ganhos do capital financeiro e produtivo, instaura-se uma crise, também, de cunho político. (MARQUETTI, HOFF, MIEBACH, 2017).

A crise apontada pelos autores tem origem na queda da taxa de lucro, que entre os anos de 2003 e 2014, apresentou expressiva redução. Porém, pode-se notar dois momentos de aumento da taxa de lucro: 2003 a 2007, quando houve aumento da taxa de lucro e aumento da média de salário, visto que se presenciou uma maior capacidade produtiva do capital. Já a partir de 2007 até 2014, uma queda da taxa de lucro é verificada como consequência do aumento da parcela salarial e redução da produtividade do capital.

O primeiro governo Lula vivenciou um ataque especulativo que culminou com a desvalorização do real. Diante desse cenário, a alternativa adotada pelo governo foi a de manter a continuidade de uma política de controle da inflação por meio da elevação da taxa de juros reais, assim como ter o controle das contas públicas através de metas crescentes para atingir o superávit primário e a taxa de câmbio flutuante. Ou seja, o governo Lula representava a “reafirmação da continuidade do elemento chave da política neoliberal no Brasil, a elevada taxa de juro real sobre a dívida pública”, como sinalizam Marquetti, Hoff e Miebach (2017, p.7).

Gráfico 02
Taxa de Lucro Líquida e seus Determinantes
Brasil



Fonte: Marquetti, Hoff e Miebach, 2017

Presenciou-se o fortalecimento das políticas redistributivas de renda, valorização do salário mínimo, aumento da formalização do mercado de trabalho e ampliação das receitas fiscais por conta da valorização das commodities.

Apesar de sua política econômica claramente neoliberal durante os primeiros anos do governo Lula, uma mudança se processa após 2005, quando o governo tentou-se resgatar elementos do desenvolvimentismo. Nesse período, políticas de incentivo à demanda e investimento foram implementadas, maior aproveitamento da capacidade produtiva, política de valorização do salário mínimo, política fiscal de caráter expansionista, dentre outras mudanças foram implementadas.

Foi nesse contexto que a crise atingiu o Brasil. A primeira manifestação foi a queda do valor das commodities e, em 2008, teve a quebra do banco de investimentos Lehman Brothers, acarretando queda nos níveis de produtividade. Em resposta, o governo brasileiro adotou políticas de expansão fiscal e monetária por meio de subsídios fiscais aos diversos ramos da atividade econômica. Os programas de transferência de renda, bem como a elevação real do salário mínimo, foram fatores que contribuíram, segundo Marquetti, Hoff e Miebach (2017), para a estabilização da economia.

A partir de 2010, o Brasil começa a sofrer os efeitos da crise em maior intensidade, quando inicia-se uma queda da produtividade do capital devido à desvalorização das commodities e mudança na composição dos investimentos no país. O entendimento do governo era de que se fazia necessário uma política de redução de custos da produção e aumento da produtividade das empresas (MARQUETTI, HOFF, MIEBACH, 2017).

A crescente dívida dos países europeus, em especial Espanha, Grécia, Portugal e Irlanda, levou a adoção de medidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) que incidem diretamente sobre o mundo do trabalho (DRUCK, 2011).

Conforme aponta Braz (2015), é quase um consenso a análise de que a crise atual é de caráter estrutural, posto que envolve o processo global de produção do sistema capitalista. No entanto, o entendimento sobre as medidas econômicas adotadas para enfrentamento da crise geraram formulações distintas. Na compreensão de Braz (2015), é questionável a interpretação que coloca os países em desenvolvimento como os menos afetados, justificando que o epicentro da crise se encontrava nas economias centrais e o fato de esses países terem adotado políticas econômicas heterodoxas.

Druck (2011), assim como Braz (2015), também avalia que os países da periferia sentem os efeitos da crise de uma forma particular. Para a pesquisadora, as políticas neoliberais adotadas para responder aos problemas enfrentados pelas economias centrais, como Estados Unidos, Japão e Inglaterra, recaíram especialmente sobre os países da periferia, que até hoje sentem esses efeitos.

No caso brasileiro, o enfrentamento da crise se deu, inicialmente, por meio da adoção de uma política econômica que utilizava de medidas anticíclicas através de ações defensivas. Sob o discurso de desenvolvimento econômico acompanhado de desenvolvimento social, o chamado “neodesenvolvimentismo” tinha como foco de suas ações o fortalecimento de políticas sociais de enfrentamento à pobreza, geração de emprego, distribuição de renda, dentre outras. Todavia, na análise de BRAZ (2015), a partir de 2015, durante o governo de Dilma Rousseff, abandonou-se as políticas econômicas anticíclicas, assim como passou a adotar medidas regressivas.

O Brasil, assim como outros países da América Latina, caracterizados por um capitalismo tardio e periférico, não foram capazes de colocar obstáculos aos efeitos mais perversos do capitalismo financeiro mundanizado. O que se percebe, nesses países, é a combinação de um capitalismo do tipo financeiro com as heranças arcaicas. De acordo com Braz (2015), desenha-se um “capitalismo social” com políticas incipientes de reversão da

pobreza e desigualdades, visto que a pobreza tem uma funcionalidade ao modo de produção capitalista.

Estudo realizado pelo Banco Mundial indica que a pobreza no Brasil aumentou de 17,9 % no ano de 2014 para 21 % em 2017. No ano de 2017, o país presenciou também à maior taxa de desemprego dos últimos anos, atingindo a marca de 13,7 milhões de pessoas, conforme indica a Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio/PNAD.

Gráfico 03
Taxa de Desemprego
Brasil



Fonte: Pnad, 2019.

Para além dos desempregados, não se pode desconsiderar a condição de trabalho daqueles que exercem alguma atividade remunerada. Também em referência ao ano de 2017, o Brasil detinha 40,8 % da população ocupada em situação de informalidade, de acordo com a PNAD. Segundo estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a informalidade vinha caindo no país desde 2012, porém, em 2017 esta volta a crescer. O instituto atribui o aumento da informalidade à crise econômica.

Tabela 01
Trabalhadores em situação de Informalidade
Brasil (em milhões)

Ano	Trabalhadores
2012	37,2
2013	36,8
2014	36,1
2015	36,1
2016	35,6
2017	37,3

Fonte: IBGE, 2018

De acordo com a pesquisa, quase metade (46,9%) da população em trabalho informal é preta ou parda, enquanto o percentual entre brancos é de 33,7%. Quanto ao gênero, não foi verificada diferença entre o quantitativo de mulheres e homens no trabalho informal.

Uma informação que evidencia a condição precária do trabalhador informal é a média de rendimento dos trabalhadores. Em 2017, os dados da PNAD indicavam que os trabalhadores sem carteira assinada recebiam menos da metade de um trabalhador com carteira assinada. A situação é ainda mais complexa quando observamos a condição das mulheres no trabalho informal. Estas recebem, em média, o equivalente a 75 % do salário de um homem que exerce a mesma função.

Os dados da PNAD do último semestre de 2019 apontam para uma redução do desemprego. No entanto, um outro dado nos diz que a renda média dos brasileiros caiu. Isso significa que, apesar de um aumento do emprego, estes têm uma remuneração mais baixa. De acordo com essa pesquisa, as novas vagas criadas em 2019 se caracterizam por uma carga horária diária reduzida, o que indica uma situação de subocupação.

Outro elemento a ser considerado em relação à diminuição do desemprego no segundo trimestre de 2019, refere-se ao tipo de emprego que foi gerado. A PNAD nos mostra que junto com o aumento do emprego houve um aumento da informalidade, ou seja, foram criados mais postos de trabalho sem carteira assinada (3,4% maior do que o primeiro trimestre de 2019) do que com carteira assinada (0,9% em relação ao primeiro trimestre de 2019).

CAPÍTULO III

MARIANA E A MINÉRIO-DEPENDÊNCIA: OS ASPECTOS QUE DEMARCAM O TRABALHO LOCAL

O capítulo que encerra essa dissertação traz uma apresentação de Mariana, buscando estabelecer os nexos entre a cidade e a mineração, considerando o lugar de centralidade ocupado por essa atividade na economia local.

Demarcada a importância da mineração para a cidade, partimos para uma breve reconstrução do episódio ocorrido em novembro de 2015: o rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro de propriedade da empresa Samarco/Vale/BHP Billiton. Este ficou caracterizado como o maior crime ambiental até hoje registrado no Brasil. Contudo, para além dos danos ambientais, existem ainda os danos sociais. É sobre estes que iremos deter nossa atenção, notadamente sobre as mudanças ocorridas no âmbito do trabalho local.

Finalizamos nossa pesquisa apresentando o cenário do trabalho local nos anos seguintes ao rompimento da barragem.

Em meio a isso, o conjunto dos trabalhadores enfrenta as dificuldades advindas desse fato. No entanto, entendemos que existem frações da classe trabalhadora que podem sentir os efeitos dos períodos de crise com maior intensidade. Eis aqui o motivo que nos leva a buscar conhecer um pouco da realidade dos jovens, os quais tem sido os mais afetados pela crise e precarização das relações de trabalho.

Os jovens, como já assinalado nos capítulos anteriores, são um dos sujeitos mais vulneráveis aos efeitos provocados pela crise estrutural do capital vivenciada mundialmente. Como expôs Ricardo Antunes (2018), as atuais transformações operadas no mundo do trabalho têm atingido, de forma e com intensidades diferenciadas, o conjunto daqueles que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver. Ainda de acordo com o autor mencionado, pode-se atestar a conformação de uma nova morfologia do trabalho, na qual se encontram trabalhadores demarcados por diversas características e situações, dentre os quais, os jovens.

Desse modo, interessa-nos perceber, as determinações que incidem mais diretamente sobre este segmento. Por esse motivo, são colocados aqui como atores importantes para entender a configuração do trabalho na cidade no cenário atual. Cenário este que combina os impactos advindos da estrutura mundial do capitalismo em crise e a particularidade de uma crise na principal atividade econômica da cidade.

É importante, por fim, pensar como o Estado se coloca diante dos problemas que emergem na atual conjuntura e qual seria o papel exercido pelas políticas públicas para responder às novas demandas colocadas.

3.1 O MODELO DE MINERAÇÃO BRASILEIRO E SUA RECENTE HISTÓRIA: O MARCO DOS ANOS 2000

É impossível reconstruir a recente história da mineração do Brasil sem abordar a sua expressiva expansão durante os anos 2000. Entender os condicionantes internos e externos que participam desse processo, auxilia-nos a compreender o modelo de mineração adotado no Brasil.

O estudioso da temática da mineração na América Latina, Eduardo Gudynas (2013), diz que, durante esse período, a mineração se configurou por um modelo que ele denominou “neoextrativismo”. É um termo para designar não apenas a extração de minerais, mas qualquer recurso natural.

Extractivismo – es un tipo particular de extracción de recursos naturales, en gran volumen o alta intensidad, de los cuales el 50% o más, es destinado a la exportación, como materias primas sin procesar o con un procesamiento mínimo. Incluye tanto las fases de explotación, como las previas de exploración, descubrimiento, etc., y también las fases posteriores, como cierre y abandono de los sitios de apropiación (GUDYNAS, 2013, p. 15).

O neoextrativismo é entendido como parte de um modelo de desenvolvimento que tem como objetivo o crescimento econômico sustentado na apropriação de recursos naturais, dotado de uma rede produtiva pouco diversificada, destinada à exportação e marcada por sua inserção subordinada na economia mundial (MILANEZ, SOUZA, 2013).

A utilização desenfreada dos recursos naturais com vistas ao crescimento econômico é prática comum na América Latina desde período colonial até os tempos atuais. Aliás, não é ocasional que autores como Mészáros (2009) e Harvey (1994), alertem acerca dos efeitos degradantes desta utilização predatória dos recursos naturais com vistas a produção de mercadorias. Os produtos primários ocupam lugar especial na pauta de exportações, em crescente ampliação ao longo dos anos 2000, onde se inscreve o minério de ferro. De acordo com Tádzio Peter Coelho (2015), a mineração tem “sido um dos principais bens naturais apropriado pelo capital na sua extraordinária forma de acumulação primitiva.

A ampliação da produção de minério de ferro no Brasil se deu em um contexto de ampliação da demanda por parte do mercado chinês. A extração de minério de ferro, em estreita relação com a produção de aço, é responsável por aproximadamente 90% da demanda destinada ao setor. Atualmente, a China é o maior consumidor de minério de ferro do mundo, em virtude do crescimento verificado no país durante as últimas décadas (Insumos básicos nº 39, BNDES).

O crescimento acelerado da China, que se tornou a segunda maior potência mundial, foi acompanhado de requisições de matérias primas e investimento em transporte, habitação, redes de eletricidade, etc. De acordo com Coelho (2015), o caso do país asiático representa um exemplo clássico de uma economia que cresceu de forma abrupta e busca meios de suprir o déficit em infraestrutura, o que conferiu à importação de minério de ferro, uma medida necessária ao período inicial do crescimento da economia chinesa.

Enquanto a China coloca a demanda, o Brasil ocupa um lugar entre os principais fornecedores, o que se dá em um ambiente social e político extremamente propício à expansão da mineração na América Latina. Presenciamos à criação de projetos de desenvolvimento em curso na região, tendo por base o chamado neoextrativismo. O conceito utilizado por Gudynas busca expressar as novas feições assumidas pela atividade extrativa, a qual mescla velhos e novos elementos: manutenção de alguns preceitos do neoliberalismo combinados com tendências atuais colocadas pelo capitalismo contemporâneo. (GUDYNAS, 2013; MILANEZ, SANTOS, 2013).

Nacionalmente, esse cenário de expansão da mineração brasileira foi parte de um projeto neodesenvolvimentista em curso no país. A eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 e a continuidade com o mandato da ex-presidente Dilma Rousseff estabeleceram alianças com o empresariado nacional que foram fundamentais para a concretização desse projeto. Segundo Boito Jr (2013), nos marcos dos governos inaugurados com Lula houve uma mudança no bloco do poder, onde observou-se uma ascensão política da burguesia interna brasileira, em detrimento dos interesses do capital internacional e seus aliados internos. Essa transformação, na análise do autor, se deu atrelada à uma mudança mais ampla na política nacional através da articulação de uma frente política que aglutinou frações da burguesia interna e os principais setores das camadas populares.

Essa frente política, que poderíamos denominar frente neodesenvolvimentista, é, como já se pode perceber pelo que foi dito acima, uma frente ampla, heterogênea e eivada de contradições. Ela é representada no plano partidário, principalmente, pelo Partido dos

Trabalhadores (PT). Tal frente reúne a grande burguesia interna brasileira que é a sua força dirigente, a baixa classe média, o operariado urbano e o campesinato. A frente incorpora, também, aquele amplo e heterogêneo setor social que compreende desempregados, subempregados, trabalhadores por conta própria, camponeses em situação de penúria e outros setores que compõem aquilo que a sociologia crítica latino-americana do século passado denominou “massa marginal” (BOITO JR. 2013, pág. 31).

Nesse sentido, a frente neodesenvolvimentista opõe-se ao campo político conservador (neoliberalismo ortodoxo), onde encontram-se o grande capital financeiro internacional e frações da burguesia brasileira atrelada a esse capital, os grandes proprietários de terra e a alta classe média do setor público e privado. Objetivava-se atingir o crescimento econômico para o país, sem, no entanto, romper com os limites colocados pelo modelo neoliberal. Alguns elementos ausentes nos governos de Fernando Henrique Cardoso foram incorporados durante os governos Lula e Dilma, tais como a adoção de uma política de recuperação do salário mínimo; programas de transferência de renda; elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES); apoio às grandes indústrias brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e capitais e implementação de uma política econômica anticíclica (BOITO JR, 2015).

O prefixo “neo” serve para demarcar as diferenças entre o “desenvolvimentismo” dos governos Lula e Dilma em relação ao velho desenvolvimentismo dos anos 1930-1980.

Convém destacar seis diferenças. O neodesenvolvimentismo (i) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo; (ii) confere importância menor ao mercado interno; (iii) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local; (iv) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro; (v) tem menor capacidade distributiva da renda e (vi) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veleidade de agir como força anti-imperialista (BOITO JR, 2013, pág. 32).

Para o cientista político, a combinação dessas seis diferenças faz do neodesenvolvimentismo um projeto menos ambicioso do que aquele experimentado anteriormente, pois o neodesenvolvimentismo está restrito aos limites do modelo capitalista

neoliberal. Para sua implementação, a participação de algumas forças foi essencial: a grande burguesia interna, operariado urbano e a baixa classe média.

Compondo a grande burguesia interna, encontramos setores da mineração, junto também com outros segmentos da economia, como indústria, construção e agronegócio. O ponto em comum entre o empresariado dos diversos setores é a reivindicação de um Estado protetor em relação à concorrência com o capital estrangeiro. Segundo Boito Jr (2013), durante os governos Lula e Dilma, a priorização dos interesses dessa fração de classe pode ser observada em vários aspectos da política econômica: busca pelo superávit na balança comercial; investimento no BNDES e priorização de grandes empresas nacionais

Observa-se, desse modo, a funcionalidade do projeto neodesenvolvimentista para o avanço da atividade extrativa mineral. Ou seja, além dos fatores externos anteriormente colocados – aumento da demanda externa por minério de ferro – também existiam elementos internos que contribuíram para a ampliação da produção mineral no país.

O empresariado da mineração foi favorecido pelos financiamentos disponibilizados pelo BNDES durante os governos Lula e Dilma. Na lista dos 50 maiores tomadores de recursos do BNDES, a empresa Vale aparece entre as principais beneficiadas.

Entre os anos de 2004 e 2006, a mineradora não aparece na lista dos maiores credores, mas já no período entre 2007 e 2009 a empresa assume o quarto lugar dentre os maiores arrecadadores do BNDES. Entre 2010 e 2012 passa a ocupar a terceira posição, entre 2013 e 2015 vai para o quinto lugar. Por fim, em 2018 a Vale deixa de estar na lista dos maiores arrecadadores do BNDES (Transparência BNDES).

Outras frações de classe beneficiadas com o projeto neodesenvolvimentista dos governos PT foram o operariado urbano e a baixa classe média. Para esse grupo, os ganhos mais evidentes promovidos pelo neodesenvolvimentismo foram a recuperação do emprego, adoção de uma política de reajuste do salário mínimo e incentivos para a agricultura familiar. Porém, cabe pontuar que os camponeses mais empobrecidos, sem terra ou com pouca terra para produzir, foram muito prejudicados com a redução das desapropriações de terras durante esse período, visto que agora o agronegócio passa a ter uma posição de destaque dentre as forças que fazem parte da burguesia interna. (BOITO JR. BERRINGER, 2013).

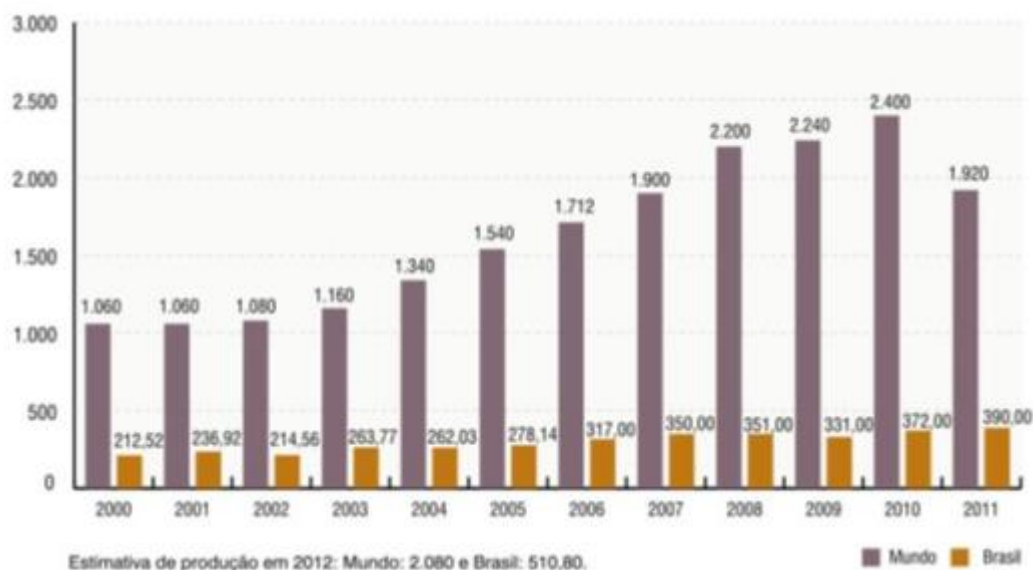
A nova configuração do bloco de poder interno originou mudanças na política externa, entendendo que a política externa de um Estado é desenhada de acordo com os blocos de poder que controlam esse Estado.

Ou seja, diferentemente das correntes teóricas autodenominadas realista e neo-realista, que são as correntes dominantes na área de estudos das relações internacionais, não consideraremos o Estado como uma instituição homogênea, dotada de interesse e de poder próprios e cuja política externa estaria separada da política interna. São as mudanças na política interna brasileira, que surgiram, elas mesmas, vinculadas a alterações no cenário internacional, que explicam a nova política externa dos governos Lula e Dilma (BOITO, BERRINGER, 2013).

Esse modelo ganha destaque na América Latina. Os governos que o adotam legitimam o neoextrativismo a partir de argumentos como a crença no progresso, crescimento econômico, geração de emprego e captura de recursos para a implementação de programas sociais de enfrentamento à pobreza e desigualdade social. Observa-se, assim, a forte intervenção do Estado enquanto propulsor do presente projeto (MILANEZ, SOUZA, 2013).

Combinando as favoráveis condições externas com o suporte do Estado, o Brasil verificou, ao longo da primeira década dos anos 2000, um aumento expressivo de sua produção de minério de ferro. De acordo com o Departamento Nacional de Produção Mineral, entre os anos de 2001 a 2010, o Brasil verificou uma expansão na produção de 267.759.089 para 372.120.000 toneladas, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 04
Produção de Minério de Ferro
Brasil – Mundo



Fonte: Insumos básicos/ ferro/ BNDES

A especificidade da formação sócio histórica do Brasil e, como corolário, da configuração assumida pelo capitalismo brasileiro (fortemente marcado pela dependência, pela heteronomia) confere uma forma particular a esse processo de internacionalização da produção de minério de ferro mediante as novas relações estabelecidas com o mercado mundial, em especial com a China. Compreender essa dinâmica global e a forma como o Brasil se insere é fundamental para conhecer o que é particular à economia extrativa mineral nacional. Ao desvendar as características assumidas pela mineração no país, ampliamos a nossa capacidade investigativa e nos auxilia a perceber como Mariana inscreve-se nesse processo.

3.2 MARIANA E A MINERAÇÃO

Mariana, localizada a 53 km da capital mineira, foi e ainda continua sendo palco de inúmeras histórias de vida que se entrelaçam com a história da mineração na cidade e em Minas Gerais.

A primeira vila e primeira capital do estado nasce em um período de descobertas e busca por ouro. Mariana representa, pois, parte importante da história de Minas Gerais e do Brasil: um território que tem as marcas da mineração atreladas ao desenrolar de sua formação histórica, econômica, social e cultural. Desde o trabalho escravo nas minas de ouro ao trabalho precário dos dias atuais, essa atividade perpassa o caminho e vida da população local. A mineração carrega, desde seu início no período colonial, as marcas de um trabalho degradante.

A cidade mineira, com uma população estimada de 59.343 habitantes no ano de 2016 (Censo, 2010), tornou-se, em períodos de expansão da atividade mineral, atrativa para aqueles que buscavam um emprego. Conquistar uma vaga nas empresas mineradoras instaladas na cidade era o objetivo de muitos daqueles que migravam para a região à procura de melhores condições de trabalho e de vida.

Todavia, como já desvelou Marx (2013), no modo de produção capitalista, a população trabalhadora é incorporada ou excluída dos processos produtivos de acordo com as necessidades do sistema em cada momento histórico. O setor que “atrai” também “expulsa” cotidianamente trabalhadores de diversas localidades. Com base no ano de 2014, o setor de extração mineral teve 168 admissões e 140 desligamentos no município em questão, o que significa 54,55% e 45,45 % respectivamente, expressando a rotatividade e a presença de uma

população flutuante anteriormente mencionada, como indicam os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

A elevada taxa de rotatividade da força de trabalho é um traço evidente da formação do mercado de trabalho no Brasil, como destacam Baltar e Proni (1996). Nesse sentido, é possível afirmar que, em se tratando da atividade mineradora, o município de Mariana expressa tanto as tendências mais gerais do modo de produção capitalista, quanto os delineamentos que particularizam a realidade brasileira.

A partir da importância da mineração para a cidade, podemos supor que esta é a principal forma de empregabilidade da população. Todavia, é necessário salientar que esse setor oferece poucos empregos diretos. Segundo Coelho (2017), a mineração em larga escala é intensiva em capital e tecnologia, em detrimento do trabalho vivo, o que explica a sua baixa contratação de mão de obra. Indiretamente ela produz novos empregos, pois seu funcionamento depende de outros ramos de atividade econômica, a exemplo da construção civil. Essa característica da atividade minerária é nitidamente visível nos dados que indicam a evolução do emprego. Aqui, nota-se que, em meio ao conjunto total de novas admissões no município, a mineração apresenta valores inexpressivos, conforme indica a tabela abaixo:

Tabela 02
Evolução do emprego por setor de atividade econômica

Ano	Admissões ind. Extrativa mineral	Desligamentos ind extrativa mineral	Saldo Ind Extr mineral	Total de admissões (todos setores)	Total desligamentos (todos setores)	Saldo
2010	227	400	-173	5479	4542	937
2011	256	103	153	5784	4740	1044
2012	206	130	76	5841	4844	997
2013	429	142	287	9929	6616	3313
2014	189	152	37	5662	7925	-2253
2015	156	136	20	4110	4897	-787
2016	98	643	-547	4553	5354	-801
2017	117	517	-400	3136	3807	-671
2018	232	220	12	4279	3817	462

Fonte: CAGED, 2019

A rotatividade no setor pode ser explicada, em partes, pela existência de vínculos de trabalho temporário. Essa é uma marca da mineração no Brasil e que se faz presente também no âmbito local, como demonstra a tabela acima. A mineração se caracteriza pela forte presença de vínculos empregatícios temporários, pois muitos postos de trabalho são criados

para atender a etapa de construção de infraestrutura do complexo minerador. Isso explica as elevadas taxas de contratações e desligamentos no setor em um mesmo ano. No entanto, como diversos autores da sociologia do trabalho já destacaram, a precarização do trabalho é um fenômeno que se expressa de diversas formas (ALVES, 2007).

Nesse sentido, cabe ressaltar que além de contratação temporária de trabalho, neste campo também prevalecem os baixos salários, a ausência de mecanismos de defesa da saúde do trabalhador, as elevadas jornadas, dentre outros aspectos.

A cidade de Mariana conta com importantes multinacionais no ramo da mineração, como as empresas Samarco e Vale. A presença do capital estrangeiro na atividade mineral local não é um fenômeno recente, conforme nos apresentam Souza e Reis (2006). Segundo as historiadoras, durante o século XVIII já se instalavam na cidade, empresas estrangeiras que traziam tecnologia capaz de aumentar a produtividade. Entre os anos de 1863 e 1873, a mina de Passagem, localizada no distrito de Passagem de Mariana, esteve sob a administração da Anglo-Brazilian Gold Mining Company e, posteriormente sob os domínios da Ouro Preto Gold Mines Company Ltd. (1880-1927). (SOUZA, REIS, 2006).

As multinacionais seguem presentes na história da mineração em Mariana, mas agora com marca de um capitalismo que combina capital financeiro e capital produtivo, como observamos na mineradora Samarco. Esta, além de atuar na extração e beneficiamento do minério, também atua por meio de ações.

Cabe pontuar que apesar da presença de multinacionais, grande parte das empresas presentes na cidade são de micro e pequeno porte, exercendo a função de prestadoras de serviços para o Grupo Vale S.A e Samarco. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, ao total são 27 empresas instaladas na cidade, sendo a maioria atuante como terceirizadas das duas principais mineradoras aqui mencionadas. A forte presença da terceirização é uma característica desse setor, seja no interior do mesmo ramo de atividade econômica, quanto para outros, tais como construção civil, transporte, recursos humanos, segurança, serviços gerais, dentre outros. De acordo com Márcio Zonta (2016), integrante da Coordenação Nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração, metade dos trabalhadores do setor no país são terceirizados e apenas 1/3 (um terço) destes possuem carteira assinada.

A Samarco adotou nos últimos anos a estratégia de terceirização de sua mão de obra como medida para auxiliar na contenção de gastos, manutenção do percentual de lucratividade e redistribuição do lucro entre seus acionistas durante os períodos demarcados por queda no valor do minério de ferro e endividamento da empresa (MANSUR, et al, 2015).

A terceirização, fenômeno que caracteriza a configuração contemporânea do mundo do trabalho, é uma estratégia recorrente na busca pela maximização dos lucros e contenção de gastos com o trabalhador.

E a terceirização vem se constituindo no principal mecanismo, em praticamente todas as partes do mundo, para expandir as formas de acumulação flexível que se desenvolvem através da desconcentração produtiva, das redes de subcontratação (empresas terceirizadas), do trabalho em equipe, da flexibilidade salarial, das "células de produção", dos "times de trabalho", dos grupos "semiautônomos", além de exercitar, ao menos no plano discursivo, o "envolvimento participativo" do(a)s trabalhadore(a)s. O "trabalho polivalente", "multifuncional", "qualificado", combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade reduzir o tempo e aumentar a intensidade e exploração de trabalho. As práticas de imposição de "metas" como medição cotidiana da produção, as definições de "competências" a serem realizadas pelos "colaboradores", tornaram-se o ideário e a pragmática empresarial da empresa flexível vigente no mundo financeiro (ANTUNES, 2015, p.10).

Nessa direção, é preciso enfatizar que, diante da contrarreforma trabalhista em curso no Brasil – que tem na regulamentação da terceirização (inclusive das atividades fins), uma "mola mestra" – é previsível que ocorra um agravamento e aprofundamento da precarização do trabalho no âmbito da produção mineradora em Mariana, posto que, dadas as vantagens da utilização desta forma de trabalho para os setores capitalistas, a tendência é que ela venha a se expandir.

Terceirização, fragilidade nos vínculos de trabalho, rotatividade de trabalhadores, dentre outras questões aqui sinalizadas não são problemas exclusivos à mineração em Mariana. São características próprias ao setor extrativo mineral que tem um modelo de mineração sustentado na exportação, carregando ainda os traços de uma inserção subordinada e dependente na economia mundial.

Portanto, é importante ter clareza de que Mariana inscreve-se em uma dinâmica que responde aos ensaios do capitalismo. A ampliação ou retração da demanda externa por minério de ferro impactam diretamente no ritmo, intensidade e condições de trabalho no interior das mineradoras. E, por ser essa uma atividade interligada a outros setores, o conjunto dos trabalhadores da cidade sofrem os impactos de mudanças.

A posição assumida por Mariana na extração de minério de ferro sinaliza que sua importância não se limita às fronteiras do estado, mas a inscreve como uma produtora em

potencial também no mercado mundial. A economia local, ao se associar à economia mundial, é passível de sofrer as inflexões de processos macroeconômicos que envolvem o capitalismo mundial. O aumento ou diminuição da demanda deste produto por parte do mercado consumidor externo, além das implicações decorrentes das oscilações no valor do preço do minério de ferro são também perceptíveis no plano nacional e local. Acrescentamos ainda, com destaque especial, que tais oscilações em âmbito mundial apresentam rebatimentos diretos sobre o uso e exploração da força de trabalho em nível local, pois trata-se de um todo complexo e interdependente, não sendo possível falar em um capitalismo meramente local, isento às variações que perpassam o capitalismo mundial, seja em seus períodos de crise ou ascensão. Implicações que podem ser observadas nas condições de trabalho daqueles inseridos no ramo da atividade extrativa mineral, bem como dos demais trabalhadores da cidade, considerando os laços de dependência em relação à mineração.

De acordo com Coelho (2017), essa condição configura-se pela “especialização da estrutura produtiva de um município, região ou país na extração de minerais, os rumos da estrutura local são definidos em centros decisórios externos.” Ou seja, estabelece-se uma relação de subordinação em que as decisões de âmbito local no que se refere à produção mineral são tomadas a nível internacional. Através de suas multinacionais e mercados de commodities (COELHO, 2017).

Mesmo com tantos aspectos negativos que envolvem a condição dos trabalhadores na mineração, bem como os impactos sobre os territórios, ainda existe a crença de que a mineração traz desenvolvimento e riqueza para a cidade. O componente ideológico é essencial no processo de convencimento da população local de que a mineração é essencial para a cidade. Muitas empresas contratam agências de relacionamento comunitário para facilitar o diálogo com as comunidades atingidas pelos projetos das mineradoras, utilizando-se de discurso de sustentabilidade e desenvolvimento humano, como nos aponta Coelho (2015).

Segundo Coelho (2015), a principal forma de convencimento das comunidades de regiões mineradas se dá através da propagação do discurso do desenvolvimento pela mineração. Argumenta-se que o setor tem grande potencial gerador de empregos, além da ênfase na ampliação da arrecadação municipal. Discurso esse que, para o autor, representa uma ideia distorcida de desenvolvimento.

Por meio do DDM, a mineração surge como sinônimo do desenvolvimento de toda a sociedade, e não apenas de partes dela, se colocando como solução para a pobreza (COELHO, 2015, pág. 102).

De acordo com Coelho (2015), duas grandes ideologias se fazem presentes no discurso do desenvolvimento pela mineração: a ideia de progresso e o mito do desenvolvimento. A primeira, segundo o sociólogo, esteve por longo período, atrelada à crença de que a acumulação de riqueza fosse capaz de solucionar os problemas de ordem social. Já o segundo elemento traz a noção de desempenho de determinado país, buscando aproximar-se de padrões semelhantes aos das nações líderes nos processos acumulativos.

3.3 A CIDADE PÓS ROMPIMENTO DA BARRAGEM

3.3.1 Recontando “5 de novembro de 2015”

No dia 05 de novembro de 2015, a barragem de rejeitos de minério de ferro pertencente à Samarco/Vale/BHP Billiton se rompeu atingindo os distritos de Bento Rodrigues e Paracatu. 34 milhões de metros cúbicos de rejeitos avançaram pelas comunidades, desembocando no rio Gualaxo do Norte, passando pelo rio do Carmo e rio Doce, de onde seguiu até o mar, finalizando seu percurso nos estados do Espírito Santo e Bahia.

Figura 01
No rastro da destruição



Fonte: Reprodução de Eduardo Barcelos

Os danos são incalculáveis, pois envolvem aspectos sociais, saúde física e mental, econômicos, ambientais, históricos e patrimoniais. Este ficou conhecida como o maior desastre ambiental já registrado no país, e também social, provocando a morte de 19 pessoas.

Estudos realizados pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 2017 constataram que o índice de adoecimento mental na cidade apresenta números elevados se comparado ao restante do país. De acordo com a pesquisa, cerca de 28% da população atingida pelo rompimento da barragem do Fundão apresenta diagnóstico de depressão, percentual cinco vezes acima da média nacional, conforme indicam os dados da Organização Mundial de Saúde, em 2015.

Em Barra Longa, município vizinho e também atingido pelo desastre, foi constatada intoxicação por metais pesados nos moradores. Em um primeiro diagnóstico realizado pelo Instituto Saúde e Sustentabilidade enviado ao Ministério Público em 2017, verificou-se alteração no percentual de arsênio no sangue e intoxicação por níquel.

Trazer os exemplos dos prejuízos causados por esse crime ajuda a reconstruir sua história, bem como auxilia-nos na visualização das proporções assumidas pelo rompimento da barragem. É certo que as consequências vão muito além das que aqui conseguimos citar, mas foge do nosso alcance e da intencionalidade desse trabalho realizar um estudo sistemático do conjunto das implicações desse fato para a cidade.

O grupo de pesquisa Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) formulou um dossiê que reúne análises sobre o episódio de 5 de novembro de 2015. Segundo os estudiosos, o rompimento da barragem do Fundão inscreve-se em um contexto marcado pela queda do preço do minério de ferro.

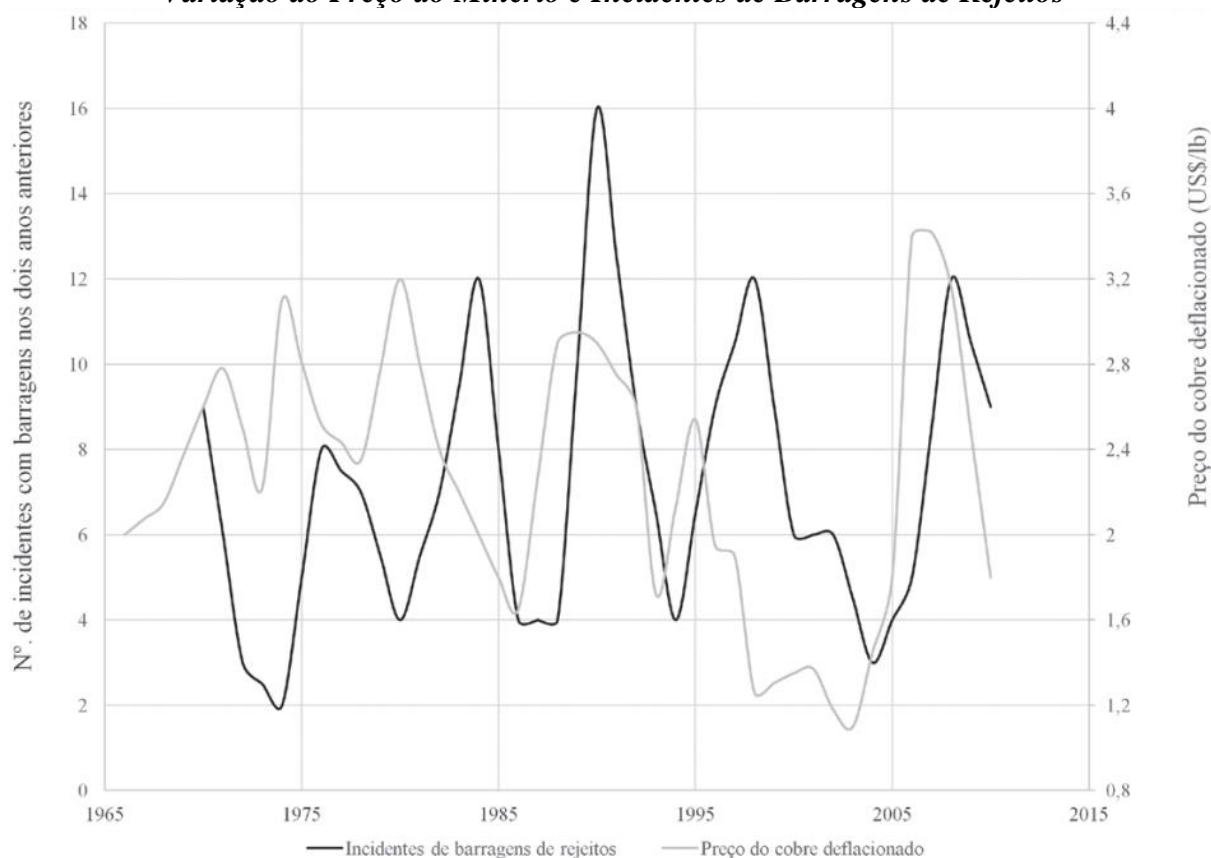
De acordo com os pesquisadores, esse fato demarca o fim do megaciclo das commodities vivenciada durante a primeira década dos anos 2000, quando as importações globais de minério de ferro chegaram a U\$ 277 bilhões, o que significou um aumento de 630 % (entre anos 2003 e 2013).

Durante o período de megaciclo das commodities, o suprimento à crescente demanda por minério de ferro concentrou-se em poucos países. Dois terços da produção mundial esteve sob o controle de apenas cinco países, dentre eles o Brasil, que ocupava a segunda posição dentre os maiores exportadores de minério de ferro, segundo dados do ITC. Ainda segundo informações obtidas pelo ITC, nota-se que nesse período, a participação dos bens minerais na pauta de exportações brasileiras saltou de 5 para 14,5 %, sendo o minério de ferro sozinho responsável por 92,6 % desse total (MANSUR, et al, 2015).

Após esse período de elevação no preço do minério e ampliação de sua capacidade produtiva, o setor experimentou uma nova fase caracterizada pela redução do valor das commodities. Fenômenos como esses são comuns na mineração, considerado o caráter cíclico dessa atividade econômica.

De acordo com a interpretação elaborada pelo grupo PoEMAS, existe uma relação estrutural entre os ciclos econômicos da mineração e o rompimento de barragens. Defendem a tese de que existe uma incidência maior de rompimentos de barragens nos períodos de pós-boom do preço do minério, em conformidade com os estudos realizados por Davies e Martin apud Mansur (2015).

Gráfico 05
Variação do Preço do Minério e Incidentes de Barragens de Rejeitos



Fonte: Davies e Martin (2009) in Mansur, et al. 2015, p.17.

Ao fazer o levantamento e identificar uma maior incidência de rompimentos de barragens em períodos posteriores ao ciclo de alta de preço da commodities, Davies e Martin in Mansur (2015) elencaram alguns possíveis motivos que levaram a isso: licenciamento realizado em curto período de tempo, levando ao uso de tecnologias inadequadas e escolha de locais incompatíveis com o projeto a ser desenvolvido; pressão sobre agências ambientais,

podendo levar à avaliações incompletas e intensificação da produção ou redução de custos nos momentos de queda no valor do minério (MANSUR, et al, 2015).

De acordo com os pesquisadores do grupo PoEMAS, alguns desses elementos estão presentes no desastre de Mariana, sinalizando assim, o caráter estrutural do rompimento da barragem do Fundão.

Em síntese, é possível dizer que o rompimento da barragem de minério de ferro, assim como o período de intensificação da produção mineral, representa momentos distintos da mineração. Como já colocado, a mineração vivencia ciclos. Em Mariana, o rompimento da barragem inaugura um novo período, caracterizado por uma recessão econômica na cidade com a paralisação parcial da mineradora Samarco.

Assim, interessa-nos conhecer um pouco desse cenário atual. Foge da nossa intenção e condições entender o conjunto de consequências para a cidade. Por esse motivo, delimitamos o mundo do trabalho como nosso objeto de estudo e, a juventude, como a fração da classe trabalhadora a ser pesquisada, considerando que esse segmento tem sido um dos mais afetados em contextos de crise do capital.

3.3.2 E o emprego? Mariana pós rompimento da barragem

A primeira constatação em relação ao mundo do trabalho que se pôde chegar após o rompimento da barragem do Fundão foi o aumento do desemprego. No início do ano de 2017, a taxa de desemprego no município era de aproximadamente 23%. Esse foi o valor máximo já verificado na cidade.

Nacionalmente, o cenário também é caracterizado por uma ampliação da taxa de desemprego. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua), nesse mesmo período, o desemprego no Brasil atingiu 13,2 % da população economicamente ativa.

Segundo os dados do Relatório Anual de Indicadores Sociais (RAIS), durante o ano de 2015, o Brasil teve uma queda de 3,05 % no número de empregos formais em relação à 2014. Em números absolutos isso representa uma perda de 1.510.703 postos de trabalho, acarretando uma redução do número de empregos formais de 49,6 milhões para 48,1 milhões. De acordo com o relatório, esse comportamento diferencia-se da série história da RAIS pois desde 1992 não se observa resultado anual negativo.

Os dados apontam que essa redução se deu em todas as regiões do país, porém a região sudeste foi a que apresentou a maior queda (-3,63%) por conta do desempenho desfavorável da indústria de transformação que perdeu 350,2 mil postos de trabalho.

O desemprego atinge de forma especial o contingente populacional jovem, conforma mostra pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De 2014 para 2015 houve um aumento de 12% para 16,2 % entre os jovens (aqui considerando a população entre 15 e 24 anos), enquanto para o segmento entre 24 e 49 anos o índice de desemprego foi de 5.3%. Nesse mesmo ano, enquanto a média nacional registra uma queda de 3,05% no número de empregos no país, a cidade de Mariana apresenta uma diminuição de 5,23 %.

Nota-se que o desemprego não é exclusivo à realidade de Mariana, visto que os dados nacionais indicam essa mesma tendência. É importante ter clareza de que o estudo da particularidade não deve desconsiderar os elementos gerais. Ou seja, o aumento do desemprego em Mariana não pode ser analisado apenas a partir do episódio do rompimento da barragem e suas nefastas consequências para a cidade. Entende-se que esse é um fator importante, dada a relação de dependência em relação a essa atividade econômica. Porém, é necessário ter em mente que o processo de precarização do trabalho e desmonte de direitos sociais é parte de um projeto de sociedade e de um sistema capitalista em crise.

As transformações processadas no mundo do trabalho em resposta à crise do capital se fazem sentir em regiões distintas e de diferentes formas e intensidades, como expõe István Mészáros (2009). Para o intelectual húngaro, dentre outras características, a crise estrutural do capital precisa ser entendida a partir de um alcance a todas as localidades, sobretudo porque, como enfatizou François Chesnais, vivemos tempos de “mundialização do capital”. Nesse sentido, cabe a nós tentar entender como essas mudanças afetam a vida dos trabalhadores nos países de capitalismo dependente. Fazer essa mediação é fundamental para notar que a crise se desdobra pelo centro e pela periferia, resguardando particularidades.

Chamamos a atenção acerca disso para sinalizar que apesar de o fato “rompimento da barragem” e a interrupção das atividades da Samarco serem um marco do tempo atual para a cidade de Mariana, entender a precarização do trabalho e o desemprego apenas considerando esse elemento seria um equívoco. Como já indicado por Sadi Dal Rosso (2017), a precarização do trabalho tem dado a tônica tanto nos países de capitalismo central (a partir da quebra do padrão de proteção social e trabalhista alcançado por eles), quanto nos países de capitalismo “periférico” e, em especial, no Brasil. Desse modo, entendemos que o

desemprego não é decorrente apenas do rompimento da barragem, mas é inegável que a minério-dependência da cidade a coloca em condições ainda mais graves.

No ano de 2016 já se faziam sentir os impactos da paralização parcial da empresa Samarco. Conforme indicam os dados do CAGED, ao final do ano, houve uma variação negativa de 5,26 % do número de empregos na cidade. Isso significa dizer que o setor de extração mineral desligou mais trabalhadores do que admitiu.

Como já sinalizado anteriormente, a mineração é uma atividade intensiva em capital e, portanto, conta com reduzido contingente de força viva de trabalho. No entanto, ela mobiliza vários outros ramos de atividade econômica e, por conta disso, Mariana viveu um impacto em outros setores.

Um dos ramos que acompanha os períodos cíclicos da mineração é a construção civil. Em momentos de expansão da mineração, a construção civil também presenciou expansão de suas atividades. Um exemplo claro disso foi o Projeto Quarta Politização (P4P), que foi o responsável pela criação de um mineroduto que liga Mariana ao Espírito Santo. Essa estrutura tem a função de levar o minério de ferro, conduzido por jatos de água, até a usina de pelotização localizada em Anchieta/ES.

Esse foi um grande empreendimento da mineração e que envolveu de forma direta a construção civil. As obras iniciaram no ano de 2011 e em 2012 já se notavam os seus efeitos na economia local. Neste ano, houve uma variação de 125,36% do contingente de admissões, ou seja, o número de admissões no setor foi 125,6 % superior ao de desligamentos, resultando em um saldo positivo para 2012.

Já durante o ano de 2016, o cenário já apresentava os sinais da crise econômica local. A principal atividade teve produção reduzida negativa de 33,01 % e, consequentemente, os setores a ele atrelados também sofreram impactos. Considerando o total de empregos nos diversos ramos de atividade, nota-se um saldo negativo de 7,28%.

No decorrer dos anos 2016 e 2017 a mineração apresentou saldo negativo de empregos (-36%). Essa foi a maior queda verificada no setor nos últimos anos. No contexto geral de empregos da cidade, o saldo foi negativo por 4 anos consecutivos: 2014,2015,2016,2017. Uma leve recuperação teve início em 2018, quando o saldo volta a ser positivo, com uma variação de 3,99%.

Tabela 03
Saldo Empregos
Mariana - MG

Ano	Setor	Saldo
2015	Construção civil	-40,59%
2016	Ind. extrativa mineral:	-33,01
2017	Ind Extrativa mineral:	-36%
2018	Construção civil:	-6,89

Em meio ao contexto de ampliação do desemprego em Mariana após 2015, verifica-se ainda, uma ampliação da condição de miséria da população. Como indicam os dados fornecidos pelo Cadastro Único do governo federal.

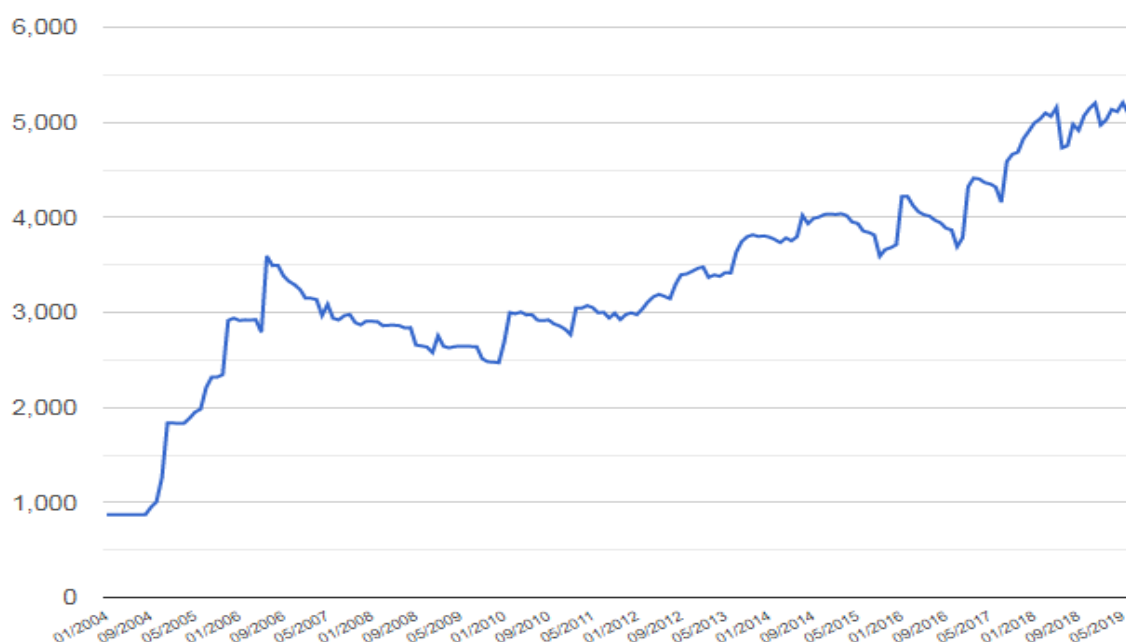
O cadastro único, regulamentado pelo decreto n 6135 de 26 de junho de 2007, é o principal instrumento do Estado brasileiro para a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais. Este reúne dados como renda, situação de trabalho, escolaridade, cor dentre outros que permitem conhecer a situação socioeconômica da população.

De acordo com informações coletadas na base de dados TabCad/cadúnico, o programa possui 27.581.649 famílias cadastradas. Destas, 47% estão em situação de pobreza extrema (renda entre R\$0,00 até R\$89,00), 11% em situação de pobreza (de R\$89,00 até R\$178,00), 21% possui baixa renda (de R\$178,00 até ½ salário mínimo) e 21% possui renda acima de meio salário mínimo.

A condição de vida da população local atinge patamares ainda piores do que o nacional. Em maio de 2019, 9314 famílias encontravam-se registradas no Cadastro Único. Desse total, 57% das famílias estão em situação de extrema pobreza. 6 % encontram-se em situação de pobreza, 21% possui baixa renda, 16 % das famílias possuem renda per capita superior a ½ salário mínimo.

Em uma série histórica que compreende o período de novembro de 2006 a janeiro de 2019, observa-se que o número de famílias inscritas atinge seu pico nesse último ano. O mesmo movimento é verificado quando temos como referência o quantitativo de famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família, que chega ao seu pico em maio de 2019, totalizando 5029 famílias beneficiárias.

Gráfico 06
Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família em Mariana/MG



Fonte: MDS, 2019.

De acordo com o pesquisador Cícero Péricles de Carvalho (2019), a ampliação do número de famílias e pessoas cadastradas nos programas de transferência de renda é reflexo do contexto da crise dos anos recentes, a qual foi responsável pelo aumento do desemprego, cortes em recursos públicos e redução da renda dos segmentos mais pobres (MADEIRO, 2019).

Em síntese, observa-se que, tanto a dinâmica local quanto a nacional verificaram ampliação do número de inscritos no Cadastro Único, assim como sinalizam um aumento da condição de miséria da população. Como sinalizado por Carvalho (2019), esse aumento pode ser compreendido no contexto de crise.

Esses dados nos chamam a atenção para pensar o componente da particularidade de Mariana e a intensidade das consequências dessa crise no território. A condição de miséria da população pode levar à uma submissão e sujeição às formas precárias de trabalho, dada a dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho. Ou seja, a manutenção da pobreza é um elemento importante para o capitalismo, como sinaliza Rosso (2011).

A pobreza atende as funções de oferecer mão de obra mais barata e serviços de baixo custo, que facilitam e impulsionam a acumulação. Por outro lado, pobreza e miséria constituem um clima de

instabilidade estrutural contínua e de desconfiança permanente (DAL ROSSO, 2011, p.141).

É fato que parte dos problemas enfrentados pela cidade atualmente são fruto da crise. Porém, a intensidade e proporção em que tais problemas se manifestam em Mariana nos leva a pensar que existe um componente particular contribuindo para o desenho da atual situação. Enquanto no Brasil, 47 % de famílias cadastradas no CadÚnico encontram-se em situação de extrema pobreza, em Mariana esse valor é de 57%. O mesmo ocorre com a taxa de desemprego local, que atinge patamares muito superiores à média nacional.

É inviável mensurar a situação de trabalho informal na cidade pois pesquisas nesse sentido não contemplam os pequenos municípios. Mas, com base em dados que indicam uma redução do emprego formal em Mariana, é possível supor que esse fato pode ter levado a população a se inserirem em vínculos de trabalho precários, informais e sem os devidos direitos assegurados.

Interpretamos o cenário atual de Mariana como resultado de uma economia dependente da mineração. Mesmo considerando os condicionantes gerais que impulsionam um contexto de aumento do desemprego e da pobreza, entendemos que a força com que esse processo se instaura na cidade é decorrente de sua história de dependência em relação à mineração, ou minério-dependência, como coloca Coelho (2015).

Os problemas decorrentes das mudanças no mundo do trabalho e aqueles particulares à Mariana impactam o conjunto da classe trabalhadora da cidade. Tal como exposto anteriormente, a paralisação parcial da mineradora Samarco repercute nesse setor em específico e em setores a estes atrelados.

No entanto, pesquisas indicam que, em contexto de crise e precarização do trabalho, alguns grupos são mais afetados. Aqui inscrevem-se os jovens e, por esse motivo, tentaremos levantar informações que nos dão algumas pistas sobre a condição da juventude trabalhadora em Mariana no contexto atual. Acrescentamos ainda, que a condição do jovem trabalhador e pobre tem um caráter especial, considerando que para este o trabalho é uma necessidade real de sobrevivência. É sobre a vida desses jovens que que nos interessa debruçar nessa pesquisa.

3.4 O JOVEM E O MUNDO DO TRABALHO: APONTAMENTOS SOBRE A REALIDADE DE MARIANA

O trabalho apresenta-se como algo de grande importância e preocupação na vida dos jovens, em especial para os jovens pobres, como indicou a pesquisa Perfil da Juventude Brasileira. A inserção laboral para essa fração da classe trabalhadora se dá, em sua maioria, através de vínculos de trabalho precários. A depender do contexto econômico e social, novas estratégias de exploração da força de trabalho podem surgir, assim como velhas práticas podem vir à tona. Nesse sentido, conhecer um pouco sobre a condição de trabalho dos jovens no atual cenário de Mariana significa conhecer também parte das implicações de um contexto de crise sobre o mundo do trabalho.

Mariana possui, de acordo com o último Censo (2010), uma população de 54.219 habitantes. Desse total, 15.700 pessoas são jovens, sendo 7.762 do sexo feminino e 7.938 do sexo masculino. Ou seja, aproximadamente 25 % da população marianense é formada por jovens, concentrando nesse segmento o maior contingente populacional.

Constatou-se, no decorrer da pesquisa, uma dificuldade em ter acesso a um banco de dados que disponibilizasse informações sobre os pequenos municípios brasileiros. Diante dessa limitação, identificou-se apenas o TabCad/Cadastro Único como uma fonte atualizada e que, dentro de suas limitações, pudesse fornecer dados para auxiliar na leitura da realidade que envolve a vida dos jovens trabalhadores.

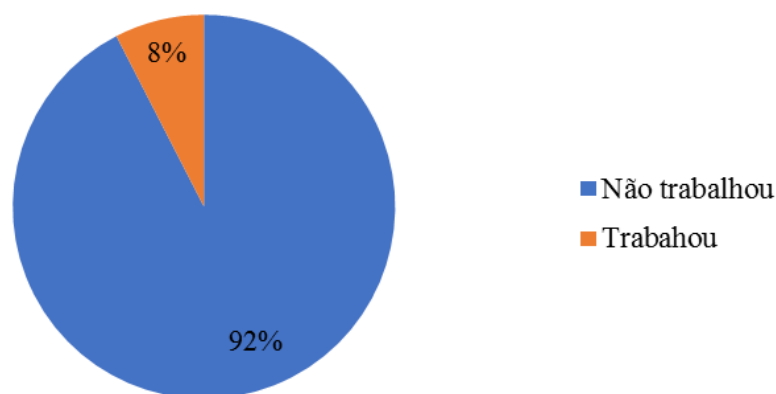
É necessário reiterar que o uso do TabCad como instrumento de coleta de dados só foi possível pois essa dissertação busca compreender um pouco da condição de uma fração específica da classe trabalhadora: os jovens das camadas mais empobrecidas, considerando que para estes, o trabalho possui um lugar central em suas vidas, dada a necessidade de sobrevivência ou de contribuir com as despesas do grupo familiar.

A partir do TabCad, identificou-se que existem 4012 jovens entre 18 e 24 anos inscritos no Cadastro Único em Mariana. Sabe-se que é considerado jovem, a pessoa que possui entre 15 e 29. No entanto, delimitamos a faixa etária de 18 a 24 anos, pois é a idade em que a maioria inicia a busca pelo primeiro emprego.

Por meio da base desidentificada do Cadastro Único, foi possível realizar um filtro para identificar os jovens inscritos no programa. Porém, esse cadastro é uma amostra aleatória do município, e, portanto, não contempla todos os jovens do CadÚnico. A partir dessa busca, identificamos que só havia informações referentes aos anos de 2015 e 2017.

Em relação à 2015, verificou-se 66 jovens entre 18 e 24 anos na amostra do Cadúnico. Destes, 92% (61 jovens) não estavam trabalhando.

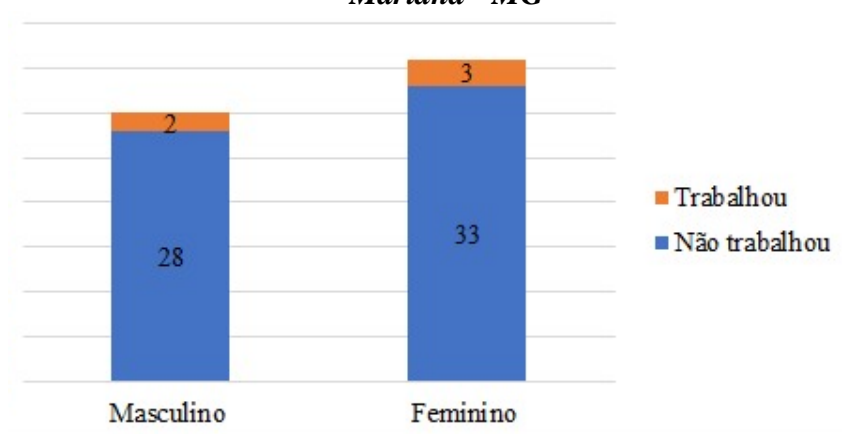
Gráfico 07
Situação de Trabalho dos Jovens de Baixa Renda
Mariana - MG



Fonte: TabCad, 2015

Um total de 5 jovens responderam estar trabalhando, ou seja, 8 % da amostra. Desse grupo, 3 eram empregados com carteira assinada, sendo dois do sexo masculino e 1 do sexo feminino. Os outros 2 estavam empregados sem carteira assinada, sendo ambos do sexo feminino. Em média os salários desses jovens eram de \$762,40.

Gráfico 08
Relação do Sexo com a Situação de Trabalho dos Jovens de Baixa Renda
Mariana - MG



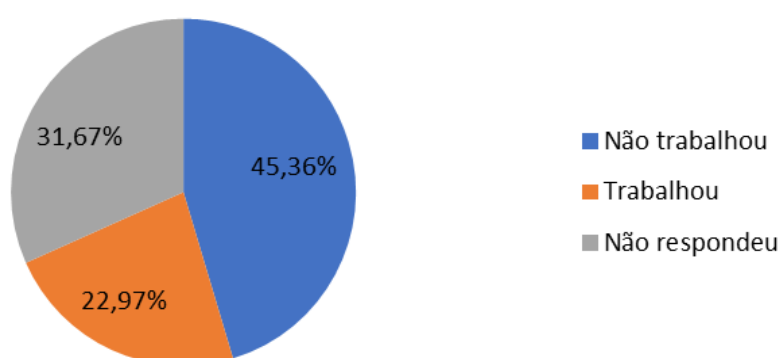
Fonte: TabCad, 2015

Observa-se aqui que, assim como apontam os estudos sobre o trabalho feminino, onde as mulheres possuem os vínculos de trabalho mais precários e sem os devidos direitos

assegurados. O mesmo se repete quando nos deparamos com um dado que nos diz que a maioria dos jovens com carteira assinada são do sexo masculino.

Comparando a taxa de jovens do CadÚnico empregados na cidade com a média nacional, verifica-se que a condição dos jovens em Mariana é preocupante, pois sua taxa de desemprego equivale ao dobro da observada em uma amostra de todo o país, que em 2015 era de 45,3%.

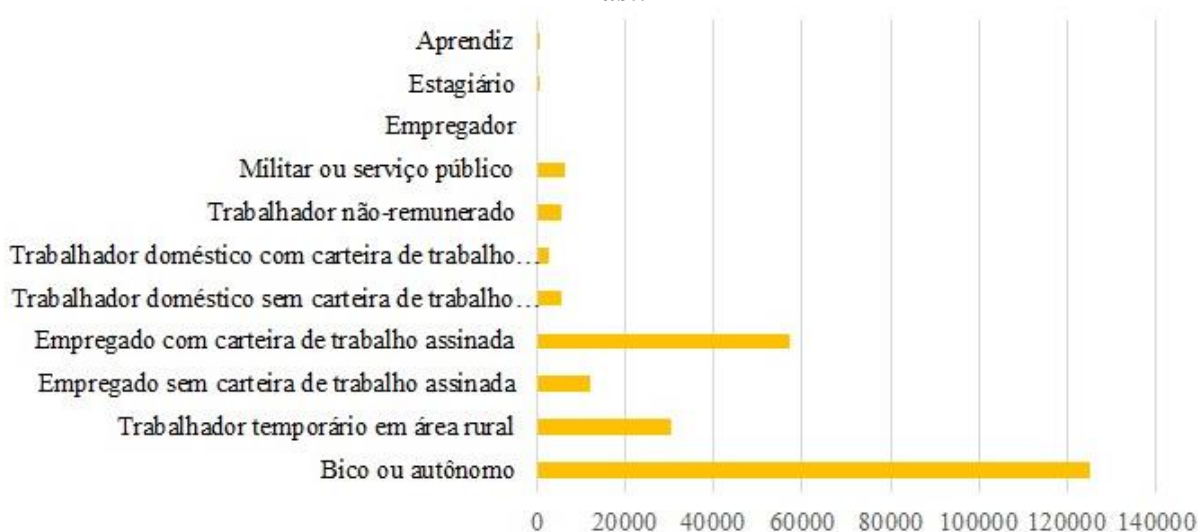
Gráfico 09
Situação de Trabalho dos Jovens de Baixa Renda
Brasil



Fonte: TabCad, 2015

A amostra nacional nos indica que a maior parte dos jovens estão exercendo alguma atividade como autônomos, como demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 10
Função Principal dos Jovens de Baixa Renda
Brasil



Fonte: TabCad, 2015

Sobre a realidade local, não foi possível identificar a caracterização do trabalho exercido pelos jovens, pois essas informações não estão disponibilizadas na base de dados.

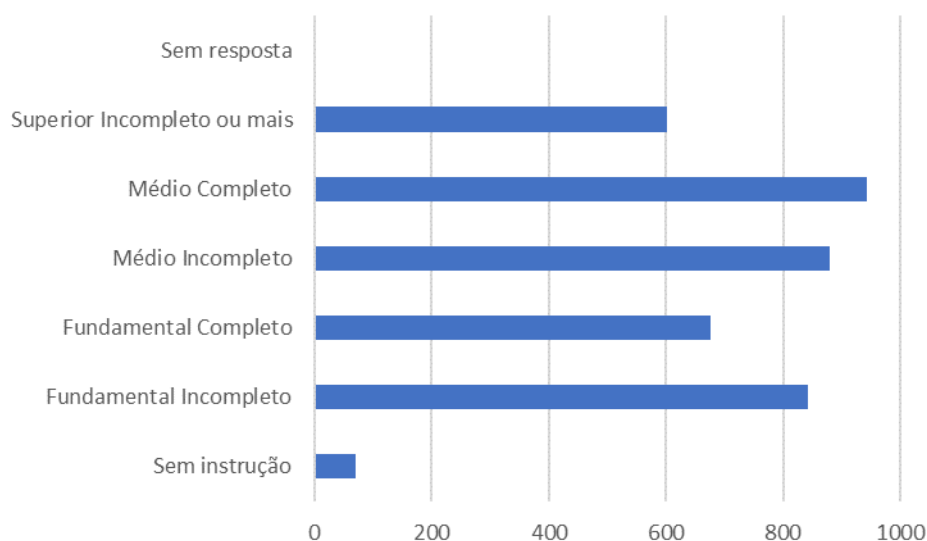
Em relação ao ano de 2017, a mesma tendência observada em 2015 se repete. O percentual de jovens sem emprego se mantém em 92%. A maioria dos jovens empregados com carteira assinada continuam sendo do sexo masculino.

De acordo com informações disponibilizadas diretamente pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e cidadania de Mariana, existiam 3397 jovens entre 18 e 24 anos inscritos no Cadastro Único da cidade no ano de 2017. Destes, 193 encontravam-se empregados com carteira assinada, 85 realizavam algum tipo de trabalho informal ou como autônomo, 01 trabalhador doméstica sem carteira assinada, 03 trabalhadores domésticas com carteira assinada, 05 estão no serviço público ou militar, 12 estão como estagiários e 08 exercem atividades na condição de jovem aprendiz. Ou seja, a maioria dos jovens entre 18 e 24 anos estavam desempregados no ano de referência e o percentual de jovens em situação de trabalho informal é elevado. Foi possível ter acesso à essas informações pois estas foram disponibilizadas ainda em 2017. Não existe um registro da série histórica do cadastro único na cidade, o que nos impossibilita de estabelecer um estudo comparativo.

Uma outra informação que não diz diretamente sobre a condição de trabalho dos jovens, mas que perpassa a temática é o acesso a educação formal. Por esse motivo, considera-se necessário trazer alguns dados sobre a vida escolar dos jovens de Mariana. Para isso, recorreremos também ao CadÚnico.

Nota-se que 1,74% dos jovens inscritos no programa atualmente não possui nenhum grau de instrução, 20,9% possui ensino fundamental incompleto, 16,8% possui fundamental completo, 21,9% possui médio incompleto, 23,5 % possui médio completo e 14,9% possui ensino superior completo ou mais (TABCAD).

Gráfico 11
Escolaridade dos Jovens entre 18 e 24 anos inscritos no CadÚnico
Mariana - MG



Fonte: Cadastro Único/MDS

Observa-se que ainda existe um percentual elevado de jovens com ensino fundamental incompleto. Isso coloca algumas dificuldades para a inserção no mercado de trabalho. De acordo com um levantamento das vagas oferecidas pelo Sistema Nacional de Emprego para o mês de julho de 2019, não existe nenhuma função que candidatos com ensino fundamental incompleto possam concorrer.

Outro dado que nos chama a atenção é a inserção no ensino superior. Mesmo com a presença de uma universidade pública na cidade (Universidade Federal de Ouro Preto), implementação do sistema de cotas raciais e sociais, ampliação do ensino superior durante os governos Lula e Dilma, o ensino superior ainda é de difícil acesso para os jovens das camadas mais pobres.

De acordo com estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a perspectiva de trabalho dos jovens tem estreita relação com a situação socioeconômica. Os pertencentes às famílias pobres, ao concluírem o Ensino Médio, tendem a priorizar a busca por emprego, diferentemente dos jovens cujas famílias possuem rendimento elevado.

Tendo como referência os jovens que concluíram o Ensino Médio em 2017, verificou-se que aqueles que compunham o grupo dos 25 % mais ricos dentre os entrevistados, iniciaram no ensino superior em 2018. Já para os jovens pobres, o percentual de acesso ao ensino superior foi de apenas 5%. Em relação aos que concluíram o Ensino Médio e não estão

trabalhando, constatou-se que, 20% dos jovens ricos estavam envolvidos em algum outro curso, enquanto para os jovens pobres a taxa é de 8%.

De acordo com a pesquisa “A exclusão de jovens adolescentes de 15 a 17 anos cursando ensino médio no Brasil: desafios e perspectivas”, realizada entre os anos de 2012 e 2013 nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, São Paulo, Fortaleza e Belém, o contexto socioeconômico e cultural das famílias desses jovens é um dos fatores geradores da exclusão escolar (DAYRELL, 2016).

O trabalho representa, para os jovens pobres, uma busca pela sobrevivência, uma forma de contribuir com o sustento de sua família e também um meio para conseguir maior autonomia. Isso faz com que os jovens pobres, como sinaliza a pesquisa do DIEESE, optem pelo trabalho em detrimento da continuidade dos estudos ao fim do Ensino Médio. Na verdade, seria mais correto falar de uma condição dada, e não em uma escolha pelo trabalho pois essa decisão não se deu motivada apenas por uma preferência pelo trabalho, mas por uma impossibilidade colocada pela condição material das famílias das camadas populares.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) referente à 2017, o maior índice de evasão escolar concentra-se entre os jovens que possuem entre 15 e 17 anos, idade em que deveriam estar cursando o Ensino Médio. A taxa de escolarização para essa faixa etária foi de 87,2%, taxa de frequência de 68,4%, 2 milhões de estudantes desperiodizados e 1.3 milhão fora da escola.

O abandono da escola durante o Ensino Médio é interpretado por Dayrell a partir de uma leitura do contexto socioeconômico e cultural das famílias dos jovens. Em sua maioria os pais possuem baixa ou nenhuma escolaridade, recém migrados do meio rural para a cidade, com predominância da cultura oral e visão de mundo própria que irá desenrolar uma forma particular de relação entre essas famílias e a escola. A continuidade nos estudos não é parte da realidade dos jovens pertencentes à essas famílias.

É importante refletir sobre o lugar ocupado pela educação, que nos moldes da sociedade capitalista, tem sido pensada como formação para o trabalho. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) deixa esse objetivo bem claro. Além disso, a educação tem uma outra funcionalidade para o capitalismo, na medida em que contribui para a formação de valores que legitimam interesses de determinada classe social:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos cento e cinquenta anos, serviu – no seu todo – o propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista mas também o de gerar e transmitir

um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhum tipo de alternativa à gestão da sociedade ‘internacionalizada’ [sic] (i.e. aceite pelos indivíduos ‘educados’ devidamente) ou num ambiente de dominação estrutural hierárquica e de subordinação reforçada implacavelmente (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

A educação e o trabalho têm uma estreita relação. No caso brasileiro, presenciamos, durante os governos Lula e Dilma, a expansão dos cursos técnicos. Por serem cursos de curta duração e terem uma melhor incorporação ao mercado de trabalho, os cursos técnicos se adequam melhor à necessidade e realidade dos jovens pobres.

Para esses jovens, conforme indicam as pesquisas em âmbito nacional, alguns obstáculos são colocados à sua inserção no trabalho, restando-lhes as piores ocupações e vínculos de trabalho precários. Ao Estado cabe assumir um papel importante via formulação de políticas públicas destinadas à qualificação profissional e geração de emprego e renda.

3.4.1 Políticas de geração de emprego e renda para os jovens em Mariana

As políticas públicas de geração de emprego e renda podem ser possibilidades de acesso ao mercado de trabalho para os jovens. Diante do contexto instaurado em Mariana, é possível que tais políticas também sofram com os efeitos da crise e, desse modo, um outro obstáculo é colocado aos jovens que buscam emprego.

A cidade possui um programa de geração de emprego e renda, que recebe o nome de “Programa de Formação profissional para Jovens”. O programa teve início com o nome de “Rotativo” e os jovens eram distribuídos em algumas regiões da cidade, onde atuavam como cuidadores de carro. Apesar de ter como finalidade a inserção dos jovens no trabalho na condição de aprendiz, a natureza desse trabalho se distanciava da proposta colocada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente sobre o que vem a ser um “aprendiz”.

Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo (ECA, 1990).

Ou seja, a condição de aprendiz o coloca em um lugar diferente de um trabalhador adulto. Ser aprendiz significa estar em processo de formação e, portanto, o caráter pedagógico e educativo é prioritário.

Esse princípio norteador das atividades na condição de aprendiz preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente não se efetivava no Programa Rotativo. Os jovens desse programa eram encaminhados para atuarem no estacionamento rotativo do município, expondo-os na rua e ao sol durante todo o dia. Enquanto assumiu essa característica, o programa, no nosso atendimento, violava um direito do adolescente submetendo-o a um trabalho degradante e impróprio ao bom desenvolvimento de acordo com sua idade. Nessas condições, o programa servia como barateamento dos custos com a força de trabalho ao empregar jovens sob a condição de aprendiz. A face de inserção no mercado de trabalho propagada pelo programa ocultava a condição de exploração, insalubridade e até mesmo de risco em que se encontravam os jovens ao permanecerem nas ruas da cidade.

O programa passou por reformulações e atualmente recebe o nome de Formação Profissional para Jovens. Conta com uma equipe formada por uma técnica de nível superior, um coordenador e duas secretárias.

A inserção dos jovens no programa se dá mediante encaminhamento realizados pelos equipamentos públicos, assim como por meio de demanda espontânea dos jovens e suas famílias. Os jovens passam por uma avaliação econômica e sua inclusão no programa deve estar condicionada a alguns critérios: residir no município de Mariana, ter entre 16 e 22 anos, estar matriculado e frequente na escola (no caso daqueles que não concluíram o ensino regular), além de um critério de renda, pois a prioridade é atender os jovens de famílias de baixa renda e usuárias dos programas socioassistenciais.

Atualmente 200 jovens participam do programa exercendo as atividades nos diversos equipamentos públicos municipais. Cumprem uma carga horária de 20 horas semanais, distribuídas em 5 dias, o que os permitem conciliar o trabalho e a escola. Recebem a quantia de ½ salário mínimo por mês. A maioria dos jovens participantes do programa estão cadastrados no Cadastro Único, frequentam escolas da rede pública e residem nos bairros periféricos.

Ser pertencente às periferias da cidade tem um sentido especial, e que pode auxiliar na compreensão do modo de vida dos jovens estudados. Piñon (2007) apud Cassab e Mendes (2011), nos diz que os jovens pobres são responsáveis por construir material e simbolicamente a cidade, mas na maioria das vezes não se sentem parte dela. Portanto, quando esses jovens do programa de formação profissional saem de seus territórios e ocupam

outros espaços, tem-se também a possibilidade de experimentar e ocupar a cidade, circular e ter acesso a outros serviços não disponíveis na periferia, tal como acesso a atividades de lazer e cultura.

Por serem distintas as possibilidades de vivenciar a fase da juventude, distintas também serão as formas de vivenciar a escola, o trabalho, a cidade, o lazer e etc. Segundo Cassab e Mendes (2011), a juventude é experimentada de acordo com os espaços, tempos e contextos em que vivem. Para os jovens do Programa de Formação Profissional, cujo perfil é demarcado por um corte de classe social, as dificuldades para a formação e continuidade dos estudos, tal como as limitações para acessar um primeiro emprego com as devidas garantias trabalhistas e realizar tarefas condizentes com a condição de sujeito em desenvolvimento são alguns dos obstáculos.

Conforme apontado anteriormente, pesquisas nacionais indicam que a incidência de abandono dos estudos e inserção em trabalhos precários é maior entre os jovens pobres. Por isso, a atuação do Estado é fundamental para garantir o direito da população jovem ao trabalho digno, remunerado e que respeita seu processo de formação e desenvolvimento.

Em Mariana, como já mencionamos anteriormente, o Estado se faz presente na política de geração de emprego e renda destinado a esse segmento. O programa vem passando por mudanças e alguns avanços já são perceptíveis. No entanto, a consolidação de um programa necessita de uma equipe completa, bem como recursos materiais adequados, o que ainda não está consolidado no programa de formação Profissional para Jovens na cidade.

A precariedade de condições de trabalho dos próprios servidores e o pouco recurso para a execução de suas atividades, torna-se um grande obstáculo. Não existe nenhum servidor efetivo atuando no programa, apenas contratados e cargos comissionados. Isso pode gerar uma rotatividade maior de funcionários, implicando em uma descontinuidade das ações desenvolvidas por equipes anteriores.

É fato que, em comparação ao formato anteriormente assumido pelo programa, já é possível falar em alguns avanços, pois agora não existem jovens exercendo atividades impróprias para a sua idade, existe uma técnica de nível superior e uma busca por formação para pensar a política pública voltada para a juventude.

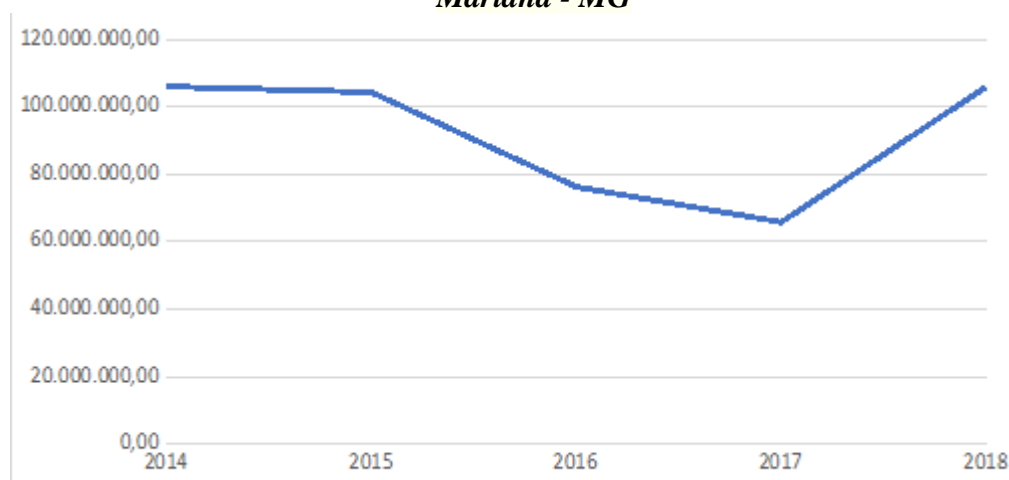
Outro avanço a ser considerado refere-se à regulamentação do programa no ano de 2017. A partir dessa regulamentação, que se deu mediante a aprovação de um decreto municipal, foram definidos critérios para inserção e permanência dos jovens nessa política pública. Anteriormente à essa data, não existia um documento oficial que estabelecesse as diretrizes e normas de funcionamento do programa.

Considerando que estes programas são planejados e executados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, fizemos um levantamento do orçamento da política de assistência social. Os dados delimitam o período de 2014 a 2018, para assim verificar se houve redução de gastos públicos posteriormente ao rompimento da barragem e interrupção das atividades da Samarco. Assim, será possível identificar se o contexto pós rompimento da barragem também incidiu na redução de gastos com essa política pública e, consequentemente, com o programa que aqui nos interessa.

É importante ressaltar que o “Programa Formação Profissional para Jovens” é realizado com recursos próprios do município, ou seja, não existe repasse de verbas dos governos estadual e federal. Portanto, a queda da arrecadação municipal pode ter consequências para os programas que são custeados apenas com recursos municipais. Segundo pronunciamentos do prefeito da cidade, Duarte Eustáquio Gonçalves Junior, os cortes de verbas são justificados pela queda da arrecadação municipal, especialmente do imposto que incide sobre a extração mineral, o CFEM (Compensação Financeira por Extração Mineral).

Nota-se que, inicialmente, no momento seguinte à interrupção das atividades da Samarco, aconteceu uma redução na arrecadação do Cfem, que cai de R\$ 104.341.384,03 em 2015 para R\$76.286.723,90 em 2016. Porém, no ano de 2018 ele retoma o patamar verificado no ano anterior ao rompimento da barragem, voltando a ter uma arrecadação que chegou a R\$105.914.069,07 neste ano.

Gráfico 12
Arrecadação Cfem
Mariana - MG



Fonte: Agência Nacional de Mineração

Na política de assistência social também é possível observar um movimento de queda em seu orçamento a partir de 2016. Essa queda acentua-se de 2016 para 2017, quando o orçamento cai de R\$22.519.037,07 para R\$16.372.528,55, ou seja, houve uma redução de 28% no recurso desta política pública. No ano de 2018, nota-se uma leve recuperação, mas o valor ainda continua inferior aos orçamentos dos anos 2014 e 2015. Segue a tabela comparativa.

Tabela 04
Execução de programas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania
Mariana - MG

Ano	Orçado	Liquidado	Pago
2014	22577980,87	21.044.356,06	92,26%
2015	26479932,48	2012967368	75,14%
2016	22519037,07	20739648,33	91,43 %
2017	16372528,55	15650994,35	87,62%
2018	17982675,23	16065207,78	81,12%

Fonte: Portal da transparência de Mariana/M.G

Observa-se que no mesmo período em que houve queda da arrecadação do Cfem, presenciou-se também à um corte orçamentário na política de assistência social. Nota-se que em nenhum ano foi utilizado todo o orçamento destinado a essa política pública. No caso de 2015, por exemplo, foi utilizado 75 % do orçamento.

Quando se chega até os valores destinados ao Programa de Formação Profissional para Jovens, notamos que este não segue o mesmo movimento de queda, tal como ocorrido na assistência social, conforme indica a tabela abaixo:

Tabela 05
Gastos com Programa de Formação Profissional
Mariana - MG

Ano	Gastos
2015	475.164,68
2016	745.620,95
2017	690.926,27
2018	858.502,90

Fonte: Portal da transparência de Mariana/M.G

Observando a evolução do orçamento do programa no ano de 2015 até 2018, verifica-se que o único ano em que ocorreu uma queda foi no ano de 2017, assim como também foi o ano com acentuada queda na arrecadação do Cfem e nos recursos destinados à assistência social.

O fato de não ter ocorrido uma redução no orçamento do programa não exclui o que foi anteriormente colocado sobre a minério-dependência. A ampliação da verba do programa pode ser parte de reordenamento dos gastos da política de assistência social.

O importante é chamar a atenção para a relação entre a arrecadação proveniente da mineração e o valor destinado à assistência social. Aqui foi possível observar a tendência de queda em ambos, assim como identificar que os cortes mais significativos se deram no mesmo ano, que foi marcado pela maior crise da mineração na cidade na última década.

O programa, por ser realizado com recursos próprios do município, também pode estar suscetível à mudanças em seu orçamento a depender do contexto, como verificado em 2017.

A minério dependência é um traço marcante da cidade. Essa dependência, apareceu nessa pesquisa, na precarização do trabalho local, que após a interrupção das atividades da Samarco teve expressivo aumento do desemprego. Não desconsideramos os fatores que são próprios à crise do capital e seus efeitos sobre o trabalho. Porém, quando se compara dados locais com os nacionais em um mesmo período, nota-se que o cenário local é ainda mais grave e complexo do que o verificado no país.

A outra manifestação do minério dependência é o contingenciamento de recursos para as políticas públicas, como observado na assistência social. Mesmo que não seja nosso objetivo estudar a relação entre essa política e a mineração em crise, fazer essa observação se fez necessária pois o programa de geração de empregos é parte dessa política. Este, como já mencionado, é um mecanismo importante para o acesso ao emprego e renda dos jovens pobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início da dissertação, nossa intenção era conhecer a condição de trabalho dos jovens, em especial os jovens pobres, no contexto atual.

Ao caminhar para a aproximação com o objeto de estudo, alguns percursos foram necessários. Era necessário situar em traços gerais a realidade de Mariana.

Na busca por compreender a particularidade de Mariana, notamos que era impossível pensar a cidade sem refletir sobre a sua relação com a mineração. O lugar de destaque em que Mariana ocupava na produção de minério a inscrevia e a articulava aos ditames da dinâmica da mineração mundial e evidenciava os traços de subordinação ao capitalismo mundial característico das economias dependentes.

A ampliação e intensificação da produção de minério de ferro na cidade ao longo da primeira década dos anos 2000 é reflexo de uma maior demanda pelo minério a nível mundial, em especial do mercado chinês. O rápido crescimento da economia chinesa fez com que o país se tornasse o maior comprador de ferro do mundo e, nesse contexto, o Brasil aparece como o maior fornecedor do produto. Segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a produção brasileira salta de 267.759.089 toneladas no ano de 2001 para 372.120.000 toneladas em 2010.

Esse cenário de ampliação e valorização das commodities minerais é, portanto, uma característica desse período. As consequências dessa desenfreada aceleração da produção, no entanto, recaem de forma especial sobre a América Latina. Assim, Mariana não é um caso isolado, mas é parte de um conjunto de transformações que ocorreram na atividade minerária no período em questão, configurando o que Gudynas (2013) denominou “neoextrativismo”.

O neoextrativismo representa, no entendimento do pesquisador uruguaio, uma tentativa de os países da América Latina alcançarem o superávit por meio de uma pauta de exportação de bens primários, bem como canalizar recursos que poderiam ser utilizados na implementação de políticas públicas. Assim, o discurso do desenvolvimento e crescimento econômico ajudava no processo ideológico e de convencimento de que os empreendimentos minerários seriam os responsáveis por trazer uma melhor qualidade de vida para população. Esse teor ideológico é muito presente em Mariana, seja pelo empresariado associado à mineração, seja pelo próprio poder público, os quais associam mineração e geração de riqueza ou mineração e desenvolvimento. Mas esse argumento é facilmente desconstruído quando nos deparamos com os índices que indicam a condição de miséria em que vive a população local, à qual não tem acesso à riqueza produzida em seu próprio território.

Para além dos condicionantes externos, é possível mencionar o contexto interno, que foi favorável ao desenvolvimento da mineração no Brasil. O chamado neodesenvolvimentismo, implementado durante o governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, contribuiu para o fortalecimento da burguesia brasileira. Uma das medidas adotadas foi a participação do BNDES no financiamento do empresariado nacional, sendo as empresas mineradoras foram grandes beneficiadas, a exemplo da Vale S.A, que foi a quarta maior arrecadadora de recursos entre 2007 e 2009.

O exercício de fazer esse resgate da recente história da mineração no Brasil nos auxiliou a compreender a característica do modelo de mineração vigente e o contexto que favoreceu a ampliação da sua produção e exportação. Nesse movimento de buscar conhecer a mineração e sua relação com a economia mundial, foi possível perceber que a dinâmica de Mariana não se restringe à condicionantes locais. Ou seja, o ritmo da produção local está atrelado à lógica do capitalismo mundial, estabelecendo uma relação entre centro e periferia que reforça o lugar de economia dependente e subordinada historicamente reservado ao Brasil.

O episódio que demarca temporalmente essa pesquisa é parte da história da mineração em Mariana, porém também deve ser entendido a partir do contexto geral que envolvia a mineração de ferro no mundo. Esse episódio – rompimento de uma barragem de rejeitos de minério de ferro – representa, segundo Milanez e Santos (2015), o fim do megaciclo das commodities minerais experimentado no início dos anos 2000 e início de um período em que o preço do minério de ferro estava em queda.

De acordo com a análise dos pesquisadores do grupo PoEMAS, o caso de Mariana apresenta uma relação estrutural entre os ciclos econômicos e a mineração. Estudos realizados por Davies e Martin já indicavam que existe uma incidência maior de rompimento de barragem em períodos de queda de preço da commodities, pois com uma lucratividade reduzida, a estratégia do capital é baratear os custos da produção. Além disso, essas empresas também sobrevivem de ações na bolsa de valores e a valorização de suas ações depende de uma alta produtividade. Assim, mesmo em período de desvalorização da commodities minerais, é necessário manter a produtividade para garantir a confiança dos seus acionistas.

Conhecer um pouco da forma como a mineração se organiza nos possibilitou perceber Mariana nesse contexto. A cidade, com forte característica minério-dependente, é sujeita às oscilações do mercado mundial. Os traços de um capitalismo mundializado e financeirizado são claramente perceptíveis quando olhamos para a estrutura da atividade minerária, a qual combina o trabalho produtivo e as especulações de seus acionistas, assim como estabelece

uma dinâmica onde as decisões dos países centrais se fazem sentir até mesmo em uma cidade interiorana no Brasil.

Esse foi o primeiro movimento de aproximação com o objeto de estudo. Conhecer o modelo mineral brasileiro e como Mariana se situa nesse contexto já nos diz algo sobre o trabalho local.

Ao pesquisar sobre o trabalho na mineração, que é a atividade central na cidade, observamos que essa atividade gera poucos empregos, visto que a mineração possui um maquinário moderno e pouco trabalho vivo. Somado a isso temos o intenso processo de terceirização do setor, que envolve não apenas pequenas mineradoras, mas também a construção civil, transporte e outros serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a extração mineral. E esse é um traço que se mantém na cidade, a qual possui alta rotatividade de trabalhadores, o que pode ser explicado pelo caráter transitório das atividades da mineração. De certo modo, entender as características da mineração já nos traz elementos para pensar sobre a configuração do trabalho local, que é entrelaçado e dependente da atividade extrativa.

A dependência da cidade em relação à mineração fica evidente após o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão. Uma manifestação clara disso foi o aumento expressivo do desemprego na cidade, que no ano de 2017 chegou a 23%, valor acima da média nacional, que nesse mesmo período era de 13%.

O aumento do desemprego era uma tendência observada também em âmbito nacional, conforme indicavam os estudos realizados pela Pnad Continua/IBGE. A queda no número de empregos formais, conforme indica o Relatório Anual de Indicadores Sociais foi expressiva nesse período no Brasil, que em 2015 apresentou um relatório anual negativo (-3,05% de empregos formais), o que não ocorria desde 1992. O aumento do desemprego atingiu especialmente os jovens entre 15 e 24 anos, tendo uma ampliação de 12% em 2014 para 16,2% em 2015. Essa queda concentrou-se na região sudeste do país, que teve redução de 3,63% no número de empregos formais.

A ampliação do desemprego é uma das expressões da crise atual que, segundo Mészáros, é uma crise de natureza estrutural. No entanto, para além desse cenário de uma crise global, Mariana vivencia ainda uma crise que é local, iniciada a partir de 2015 e o primeiro indicativo dessa crise local foi a ampliação da taxa de desemprego. A intensidade da crise local é verificada ao notar que a taxa no município é quase o dobro da média nacional.

Acompanhando o aumento do desemprego local, observamos também uma intensificação da condição de pobreza e extrema pobreza na cidade. De acordo com dados

coletados pelo Cadastro Único para programas sociais do governo federal, o município de Mariana atinge o número máximo de famílias inscritas, considerando uma série histórica que compreende o período de 2006 a 2019.

Atualmente, Mariana possui 9314 famílias cadastradas no programa. Destas, 57% estão em situação de pobreza, 21% possui baixa renda e 16 % possui renda per capita superior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Quando comparamos com os indicadores nacionais, notamos que Mariana possui um percentual de famílias em situação de extrema pobreza ainda maior do que a média nacional, que já é considerada elevada (47%).

O aumento da condição de miséria da população pode estar associado à ampliação do desemprego local. Para Carvalho (2019), o aumento do número de famílias cadastradas nos programas de transferência de renda está relacionado à crise atual, que além do desemprego, envolve medidas de contenção como redução de investimentos nas políticas públicas.

Nesse sentido, considerando a interface entre crise, desemprego e empobrecimento da população, é passível de compreensão que Mariana tenha índices de miséria e desemprego acima dos nacionais. Entendemos que o contexto local é provocado por essa dupla crise, uma crise global que envolve o modo capitalista de produção e uma crise em sua principal atividade econômica local. São elementos que se cruzam, não significa tratar a crise local como uma sobreposição, aborda- lá a partir de uma proporção e gravidade maior do que a crise do capital. Mas é importante considerar que existe uma particularidade local que potencializa os efeitos da crise global.

É importante chamar a atenção para as implicações desse cenário. O aumento do desemprego e a condição de miséria da população podem resultar em uma redução do valor da força de trabalho, bem como submeter os trabalhadores a vínculos precários. Interfere ainda na capacidade de organização política dos trabalhadores, visto que esse contexto propicia a cisão entre trabalhadores estáveis e informais.

Além disso, é possível ainda, notar uma dificuldade de organização entre os próprios trabalhadores formais, os quais podem sentir que seus empregos ficariam ameaçados diante de um contingente de desempregados em crescimento. Ou seja, o desemprego diz sobre os desempregados, mas diz também sobre o conjunto dos trabalhadores.

Ao tentar entender a condição de trabalho dos jovens no contexto atual algumas dificuldades foram encontradas, pois nos deparamos com a escassez de dados sobre os pequenos municípios brasileiros. Os órgãos nacionais não possuem informações atualizadas e que poderiam nos auxiliar em uma leitura da realidade local no que se refere a condição de trabalho desse segmento em específico. Os órgãos municipais também não possuem uma base

de dados organizada e que possa subsidiar nosso estudo. Essa limitação nos impossibilitou de ter um perfil geral das condições de trabalho dos jovens em Mariana. Esses dados gerais seriam importantes para estabelecer um comparativo com a condição dos jovens na cidade entre o antes e o pós rompimento da barragem.

Sobre os jovens pobres, os dados do Cadúnico apresentam uma realidade preocupante. Estão disponíveis apenas os dados referentes à 2015 e 2017. Em ambos os anos a taxa de desemprego entre os jovens entre 18 e 24 anos foi de 92%. Se compararmos com os dados sobre os jovens inscritos no cadastro único em âmbito nacional, vamos observar mais uma vez que o quadro de trabalho para os jovens a nível local é pior do que o nacional (45,3%). Ou seja, o índice de desemprego entre os jovens inscritos no programa em Mariana é o dobro do apresentado em âmbito nacional.

Tal como observado no conjunto de trabalhadores, o índice de desemprego entre as mulheres é maior do que entre os homens. Essa também é uma realidade para as jovens trabalhadoras, que eram a maioria entre os desempregados e entre aqueles que trabalhavam sem carteira assinada.

Em 2017, o quadro da juventude se mantinha o mesmo de 2015. Apesar de ter observado uma piora na condição da população local, não se observa, através dos dados disponíveis para análise, uma ampliação do desemprego nesse segmento, considerando a realidade dos jovens pobres. Mas estamos falando de uma condição que já era extremamente precária e, portanto, não é uma avaliação positiva sobre a relação dos jovens com o trabalho na cidade.

A vivência da juventude é diversa. Certamente, se tivéssemos acesso a dados que caracterizam a condição da juventude como um todo, conseguiríamos observar a particularidade da condição do jovem pobre, onde o trabalho é uma necessidade de sobrevivência, e, até mesmo, de possibilitar viver a juventude.

Uma possibilidade para essa fração de jovens é a inserção no trabalho via políticas de geração de emprego e renda. Em Mariana, os jovens inscritos no Cadastro Único são público alvo das ações do programa, que atualmente conta com 200 participantes. Esse número é ainda insuficiente, considerando que a taxa de desemprego entre os jovens pobres é elevada, conforme indicamos anteriormente.

O programa de Formação profissional para jovens, assim como os demais programas e projetos desenvolvidos com recursos públicos são alvo do corte de verbas em tempos de crise. No entanto, através de um levantamento do orçamento a ele destinado nos últimos anos, não se verificou uma queda em investimento, com exceção de 2017, quando se observou queda no

orçamento da política de assistência social e também do programa de geração de emprego e renda a ela atrelado.

Apesar de não ter ocorrido cortes nesse programa nos demais anos, é importante chamar a atenção para os cortes realizados na política de assistência social, onde este está inscrito. Além disso, ´cabe pontuar que o fato de o programa ser executado apenas com recursos da arrecadação própria do município, pode haver oscilações decorrentes dos ciclos da mineração. Como já mencionamos no decorrer desse trabalho, um dos traços dos municípios minério-dependentes, e isso se aplica a Mariana, é a condição de dependência em relação aos recursos provenientes dessa atividade econômica.

Em síntese, sem desconsiderar os traços que são parte de uma crise global e as implicações dessa para o mundo do trabalho, observamos que Mariana experimenta essa crise duplamente: o global e o local, mesclando e potencializando os efeitos da crise. Essa, conforme indicamos, manifesta-se na ampliação do desemprego, aumento da pobreza, redução de gastos com políticas sociais, expressões clássicas das crises, porém, potencializadas por conta da particularidade da cidade.

ANEXOS

Relação de Empenhos Pagos Mariana – MG / 2015

ESTADO DE MINAS GERAIS																Betha Sistemas															
MUNICÍPIO DE MARIANA																Exercício de 2015															
Relação de Empenhos Pagos																Página: 1/2															
Período de 01/01/2015 até 31/12/2015																															
Empenho	Tipo	Processo	Nº de A/F/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida															
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MARIANA																															
1030 O				30/01	30.657,22	0,00	30.657,22	30.657,22	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
1035 O				30/01	6.900,24	0,00	6.900,24	6.900,24	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	792	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE															
1777 O				27/02	28.830,97	0,00	28.830,97	28.830,97	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
1939 O				27/02	6.488,80	0,00	6.488,80	6.488,80	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	792	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE															
1958 O				27/02	168,85	0,00	168,85	168,85	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
1976 O				27/02	38,05	0,00	38,05	38,05	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	792	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE															
2559 O				26/03	425,15	0,00	425,15	425,15	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
3000 O				31/03	27.116,10	0,00	27.116,10	27.116,10	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
3161 O				31/03	6.102,85	0,00	6.102,85	6.102,85	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	792	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE															
3286 O				10/04	5,97	0,00	5,97	5,97	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
3304 O				10/04	26,26	0,00	26,26	26,26	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
3844 O				29/04	650,00	0,00	650,00	650,00	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
3845 O				29/04	32.583,99	0,00	32.583,99	32.583,99	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
3848 O				29/04	7.336,44	0,00	7.336,44	7.336,44	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	792	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE															
4230 O				07/05	303,33	0,00	303,33	303,33	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
4483 O				20/05	91,93	0,00	91,93	91,93	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
4785 O				29/05	1.950,00	0,00	1.950,00	1.950,00	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
4786 O				29/05	30.947,30	0,00	30.947,30	30.947,30	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
4788 O				29/05	6.985,81	0,00	6.985,81	6.985,81	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	792	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE															
5553 O				30/06	29.377,15	0,00	29.377,15	29.377,15	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
5554 O				30/06	6.611,73	0,00	6.611,73	6.611,73	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	792	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE															
5555 O				30/06	1.300,00	0,00	1.300,00	1.300,00	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
5770 O				06/07	373,58	0,00	373,58	373,58	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
5771 O				06/07	84,08	0,00	84,08	84,08	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	792	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE															
6438 O				31/07	1.300,00	0,00	1.300,00	1.300,00	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
6439 O				31/07	27.888,41	0,00	27.888,41	27.888,41	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
6440 O				31/07	6.276,67	0,00	6.276,67	6.276,67	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	792	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE															
7251 O				31/08	690,71	0,00	690,71	690,71	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
7270 O				31/08	155,57	0,00	155,57	155,57	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	792	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE															
7385 O				31/08	29.541,95	0,00	29.541,95	29.541,95	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
7519 O				31/08	6.655,85	0,00	6.655,85	6.655,85	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	792	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE															
7740 O				11/09	31,24	0,00	31,24	31,24	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
8410 O				30/09	34.717,95	0,00	34.717,95	34.717,95	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
8539 O				30/09	7.378,67	0,00	7.378,67	7.378,67	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	792	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE															
9179 O				29/10	38.283,10	0,00	38.283,10	38.283,10	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
9308 O				29/10	8.136,38	0,00	8.136,38	8.136,38	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	792	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE															
9476 O				05/11	288,93	0,00	288,93	288,93	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
9499 O				05/11	61,49	0,00	61,49	61,49	0,00	0,00	45504 08.244.0015 1100		2.148	792	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE															
10161 O				30/11	39.000,11	0,00	39.000,11	39.000,11	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
10284 O				30/11	8.288,76	0,00	8.288,76	8.288,76	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	792	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE															
10434 O				10/12	1.733,60	0,00	1.733,60	1.733,60	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	336	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO															
10454 O				10/12	368,52	0,00	368,52	368,52	0,00	0,00	45607 08.244.0015 1100		2.148	792	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE															

Relação de Empenhos Pagos **Mariana – MG / 2015**

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Página: 2/2
Período de 01/01/2015 até 31/12/2015

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE MARIANA
Relação de Empenhos Pagos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MARIANA																
11169	O			18/12	39.010,97	0,00	39.010,97	39.010,97	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	336	3.3.90.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
Total da Entidade:					475.154,88	0,00	475.154,88	475.154,88	0,00							
Total do Período:					475.154,88	0,00	475.154,88	475.154,88	0,00							

MARIANA, 26/02/2019

Duarte Eustaquio Gonçalves Jr.
Prefeito

Relação de Empenhos Pagos

Mariana – MG / 2016

ESTADO DE MINAS GERAIS																	
MUNICÍPIO DE MARIANA																	
Relação de Empenhos Pagos																	
Exercício de 2016																	
Página: 1/2																	
Período de 01/01/2016 até 31/12/2016																	
Empenho	Tipo	Processo	Nº de A.F./Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida	
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MARIANA																	
667	O			28/01	1.173,31	0,00	1.173,31	1.173,31	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
668	O			28/01	248,49	0,00	248,49	248,49	0,00	0,00	45314	08.244.0015	1100	2.148	300	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
895	O			29/01	44.373,30	0,00	44.373,30	44.373,30	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
896	O			29/01	9.414,15	0,00	9.414,15	9.414,15	0,00	0,00	45314	08.244.0015	1100	2.148	300	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
1181	O			05/02	308,00	0,00	308,00	308,00	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
1182	O			05/02	65,22	0,00	65,22	65,22	0,00	0,00	45314	08.244.0015	1100	2.148	300	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
1676	O			29/02	52.711,24	0,00	52.711,24	52.711,24	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
1677	O			29/02	11.163,30	0,00	11.163,30	11.163,30	0,00	0,00	45314	08.244.0015	1100	2.148	300	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
2020	O			04/03	161,33	0,00	161,33	161,33	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
2021	O			04/03	34,16	0,00	34,16	34,16	0,00	0,00	45314	08.244.0015	1100	2.148	300	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
2905	O			31/03	46.140,44	0,00	46.140,44	46.140,44	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
2906	O			31/03	9.771,72	0,00	9.771,72	9.771,72	0,00	0,00	45314	08.244.0015	1100	2.148	300	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
3240	O			06/04	1.745,00	0,00	1.745,00	1.745,00	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
3241	O			06/04	369,55	0,00	369,55	369,55	0,00	0,00	45370	08.244.0015	1100	2.148	300	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
3910	O			29/04	47.811,65	0,00	47.811,65	47.811,65	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
3911	O			29/04	10.125,66	0,00	10.125,66	10.125,66	0,00	0,00	45314	08.244.0015	1100	2.148	300	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
4206	O			06/05	439,99	0,00	439,99	439,99	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
4207	O			06/05	93,17	0,00	93,17	93,17	0,00	0,00	45597	08.244.0015	1100	2.148	300	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
4883	O			30/05	53.574,22	0,00	53.574,22	53.574,22	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
4884	O			30/05	11.346,07	0,00	11.346,07	11.346,07	0,00	0,00	45314	08.244.0015	1100	2.148	300	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
5233	O			06/06	689,33	0,00	689,33	689,33	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
5234	O			06/06	145,98	0,00	145,98	145,98	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	300	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
6419	O			30/06	55.729,70	0,00	55.729,70	55.729,70	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
6420	O			30/06	11.802,54	0,00	11.802,54	11.802,54	0,00	0,00	45314	08.244.0015	1100	2.148	300	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
6690	O			05/07	742,80	0,00	742,80	742,80	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
6691	O			05/07	157,31	0,00	157,31	157,31	0,00	0,00	45314	08.244.0015	1100	2.148	300	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
7101	O			22/07	29,34	0,00	29,34	29,34	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
7102	O			22/07	6,21	0,00	6,21	6,21	0,00	0,00	45314	08.244.0015	1100	2.148	300	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
7412	O			28/07	55.864,87	0,00	55.864,87	55.864,87	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
7413	O			28/07	11.831,17	0,00	11.831,17	11.831,17	0,00	0,00	45314	08.244.0015	1100	2.148	300	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
7664	O			03/08	308,00	0,00	308,00	308,00	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
7665	O			03/08	65,22	0,00	65,22	65,22	0,00	0,00	45314	08.244.0015	1100	2.148	300	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
8359	O			31/08	53.324,74	0,00	53.324,74	53.324,74	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
8360	O			31/08	11.293,22	0,00	11.293,22	11.293,22	0,00	0,00	45314	08.244.0015	1100	2.148	300	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
8835	O			12/09	14,67	0,00	14,67	14,67	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
8836	O			12/09	3,10	0,00	3,10	3,10	0,00	0,00	45314	08.244.0015	1100	2.148	300	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
9335	O			29/09	52.692,15	0,00	52.692,15	52.692,15	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
9336	O			29/09	11.159,24	0,00	11.159,24	11.159,24	0,00	0,00	45314	08.244.0015	1100	2.148	300	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
10119	O			28/10	50.406,45	0,00	50.406,45	50.406,45	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
10120	O			28/10	10.675,17	0,00	10.675,17	10.675,17	0,00	0,00	45314	08.244.0015	1100	2.148	300	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
10591	O			11/11	291,73	0,00	291,73	291,73	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
10592	O			11/11	61,77	0,00	61,77	61,77	0,00	0,00	45314	08.244.0015	1100	2.148	300	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
11116	O			30/11	57.018,18	0,00	57.018,18	57.018,18	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
11117	O			30/11	12.075,42	0,00	12.075,42	12.075,42	0,00	0,00	45314	08.244.0015	1100	2.148	300	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
11319	O			06/12	718,73	0,00	718,73	718,73	0,00	0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
11320	O			06/12	152,20	0,00	152,20	152,20	0,00	0,00	45370	08.244.0015	1100	2.148	300	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE

Relação de Empenhos Pagos

Mariana – MG / 2016

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Página: 2/2

Período de 01/01/2016 até 31/12/2016

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE MARIANA																
12503	O			29/12	47.291,74	0,00	47.291,74	47.291,74								
									0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	299	3.3.90.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
Total da Entidade:					745.620,95	0,00	745.620,95	745.620,95	0,00							
Total do Período:					745.620,95	0,00	745.620,95	745.620,95	0,00							

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE MARIANA

12503 0

29/12

Total da Entidade:

Total do Período:

MARIANA, 25/02/2019

Duarte Eustaquio Gonçalves JR.
Prefeito

Relação de Empenhos Pagos

Mariana – MG / 2017

Estado de Minas Gerais

Município de Mariana

Relatório de Empenhos Pagos

Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

Betha - Sistemas

Exercício de 2017

Página: 1/1

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MARIANA																
522	O		30/01		49.911,79	0,00	49.911,79	49.911,79	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	282	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
523	O		30/01		10.584,25	0,00	10.584,25	10.584,25	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	283	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
946	O		07/02		198,12	0,00	198,12	198,12	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	282	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
947	O		07/02		42,00	0,00	42,00	42,00	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	283	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
2051	O		23/02		43.223,02	0,00	43.223,02	43.223,02	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	282	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
2052	O		23/02		9.165,86	0,00	9.165,86	9.165,86	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	283	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
3069	O		30/03		50.691,65	0,00	50.691,65	50.691,65	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	282	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
3090	O		30/03		10.749,63	0,00	10.749,63	10.749,63	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	283	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
3541	O		07/04		1.749,02	0,00	1.749,02	1.749,02	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	282	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
3542	O		07/04		370,89	0,00	370,89	370,89	0,00	0,00	45370 08.244.0015 1100		2.148	283	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
4008	O		27/04		50.713,00	0,00	50.713,00	50.713,00	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	282	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
4009	O		27/04		10.754,14	0,00	10.754,14	10.754,14	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	283	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
4341	O		04/05		46,85	0,00	46,85	46,85	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	282	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
4342	O		04/05		9,93	0,00	9,93	9,93	0,00	0,00	45370 08.244.0015 1100		2.148	283	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
4867	O		23/05		156,16	0,00	156,16	156,16	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	282	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
4868	O		23/05		33,11	0,00	33,11	33,11	0,00	0,00	45370 08.244.0015 1100		2.148	283	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
9219	O		29/05		55.379,97	0,00	55.379,97	55.379,97	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	282	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
9220	O		29/05		11.743,82	0,00	11.743,82	11.743,82	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	283	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
10256	O		28/06		54.687,78	0,00	54.687,78	54.687,78	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	282	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
10257	O		28/06		11.597,02	0,00	11.597,02	11.597,02	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	283	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
11339	O		28/07		53.895,71	0,00	53.895,71	53.895,71	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	282	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
11340	O		28/07		11.429,07	0,00	11.429,07	11.429,07	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	283	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
11846	O		07/08		1.749,08	0,00	1.749,08	1.749,08	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	282	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
11847	O		07/08		370,90	0,00	370,90	370,90	0,00	0,00	45370 08.244.0015 1100		2.148	283	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
12635	O		31/08		52.390,73	0,00	52.390,73	52.390,73	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	282	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
12636	O		31/08		11.109,93	0,00	11.109,93	11.109,93	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	283	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
13838	O		29/09		48.342,36	0,00	48.342,36	48.342,36	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	282	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
13839	O		29/09		10.251,43	0,00	10.251,43	10.251,43	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	283	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
14335	O		09/10		3.748,00	0,00	3.748,00	3.748,00	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	282	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
14336	O		09/10		794,79	0,00	794,79	794,79	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	283	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
14392	O		10/10		0,03	0,00	0,03	0,03	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	283	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
14832	O		30/10		51.359,73	0,00	51.359,73	51.359,73	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	282	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
14833	O		30/10		10.891,29	0,00	10.891,29	10.891,29	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	283	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
15955	O		30/11		51.800,46	0,00	51.800,46	51.800,46	0,00	0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	282	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
15956	O		30/11		10.984,75	0,00	10.984,75	10.984,75	0,00	0,00	45314 08.244.0015 1100		2.148	283	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
Total da Entidade:					690.926,27	0,00	690.926,27	690.926,27	0,00	0,00						
Total do Período:					690.926,27	0,00	690.926,27	690.926,27	0,00	0,00						

MARIANA, 25/02/2019

Danielo Brito das Dornas
Secretário Municipal de Saúde

Duarte Eustaquio Gonçalves JR.
Prefeito

Relação de Empenhos Pagos

Mariana – MG / 2018

ESTADO DE MINAS GERAIS

MUNICÍPIO DE MARIANA

Relação de Empenhos Pagos

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Página: 1/1

Período de 01/01/2018 até 31/12/2018

Empenho	Tipo	Processo	Nº de A/F/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Proj.Ant.	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MARIANA																
796 O			30/01	55.350,18	0,00	55.350,18	55.350,18			0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	266	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
797 O			30/01	11.817,23	0,00	11.817,23	11.817,23			0,00	45370 08.244.0015 1100		2.148	267	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
1995 O			16/02	365,70	0,00	365,70				0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	266	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
1996 O			16/02	78,07	0,00	78,07				0,00	45370 08.244.0015 1100		2.148	267	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
2145 O			22/02	580,00	0,00	580,00				0,00	45370 08.244.0015 1100		2.148	267	3.390.47.00.00.00.00	617962 - BRUNO HENRIQUE SIQUEIRA
2381 O			28/02	62.153,06	0,00	62.153,06				0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	266	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
2382 O			28/02	13.269,61	0,00	13.269,61				0,00	45597 08.244.0015 1100		2.148	267	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
2756 O			08/03	477,00	0,00	477,00				0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	266	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
2757 O			08/03	101,83	0,00	101,83				0,00	45597 08.244.0015 1100		2.148	267	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
3392 O			28/03	66.757,48	0,00	66.757,48				0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	266	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
3393 O			28/03	14.252,67	0,00	14.252,67				0,00	45597 08.244.0015 1100		2.148	267	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
3902 O			09/04	476,99	0,00	476,99				0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	266	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
3903 O			09/04	101,82	0,00	101,82				0,00	45597 08.244.0015 1100		2.148	267	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
3956 O			10/04	937,00	0,00	937,00				0,00	45316 08.244.0015 1100		2.148	266	3.390.36.00.00.00.00	15966 - ARIELE MARAISATEIXEIRA DO NASCIME
3995 O			12/04	556,50	0,00	556,50				0,00	45316 08.244.0015 1100		2.148	266	3.390.36.00.00.00.00	618168 - ALAN GABRIEL CHAVES E SILVA
4543 O			26/04	69.005,97	0,00	69.005,97				0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	266	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
4544 O			26/04	14.732,70	0,00	14.732,70				0,00	45370 08.244.0015 1100		2.148	267	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
4698 O			26/04	556,50	0,00	556,50				0,00	45370 08.244.0015 1100		2.148	266	3.390.36.00.00.00.00	617506 - KISSILIA KELY DE OLIVEIRA GONÇALVES
7080 O			30/05	71.057,03	0,00	71.057,03				0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	266	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
7081 O			30/05	15.170,60	0,00	15.170,60				0,00	45597 08.244.0015 1100		2.148	267	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
8072 O			29/06	70.675,33	0,00	70.675,33				0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	266	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
8073 O			29/06	15.089,10	0,00	15.089,10				0,00	45370 08.244.0015 1100		2.148	267	3.390.47.00.00.00.00	11 - INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
8983 O			30/07	413,40	0,00	413,40				0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	266	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
9166 O			31/07	66.676,46	0,00	66.676,46				0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	266	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
9724 O			13/08	413,40	0,00	413,40				0,00	45370 08.244.0015 1100		2.148	266	3.390.36.00.00.00.00	618467 - BRUNA SALVADOR MONTEIRO DA FONSECA
10358 O			31/08	77.285,07	0,00	77.285,07				0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	266	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
10768 O			11/09	461,10	0,00	461,10				0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	266	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
19987 O			28/09	77.496,56	0,00	77.496,56				0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	266	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
20465 O			08/10	2.384,97	0,00	2.384,97				0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	266	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
21249 O			31/10	75.985,97	0,00	75.985,97				0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	266	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
21854 O			14/11	858,59	0,00	858,59				0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	266	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
22461 O			30/11	72.965,01	0,00	72.965,01				0,00	45330 08.244.0015 1100		2.148	266	3.390.36.00.00.00.00	2 - FOLHA DE PAGAMENTO
Total da Entidade:					858.502,90	0,00	858.502,90	858.502,90		0,00						
Total do Período:					858.502,90	0,00	858.502,90	858.502,90		0,00						

MARIANA, 25/02/2019

Daniel Brito das Dores

Secretário Municipal de Saúde

Relação de Empenhos Pagos
Mariana – MG / 2019

Betha Sistemas																
Exercício de 2019																
Página: 1/1																
Período de 01/01/2019 até 25/02/2019																
Relação de Empenhos Pagos																
Empenho	Tipo	Processo	Nº de AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE MARIANA																
1296 O				31/01	72.614,92	0,00	72.614,92	72.614,92		0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	243	3.3.90.36.00.00.00.00 2 - FOLHA DE PAGAMENTO
1907 O				14/02	449,10	0,00	449,10	449,10		0,00	45330	08.244.0015	1100	2.148	243	3.3.90.36.00.00.00.00 2 - FOLHA DE PAGAMENTO
Total da Entidade:					73.064,02	0,00	73.064,02	73.064,02		0,00						
Total do Período:					73.064,02	0,00	73.064,02	73.064,02		0,00						
MARIANA, 25/02/2019																
Duarte Eustáquio Gonçalves JR.										Danilo Brito das Dores						
Prefeito										Secretário Municipal de Saúde						

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANM. **Dados sobre arrecadação**. Disponível em: www.anm.gov.br/assuntos/arrecadacao. Acesso em 19/07/2019.

ANTUNES, R.. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.

ANTUNES, R. ALVES, G. **As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educação e Sociedade, São Paulo, v. 25, p. 335-351, 2004.

ANTUNES, R.; DRUCK, M. G. **A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra**. O Social em Questão, v. 34, p. 19-40, 2015.

BOITO JR, A.; Berringer, T. **Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa**. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 21, p. 31-38, 2013.

BRAZ, M.. **Crise na periferia: Brasil/América Latina e Portugal/Sul da Europa**. Revista Intervenção Social, v. 46, p. 77-93, 2015.

CASSAB, C. **Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução**. Locus (UFJF), v. 17, p. 145-159, 2012.

COELHO, T. P. **Minério-dependência e alternativas em economias locais**. Versos, v. 1, p. 1-8, 2017.

CUT. **Jovens querem trabalhar, mas não tem oportunidades**. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/jovens-querem-trabalhar-mas-nao-tem-oportunidades-diz-dieese-13e1>. Acesso em: 21/04/2019.

DAYRELL, Juarez; JESUS, Rodrigo Ednilson de. **Juventude, ensino médio e os processos de exclusão escolar**. Educação & Sociedade (Impresso), v. 37, p. 407-423, 2016.

DAYRELL, Juarez. **A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte**, tese de doutoramento, Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2001.

DEBERT, G. G. **A Dissolução da Vida Adulta e a Juventude como Valor**. Horizontes Antropológicos (UFRGS. Impresso), v. 16, p. 49-70, 2010.

DRUCK, M. G. **Trabalho, Precarização e Resistências**. Caderno CRH (UFBA. Impresso), v. 24, p. 35-54, 2011.

Estatuto da Criança e do Adolescente (versão online). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 19/04/2019.

FIOCRUZ. **Cenário de fim do mundo no rastro da lama.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/desemprego-entre-jovens-de-18-24-anos-o-que-mais-cresce-diz-ibge-16223548>. Acesso em: 12/05/2019.

FORACCHI, Marialice. **A Juventude na sociedade moderna.** Livraria Pioneira Editora, 1972.

FRANZOI, Naira Lisboa. **Juventude, trabalho e educação:** crônica de uma relação infeliz em quatro atos. In: DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia (org.). *Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades.* Belo Horizonte: PUC Minas, 2011. p. 117-134.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Trabalho:** uma categoria-chave no imaginário juvenil?. In: Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude:** ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DFEL, 2000.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Loyola, 1994.

HIRATA, H. **Gênero, patriarcado, trabalho e classe.** Trabalho Necessário, v. 16, p. 14, 2018.

IBGE. **Dados Sobre Educação e Trabalho.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mariana/panorama>. Acesso em: 04/05/2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad).** Disponível em: <https://br.advfn.com/indicadores/pnad>. Acesso em 03/06/2019.

IPEA. **23% dos jovens não trabalham e não estudam.** Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-12/ipea-23-dos-jovens-brasileiros-nao-trabalham-e-nem-estudam>. Acesso em 23/07/2019.

MADEIROS, Carlos. **Com crise e mais controle, Bolsa Família bate recorde de benefícios em maio.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/05/22/com-crise-e-mais-controle-bolsa-familia-bate-recorde-de-beneficios-em-maio.htm>). Acesso em 22/07/2019.

MANNHEIM, Karl. **O problema sociológico das gerações.** In: FORACCHI, M.M (Org.). *Coleção grandes cientistas sociais - 25.* São Paulo: Ática, 1982, p. 67- 95.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MDS. **Gravidez na Adolescência**: impacto na vida das famílias e das adolescentes e jovens mulheres. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/informe/Informativo%20Gravidez%20adolesc%C3%A4ncia%20final.pdf. Acesso em: 12/06/2019.

MENDES, Juliana T. N.; Cassab, Clarice. **Juventude e seus Territórios Usados**: um estudo em Campos dos Goytacazes. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011, São Luis. Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011.

MOTA, Camila Veras. **Exames constata intoxicação por metais pesados em moradores de cidade atingida pelo desastre de Mariana**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43545468>. Acesso em: 04/05/2019.

MTE. **Evolução do emprego por setor de atividade econômica**. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor>. Acesso em 19/07/2019.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. **Filhos da Precarização Social do Trabalho no Brasil**: um estudo de caso sobre a juventude trabalhadora nos anos 2000. Tese de doutorado, UFBA, 2013.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude** - alguns contributos, *Análise Social*, Vol. XXV, p.139 a 195, 1990.

RODRIGUES, Leo. **Depressão Atinge 28,9% de vítimas de tragédia de Mariana**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-04/depressao-atinge-289-de-vitimas-de-tragedia-mariana-diz-ufmg>. Acesso em: 21/05/2019.

ROSA, L. B. P.; REIS, J. R.; CASSAB, M. A. T. **A Juventude como categoria teórica: levantamentos da sua configuração na literatura sociológica brasileira (1950-2000)**. Principia (Juiz de Fora), v. 01, p. 84-97, 2010.

WELLE, Deutsch. **Banco Mundial alerta para aumento da pobreza no Brasil**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/05/banco-mundial-alerta-para-aumento-da-pobreza-no-brasil.ghhtml>. Acesso em 19/06/2019.

ZONTA, M. **Passar “dez anos sem férias” é condição comum na mineração brasileira, diz sindicato**. Brasil de Fato, 04 Jul 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/04/passar-dez-anos-semferias-e-condicao-comum-na-mineracao-brasileira-diz-sindicato/>.